

Ronald Taveira da Cruz

Referência-I para Língua-I:
o projeto naturalista na lingüística

Florianópolis, fevereiro de 2005

Ronald Taveira da Cruz

Referência-I para Língua-I:
o projeto naturalista na lingüística

Dissertação apresentada à Pós-Graduação
em Lingüística da Universidade Federal
de Santa Catarina, como requisito à
obtenção do título de mestre em
Lingüística.

Orientadora: Roberta Pires de Oliveira

Florianópolis, fevereiro de 2005

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Letras/Linguística, e aprovada em sua forma final pelo programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva - coordenador

Prof^a. Dr.^a Roberta Pires de Oliveira - Orientadora

Prof. Dr. José Borges Neto

Prof. Dr. Celso Reni Braida

Esta velha angústia

“Esta velha angústia,
esta angústia que trago há séculos em mim,
transbordou da vasilha,
em lágrimas, em grandes imaginações,
em sonhos em estilo de pesadelo sem terror,
em grandes emoções súbitas sem sentido nenhum.

Transbordou.

Mal sei como conduzir-me na vida
Com este mal-estar a fazer-me pregar na alma!
Se ao menos endoidecesse deveras!

Mas não: é este estar entre,

Este quase,

Este pode ser que...

Isto.

Um internado num manicômio é, ao menos, alguém,
Eu sou um internado num manicômio sem manicômio.

Estou doido a frio,

Estou lúcido e louco,

Estou alheio a tudo e igual a todos:

Estou dormindo desperto com sonhos que são loucura

Porque não são sonhos.

Estou assim...”

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Ao apoio financeiro da CAPES.

Fazer agradecimentos depois do poema “Esta velha angústia”, de Fernando Pessoa, me causa duas inquietações: a primeira está no fato de que as pessoas que eu vou agradecer podem fazer parte desta velha angústia e se sim, cada um é “um internado num manicômio sem manicômio”. A outra inquietação parte da constatação de que essas mesmas pessoas contribuíram para que esta velha angústia transbordasse, então, elas podem estar nesse momento dizendo: _“Estou assim...” _”Estou Assim...” _”Estou assim...”... Se estão dizendo isso, é uma amostra de que “esta velha angústia” percorre mundo afora. E o meu maior medo é que agora eu sei que quando eu digo (ou qualquer pessoa diz) “Estou assim...” é porque “meu corpo vai seguir suas próprias idéias, pois meu corpo não tem as mesmas idéias que eu” (Barthes, *O prazer no texto*. São Paulo: Perspectiva, 2002: 24). Porém, quando lembro que não sou eu o protagonista (o eu-lírico) desse poema, essas inquietações são logo ultrapassadas.

Na esperança de não ser nem mais nem menos carinhoso, o tempo será meu ponto de apoio. Começarei com aquelas pessoas que conheço um “tempinho” a mais: minha mãe e meu pai, é claro. Eles são fundamentais, pois é por causa deles que eu posso nesse momento dizer “Estou assim...”.

Agora, chegou a vez dos meus irmãos Renato e Ronie. Agradeço ao Renato, pelas horas de felicidades e pelos momentos em que me fez desligar dos livros, não porque ele não goste de livros, mas porque, ao seu lado, não precisamos de livros para ir além desse mundo. Quanto ao Ronie, agradeço seu orgulho por mim e as palavras longas que tanto me serviram de afeto. Agradeço ainda ao Ronie porque ele me deu um sobrinho: Lucas, o campeão. O que tenho a agradecer ao Lucas não pode ser dito com palavras.

Agradeço também ao professor Alfredo Fernandes por ter me jogado nesse mundo do conhecimento e da pesquisa e ter me incentivado a fazer mestrado: obrigado por suas palavras tão bem pensadas. Agradeço também a mamãe e professora Eliane Fernanda, que no mundo da literatura, tanto me instigou e elogiou minhas frases mal-construídas. Agradeço ao Mito pelos momentos de discussões sobre a sintaxe das línguas naturais.

A minha orientadora sou grato e não só grato, mas também admirador. Suas palavras são redemoinhos e ao mesmo tempo calma. Ela é assim: em um momento é mãe e em outros, madrastra; em outros momentos é orientadora, em outros amiga; ela é tudo isso

porque tem um brilho nos olhos, incansável. No mais, obrigado pelas leituras, conversas, sorrisos, conhecimentos, pelos mundos que alcançamos juntos...

Agradeço à banca de qualificação e que, por algum motivo, é a mesma da defesa da dissertação de mestrado: a Ruth Lopes me motivou a várias coisas, mas teve uma de destaque: se você ama a teoria com que trabalha é possível ir muito mais longe; sem contar seus conselhos e as leituras tão valiosas. O Celso Braidão é um filósofo e o que dizer de suas palavras filosóficas? É melhor não dizer nada, só pensar e agradecer. O Borges Neto não somente me permitiu outros horizontes de discussão como também me mostrou como ser a própria discussão. Tenho orgulho de vocês e agradeço por fazerem parte, intelectualmente, desse momento tão especial da minha vida.

Os amigos são atemporais. A eles agradeço só pelo prazer de serem meus amigos: Lelé, Scissors, Cleitin, Claudius, Marcelo(s), Júlio, Thais, Vivi, Pezão, Carol, Ana Paula, Lucilene, Mikaela, Neilo, Eliane, Cris...

Ao povo do NEG (Núcleo de Estudos Gramaticais-UFSC) pelos momentos de reflexão, discussão, bagunça e pela amizade cultivada: Claudio, Sandrinha, Tharen, Fabi, Lilian, Luisandro, Ina...

Agradeço ao amor de Cristiane...

RESUMO:

Esta dissertação procura uma forma de conciliar uma semântica referencial de cunho fregueana e o modelo de Chomsky. Uma das compreensões fundadoras da semântica contemporânea é que o significado é composto de sentido e referência, iniciada em Frege (1892). Então, a referência, e não só o sentido, é uma relação semântica necessária para o significado. Partindo dessa constatação, o objetivo é elaborar detalhadamente uma proposta semântica que concilie uma teoria da referência nos moldes de Frege e o modelo de Chomsky, com a possibilidade de ela não ser nem convencional e nem apenas um construto teórico do semanticista. Isto é, ao propor uma semântica referencial para a Língua-I, busca-se uma noção de referência inerente ao mundo biológico do falante. Sendo assim, esta dissertação desenha a noção de Referência-I, como parte do estudo naturalista na lingüística.

SUMÁRIO

Resumo	7
Introdução	9
1- Chomsky e o problema da referência	16
1.1- A Faculdade da Linguagem como conhecimento <i>a priori</i>	16
1.2- Língua-I: interna, individual e intensional	21
1.3- O que há de especial significado?	24
1.4- A Forma Lógica na interpretação e a interpretação na Forma Lógica-	27
1.5- SEMs, perspectivas em potencialidade para conceber mundo(s)	30
1.6- As perspectivas usadas pelos agentes lingüísticos sobre as coisas ----	34
1.7- Domínio D e relação R	37
2- Frege, sentido, referência e objetivo não-efetivo	42
2.1- Sentido e referência	42
2.2- Conceito e Objeto	45
2.3- Frege e o dado na sensibilidade em Kant	46
3- Em busca de uma semântica referencial para as línguas naturais	49
3.1- As contribuições de Ryle e a idéia de Referência-E	49
3.2- A semântica referencial de Ludlow para a Língua-I?	53
3.3- Uma revisão dos argumentos de Chomsky	61
3.4- A noção de Referência-I	65
4- Chomsky e Frege	77
4.1- Subjetividade	77
4.2- Princípio da Imanência	78
4.3- Solipsismo	81
4.4- Convenção	83
5- A linguagem como cálculo vs a linguagem como meio universal	87
5.1- Preliminares	87
5.2- O direcionamento de Frege	90
5.3- O direcionamento de Chomsky	95
Conclusão	106
Referência Bibliográfica	113

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem caráter de ensaio, no sentido de que defende hipóteses teoricamente, sem suporte de um trabalho empírico. Ela focaliza a semântica das línguas naturais, discutindo como dois modelos entendem a referência, sua possibilidade de compatibilidade: o de Frege e o de Chomsky. Com relação ao modelo chomskyano, nosso interesse centra-se principalmente em Chomsky (2000 e 2003), pois, nesses livros, o lingüista discute teoria(s) da referência e apresenta suas posições em relação à semântica contemporânea.

A escolha de Frege é clara para aqueles que trabalham com semântica: introduz-se com este autor a hipótese de que a referência é uma relação semântica necessária. Também, porque, em Frege, não há uma relação direta entre linguagem e mundo, mas essa relação é intermediada pelo sentido/conceito. É possível salientar que Chomsky percebe a necessidade da referência, mas nega a visão clássica a tal ponto que aparentemente mostra-se hostil a qualquer semântica referencial.

A semântica sempre foi alvo de críticas no modelo de Chomsky. Desde a obra *Aspectos*, a sintaxe ganhou uma dedicação exclusiva: ao estudar a sintaxe das línguas naturais, poder-se-ia conhecer mais sobre a mente-cérebro. Se isso é possível, é porque a mente-cérebro, em alguma instância, é sintaxe. Deste modo, o par fonologia-semântica também é sintaxe ou, melhor, intermediado por ela.

Dizer que a semântica (ou a fonologia) é sintaxe não é reduzir a semântica (ou a fonologia) à sintaxe. É comum ouvir que no modelo de Chomsky não há semântica, tudo é sintaxe ou tudo se resolve só com a sintaxe. O problema vem de como se compreende a sintaxe e, principalmente, o que se entende por semântica. Jackendoff (2002: 276) destaca uma divisão presente em Chomsky entre uma sintaxe estrita e uma sintaxe ampla:

“The sense of ‘syntax’... is much broader than its normal use in linguistics: it denotes the organization of any combinatorial system in the mind. In this sense, phonology and even music are syntax too. But in the usual narrower sense of linguistic theory, “syntax” denotes the formal organization of units like NPs and VPs.”

Portanto, há dois modos de entender sintaxe: a sintaxe ampla está relacionada aos fenômenos internos à mente-cérebro, neste sentido, a visão, a fonologia, a semântica, a

música, a matemática, enfim, aquilo que está restrito internamente, dentro da mente-cérebro, é sintaxe; a sintaxe estrita é a sintaxe mais próxima do entendimento comum: a sintaxe vista como concatenação de palavras. Entendida no primeiro sentido, a semântica é sintaxe, já no segundo, ela não é sintaxe: a semântica não é concatenação de palavras, a semântica é uma relação das estruturas lingüísticas com modelos (de mundos) e, dessa forma, a referência é peça fundamental, porque é ela que faz esta relação entre estruturas lingüísticas e modelos (de mundos).

Quando Chomsky afirma que se há semântica, ela é sintaxe, ele visa o sentido amplo do termo sintaxe. Então, há semântica (SEMs) no modelo de Chomsky e ela é fundamental para a relação linguagem e mundo, porque SEMs, como será mostrado, são perspectivas em potencialidade, oriundas da faculdade da linguagem, para conceber mundo(s). Segundo Chomsky (2003: 287):

“I am not “hostile towards semantics.” That’s correct. Most of my work on language, from the outset, has been an effort to explore the form and meaning of expressions and the principles that determine them, core problems of semantics. The numbered examples of the comments are typical illustrations. It’s true that I prefer to call this work “syntax”, and think the same term might well be used for other investigations that keep to symbolic systems that are internal to the mind-brain, the faculty of language FL or others.”

Esta passagem é o primeiro parágrafo da réplica de Chomsky ao texto “Referential Semantics for I-languages?”, de Peter Ludlow. Neste artigo, Ludlow (2003) propõe uma semântica referencial para o modelo de Chomsky, decididamente, para a Língua-I e considera que Chomsky também não deveria rejeitar algumas versões de semântica referencial, como a que Ludlow apresenta no seu artigo. A partir desse artigo, esta dissertação ganha uma nova força, pois passa também a considerar a hipótese que Chomsky não deveria negar uma semântica referencial, principalmente, aquela na qual a referência é interna à mente-cérebro, portanto, sintaxe no sentido amplo.

Em Chomsky (2000), a referência pode ser vista ou como um construto teórico do semanticista ou como algum recurso semântico da mente humana. Esta última característica nos abre a possibilidade de fundamentar a nossa hipótese central: a referência como parte do estudo naturalista na lingüística. Se esta dissertação alcançar o sucesso, isto é, se ela conseguir deixar evidente a necessidade de uma referência biológica, o objetivo geral será alcançado: tornar-se possível uma semântica referencial para o modelo de

Chomsky cuja relação de referência faça parte da arquitetura da faculdade da linguagem.

Diante desse objetivo geral, é possível destacar dois objetivos específicos: o primeiro é elaborar minuciosamente uma noção de referência que sirva como abordagem semântica para a Língua-I, tendo como pano de fundo o modelo de Frege. Consequência do primeiro, o segundo objetivo específico é distinguir a Referência-I (R-I) da Referência-E (R-E).

A Referência-I é a noção elaborada como tentativa de sustentar uma semântica referencial nos moldes de Frege para a Língua-I. A Referência-E pode ser compreendida como um isomorfismo linguagem-mundo externo. O problema é que, em se tratando da linguagem natural, esta relação é mediada pela mente do falante ou, nos termos de Chomsky, pelo módulo conceitual-intencional. Referência-I é essencialmente semântica, diferente de uma referência, por exemplo, pragmática, como a Referência-E. Essa última estaria influenciada pelo módulo conceitual-intencional, enquanto a primeira, pela própria faculdade da linguagem. Um dos pontos desse trabalho é clarificar esses conceitos de referência e mostrar como eles têm diferentes interpretações que estão ligadas a distintas concepções de linguagem.

Para que o objetivo geral seja alcançado, esta dissertação trabalha com a seguinte hipótese: a Referência-I está na faculdade de linguagem, é parte de sua arquitetura modular. Portanto, ela não pertence ao módulo da pragmática, pois é exclusivamente semântica. Diante dessas considerações, vale ressaltar se R-I não se confunde com SEM. A resposta será negativa em pelo menos um aspecto: SEM é uma interface, ao passo que a Referência-I é apenas uma função em SEM. Decididamente, essa é a hipótese a ser explorada: a Referência-I é parte do estudo naturalista na lingüística porque ela é uma função em SEM.

Os trabalhos de Frege trazem consequências grandiosas para a semântica das línguas naturais. As concepções de função, sentido e referência, conceito e objeto iluminaram e ainda iluminam os caminhos para as teorias semânticas contemporâneas. Foi no clássico artigo “Sentido e Referência” (1892), que a **referência** se consolidou como um dos fundamentos centrais na semântica tanto da linguagem lógica quanto da linguagem natural. Saber interpretar uma palavra ou sentença é conhecer seu sentido. E conhecer a referência é, de antemão, saber pelo menos um de seus sentidos. Sem os sentidos, a referência não seria apresentada, eles são condições para que a referência apareça, não o contrário, o que poderia ser pensado.

Neste caminho, as diversas críticas de Chomsky às teorias semânticas que postulam a referência como condição básica para o significado são paralelas às idéias de Frege de que os sentidos são os modos de apresentação da referência. Curiosamente, os trabalhos de Chomsky e Frege se aproximam bastante, apesar de, *prima facie*, parecerem incompatíveis. Em Frege, os sentidos são as diversas formas com que a referência é apresentada; em Chomsky, SEMs são perspectivas em potencialidade para conceber o mundo. Há outro ponto comum: não é possível estabelecer uma relação direta entre linguagem e mundo em ambos os pensadores, antes, essa relação é intermediada, no caso de Frege, pelo sentido/conceito e, em Chomsky, pelo módulo conceitual-intencional.

De acordo com Chierchia e McConnell-Ginet (1990) há duas bases importantes para a teoria do significado: a produtividade (criatividade) e a referência. A primeira é acerca da capacidade que os falantes têm de interpretar e produzir sentenças significativas que nunca tinham ouvido (ou visto) antes. A segunda, a de que significar é também estabelecer uma relação da linguagem com um mundo, por exemplo. Nas palavras dos autores: “the denotation relation might constitute the most fundamental semantic relation” (1990: 48). Esta dissertação, se bem sucedida, mostrará que essas duas bases, inevitavelmente, são peças fundamentais para o significado das línguas naturais, contudo, uma referência interna que dê conta de uma referência criativa.

A partir dos trabalhos de Frege (e posteriormente, via Montague), abriu-se uma tradição no estudo da semântica das linguagens formais e naturais: a linha de pensamento que entende que o significado envolve uma remissão a mundo, mas que pode ser também entendido como mundo mental, mundo interno, mundo enquanto construto teórico, mundo “real”, Domínio D... A semântica formal apresentada em Chierchia (2003), por exemplo, também trabalha com referência, isto é, com a relação entre estruturas lingüísticas e mundo(s): o significado de uma sentença depende da relação entre uma estrutura lingüística e uma estrutura de mundo(s). Podemos citar alguns teóricos em semântica formal que carregam essa visão: “entender o significado de uma expressão é estabelecer uma conexão entre a expressão e as entidades não-lingüísticas a que a expressão se aplica” (Borges Neto, 20003: 10) ou “Formal semantics on the other hand come at meaning from another angle: for them a primary function of language is that it allows us to talk about the world around us...hence the research for meaning (...) is the search for how the symbols of language relate to reality” (Saeed, 1997, 268-9) ou “meaning are the things that language is about” (Bach, 1989:) ou “o sentido de uma sentença são as condições em

que a sentença pode ser verdadeira” (Pires de Oliveira, 2001: 69), entre outros. Assim, para ter significados, além de uma linguagem, necessita-se de mundo(s).

Esta dissertação contém cinco capítulos, além da conclusão e da referência bibliográfica. Os dois primeiros capítulos descreverão os modelos de Chomsky e Frege, respectivamente. Logo após o capítulo sobre Frege, há um capítulo específico para distinguir a Referência-E da Referência-I. Com essa distinção clara, os dois últimos capítulos mostrarão que é sim possível uma noção de referência com fundamentos fregueanos para o modelo de Chomsky.

No artigo “Explaining language use” (2000), Chomsky, alvo de exame do primeiro capítulo, faz uma intensa discussão sobre algumas teorias da referência. É nesse texto, principalmente, que o lingüista começa a discorrer acerca de alguma relação de referência para a Língua-I. Ele passa por uma posição metodológica (como um aparato técnico do teórico) e, só depois, chega a postular a necessidade da referência, contudo interna à mente do falante e diferente das propostas “lógicas” da referência; a referência, portanto, se inicia como sendo apenas um construto teórico do semanticista, termina por quase ganhar um caráter ontológico. Neste mesmo capítulo, é possível observar dois tipos de referência: a relação R que é interna à mente-cérebro e a Relação R’ que, pelo contrário, é pública, causal e tem uma relação direta com o mundo externo. É contra essa última que Chomsky direciona seus canhões.

Frege, objeto de estudo do segundo capítulo, afirma que determinar o significado é saber seu sentido e sua referência. Segundo Frege (1978: 62):

“É plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto.”

O sentido é o modo como a referência é apresentada e a referência é, no caso dos nomes próprios, o indivíduo designado e, no caso das sentenças, valor-de-verdade. Como consequência, de acordo com Frege (1978: 69), “toda sentença assertiva, em face à referência de suas palavras, deve ser, por conseguinte, considerada como um nome próprio, e sua referência, se tiver uma, é ou o verdadeiro ou o falso.”

O terceiro capítulo busca desenvolver uma semântica referencial para as línguas naturais, de modo fregueana. Neste capítulo, é apresentado decididamente o que se entende

por Referência-E, baseada na fase **dizer**, iniciada pelo segundo Wittgenstein. Ainda neste capítulo, há um desenho da proposta de Ludlow e uma revisão das críticas de Chomsky às teorias referenciais. Por fim, é oferecido um entendimento formal da Referência-I para a Língua-I, como parte do mundo biológico do falante.

Colocar Frege e Chomsky frente-a-frente permite várias sutilezas teóricas e possibilita diálogos interessantes, que serão destaque do capítulo quatro. Para Chomsky, a teoria de referência de Frege (se preferirem, a teoria fregeana) estaria do lado da faculdade de formar ciência: “the special constructions of the science-forming faculty may also approach a public character (more to the point, Frege’s particular concerns” (2000: 33). Chomsky está falando de outro aspecto também: o fato de que a relação de referência é fixada pela convenção. Com este mesmo cuidado, o lingüista afirma que referência (de Frege) seria uma noção técnica atribuída a linguagens formais, não às línguas naturais. Contudo, nossa leitura esbarra na seguinte citação de Evans (1982: 7): “Frege foi o primeiro a formular uma teoria sistemática do significado para um fragmento da linguagem natural¹”. Portanto, este capítulo nos mostra que é possível sim unir Frege e Chomsky.

Ao creditar que a referência é peça imprescindível para significar, compreende-se que o significado envolve uma relação com mundo(s), logo, é lícita a discussão metafísica da relação linguagem e mundo(s). A reflexão sobre esta intrincada relação se dará, nessa dissertação, a partir de um paralelo desenvolvido por Hintikka (principalmente, 1979 e 1988) e Hintikka e Hintikka (1994) e aprofundado por seu discípulo Martin Kusch (2001), entre uma linguagem como cálculo e uma linguagem como meio universal, porque uma das diferenças é que na primeira podemos falar em mundos possíveis e na segunda, não. De acordo com os interesses deste trabalho, esta discussão, apresentada no quinto capítulo, de um lado, é inédita, pois discute o modelo chomskyano frente a esse paralelo e, de outro, é oportuna, ao situar Frege em uma concepção de linguagem como meio universal. A hipótese defendida é que o modelo de Chomsky está próximo de uma linguagem como meio universal. Se esta hipótese estiver correta, então, o modelo de Chomsky está perto também da teoria fregeana e é mais um motivo para que se aceite uma semântica referencial nos moldes de Frege juntamente com o modelo de Chomsky.

Por fim, uma semântica referencial juntamente com o modelo de Chomsky é possível. Ela parte de Frege, pois a referência torna-se fundamental para o significado e chega em Chomsky, quando a referência é entendida como interna à mente humana. Esse

percurso que a referência faz, do externo ao interno, é paralelo ao percurso da Língua-E à Língua-I. E se, nesta última, uma investigação naturalística torna-se apropriada, é lícito compreender a **Referência-I** como parte do mundo biológico e estudar sua natureza na mente-cérebro ou, mais decididamente, na interface SEM a partir do estudo naturalista na lingüística. Não se torna utópico, conseqüentemente, admitir uma compatibilidade entre uma semântica referencial nos moldes de Frege e o programa de Chomsky.

¹ Tradução minha.

Capítulo 1- Chomsky e o problema da referência

Neste capítulo, a teoria de Chomsky será apresentada, destacando a estrutura semântica da faculdade da linguagem. Alguns aspectos principais da faculdade da linguagem, entre eles a interface semântica SEM, serão privilegiados. Mostraremos que SEMs são perspectivas (semânticas) em potencialidade e que os agentes lingüísticos podem usá-las para conceber mundo(s). Ainda discutiremos brevemente o problema da referência perante o modelo de Chomsky e a noção de relação R que o lingüista apresenta.

1.1- A Faculdade da Linguagem como conhecimento *a priori*

Atualmente, a pesquisa de Chomsky (1980a, 1995 e 2000) sobre linguagem é uma projeção daquilo que desde as primeiras obras ele afirmou: o inatismo. Uma das perguntas que Chomsky levanta é como a linguagem se desenvolve(u) na mente/cérebro, quais as determinações genéticas que propicia(ra)m seu surgimento. Chomsky dá ênfase, então, à faculdade da linguagem (FL) como um órgão inato, determinado geneticamente, que proporciona a qualquer falante as capacidades de falar, interpretar, refletir, expressar pensamentos, etc.. Chomsky (2000: 04) assume que “the language organ is like others in that its basic character is an expression of the genes”. Neste sentido, sua teoria é (bio)lógica, com interesses pelos aspectos mentais – logo, reais² – da faculdade da linguagem, então, “it undertakes to study a real object in the natural world – the brain, its state, and its functions – and thus to move the study of the mind towards eventual integration with the biological sciences” (Chomsky, 2000: 5-6). Otero (1984: 103) afirma que “las cuestiones respecto a lo que es posible o necesario son cuestiones lógico-lingüísticas y no cuestiones de naturaleza empírica”. Então, os pressupostos universais e, mais diretamente, a faculdade da linguagem como parte da biologia humana levam a essas questões lógico-lingüísticas: o estudo naturalista da faculdade da linguagem procura descobrir o que é necessário em um órgão da linguagem. Segundo Hacking (1997: 69), “apenas as idéias inatas podem explicar verdades necessárias e conhecimento *a priori*”, portanto, é lícito compreender a faculdade da linguagem como conhecimento *a priori*³.

² *Reais* em um sentido específico: pertencentes ao mundo natural.

³ Esta é apenas uma possibilidade, porque nada garante que por ser inato implica necessidade e aprioricidade.

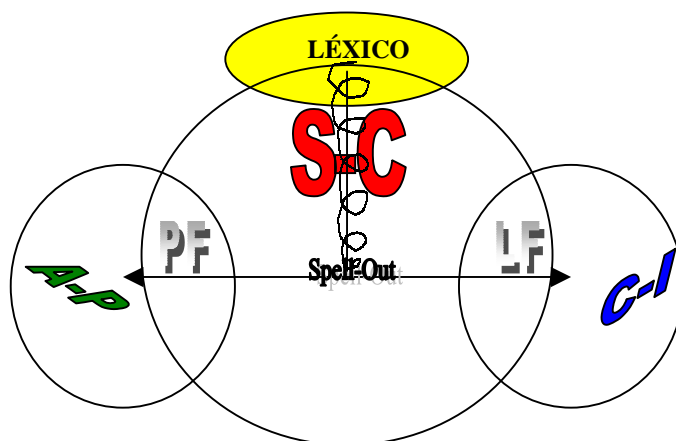
A Gramática Universal (GU) é uma teoria sobre o estágio inicial da faculdade da linguagem: a soma dos princípios lingüísticos geneticamente estabelecidos, específicos ao ser humano e homogêneos em todas as línguas. Contudo, ela tem de ser flexível para acomodar as (possíveis) diferenças das línguas e suas variações e ao mesmo tempo possuir uma rigidez necessária para servir de suporte teórico para sistematizar as propriedades altamente peculiares que caracterizam o conhecimento estável dos falantes. O lingüista afirma que há um estágio inicial da faculdade da linguagem e que com os inputs, ela chega a ficar estável. Já que o estado inicial é comum a espécie humana e são precisos pouquíssimos estímulos para que seu desenvolver seja rápido e complexo, este conhecimento é muito maior do que se imagina. Para encenar esta homogeneidade inicial, por várias vezes o lingüista utiliza a metáfora do marciano: “The Martian scientist might reasonably conclude that there is a single human language, with differences only at the margins” (Chomsky, 2000: 7).

Chomsky com sua concepção de linguagem enfrenta, inicial e principalmente, três frentes: o estruturalismo bloomfieldiano, o behaviorismo de Skinner e a filosofia anglo-saxônica, em especial Quine. Em rápidas palavras, a base da argumentação de Chomsky é a pobreza de estímulos e a criatividade. A crítica a Bloomfield é sobre a metodologia de estudo, a idéia de que a língua é uma lista de itens lexicais e, também, sobre a adequação explicativa, porque Bloomfield parte da concepção de que a criança aprende uma língua por estímulos e respostas, por repetição, ouvindo (e vendo) os outros falarem. Da mesma forma, o psicologismo de Skinner nos informa que é o meio externo o estimulador da criança para aprender uma língua e ao combatê-lo Chomsky também se fundamenta na pobreza de estímulos, que leva ao inatismo. Quanto a Quine, o que Chomsky afirma é que a criança já nasce com um conhecimento lingüístico, um conhecimento *a priori*. Chomsky ainda questiona em Quine o problema de só se poder estudar o que é externamente aparente: o comportamento.

O ponto forte para derrotar estas três frentes parte, principalmente, do argumento da pobreza de estímulos, argumento este também eficaz contra Piaget e como ferramenta para uma resposta, baseada no inatismo, convincente ao problema de Platão. O conhecimento final de uma língua é rico, complexo e rapidamente atingido apesar de pouca exposição e pouco estímulo. As crianças são expostas às conversas cotidianas truncadas, vagas e adultas, sem que os falantes facilitem a possível aprendizagem. Os adultos

conversam com as crianças em maturação como se conversassem com outros adultos, não há tal diferenciação.

Na mente-cérebro, há vários módulos, cada um funciona de uma forma, tem suas características peculiares, segundo Newmeyer (1983: 3): “an approach based on the hypothesis that not just formal grammar, but all human systems (or at least all those at work in language) are autonomous “modules”, each governed by its particular set of general principles”. Ou nas palavras de Chomsky (1996c: 30): “It seems that the mind is modular, to use a technical term, consisting of separate systems with their own properties. Of course, the systems interact.”. Sendo um órgão mental, a faculdade da linguagem interage com outros órgãos na mente-cérebro. Visto assim, é preciso ficar claro o desenho da faculdade da linguagem, tendo como base o Programa Minimalista (1995). Há um léxico, um sistema computacional (S-C), duas interfaces PF (do inglês, Phonetic Form) e LF (do inglês, Logical Form) e uma operação Spell-Out que alimenta as interfaces:



A faculdade da linguagem (FL) se configura basicamente de três elementos: as propriedades de som e significado, chamadas traços; os elementos formados a partir dessas propriedades, os chamados itens lexicais e as expressões complexas formadas a partir desses itens, as expressões lingüísticas. No léxico, há itens lexicais, que são conjuntos de traços; estes entram no sistema computacional (S-C), gerando, infinitamente, expressões lingüísticas. Cada expressão lingüística é um par (π, λ) , legível/interpretável em PF e LF, respectivamente. Diz-se que uma expressão converge se ela for legível/interpretável tanto em PF quanto em LF. Suponha, então, que a expressão “Pedro chegou mal” convirja nos

sistemas de performance. Se o falante vai ou não falar, no caso do lado PF, não é relevante para o sistema computacional operar. No lado de LF, se Pedro refere a uma pessoa no mundo externo, quais as intenções do falante, qual o contexto é uma questão de uso, pertence, neste caso, à pragmática.

Há dois sistemas de performance: o Articulatório-Perceptual (A-P) e o Conceitual-Intencional (C-I) que entram em contato com a FL nas interfaces PF e LF, respectivamente. Uma das questões que se levanta é se esses sistemas de performance são específicos à faculdade da linguagem, isto é, se fazem ou não parte da faculdade da linguagem, restritamente. Como veremos, Chomsky afirma que estes sistemas não são específicos à faculdade da linguagem, portanto, estão fora dela; por outro lado, Pinker e Jackendoff (2003) afirmam que eles estão dentro da faculdade da linguagem, logo, são específicos a ela.

Os sistemas de performance impõem condições de legibilidade para que a faculdade da linguagem forneça expressões legíveis a eles. Nesse sentido, a faculdade da linguagem é perfeita: por um lado, as condições para a faculdade da linguagem operar vêm de fora, ela é perfeita na resposta a tais condições, por outro vêm de dentro, no sentido de que a faculdade da linguagem só pode gerar aquilo que as interfaces podem interpretar. De acordo com Chomsky (2000: 9):

“The faculty of language is embedded within the broader architecture of the mind/brain. It interacts with other systems, which impose conditions that language must satisfy if it is to be usable at all. We might think of these as “legibility conditions”, in the sense that others systems must be able to “read” the expressions of the language and use them as “instructions” for thought and action. The sensorimotor systems, for example, have to be able to read the instructions having to do with sound, that is the phonetic representations generated by the language. The articulatory and perceptual apparatus have specific design that enables them to interpret certain phonetic properties, not others. These systems thus impose legibility conditions on the generative processes of the faculty of language, which must provide expressions with the proper phonetic form. The same is true of conceptual and others systems that make use of the resources of the faculty of language: they have their intrinsic properties, which require that the expressions generated by the language have certain kinds of “semantic representations”, not others.”

Neste fragmento, vamos atentar, um pouco, às palavras **representações semânticas** e **propriedades intrínsecas**. Começamos com a última, apesar de ambas estarem relacionadas. Estas propriedades são intrínsecas à própria faculdade da linguagem, no sentido de que elas são inatas, regidas pelo órgão da linguagem. A palavra

representação requer um maior detalhe. É fácil encontrar algumas analogias que Chomsky utiliza para mostrar que sua abordagem é completamente internalista. Uma delas é com o sistema visual. Apoiado em Ullman, os sistemas visuais usam representações internas, não há porquê prever que ela seja representação de algo. Na linguagem ocorre o mesmo. Fala-se em representações semânticas como entidades mentais, algo que está na mente-cérebro, sem um vínculo direto com o mundo externo. Chomsky escreve que “accessed by performance systems, the internal representations of language enter into representation, thought, and action, but there is no reason to seek any other relation to the world” (2000: 160). Assim, as representações semânticas são internas, e não há porquê uma relação direta com alguma coisa no mundo externo. Não são representações d'o mundo. Elas são representações: “representation is not to be understood relationally, as ‘representation of’” (Chomsky, 2000: 159). Elas são representações, enfim, porque a base teórica é uma abordagem Computacional-Representacional da mente-cérebro não porque são representações de algo.

Dizer que a faculdade da linguagem é um objeto real que interage com sistemas de performance dando-lhes informações para interpretação e produção é caminhar para considerações sobre o que é necessário (ou possível) em um órgão da natureza. Por exemplo, as condições de legibilidade são necessárias para que a linguagem opere otimamente. A operação **concatenar** é necessária para o sistema computacional. Exposições deste tipo são importantes para questões lógico-lingüísticas, pois Chomsky quer descobrir “os princípios reais da natureza”. Novamente, há também preocupações ontológicas, ao assumir que a faculdade da linguagem é, além de natural, real. Segundo Otero (1984: 102-3):

“A los filósofos tradicionales (por lo menos a los filósofos naturales) les há interesado siempre la teorización sobre las propiedades más universales del mundo, es decir, sobre lo que es necesario o posible dentro del marco de una teoría con suficiente plausibilidad, no lo que sólo es verdad de un caso particular.”

O que Chomsky nos mostra é que ao estudar e compreender a faculdade da linguagem, podemos saber mais sobre a mente-cérebro, exatamente, porque ela é um módulo mental, portanto, presente em todos humanos. O gerativista, neste elo, está mais interessado em como a mente-cérebro funciona, como a linguagem pode explicar o seu funcionamento ou, em outras palavras, quão restrita é a linguagem pelo funcionamento da

mente-cérebro; enfim, qual o conhecimento lingüístico necessário (e possível) para que os humanos possam fazer uso da faculdade da linguagem. Com este conhecimento, é possível maturar uma Língua-I.

1.2- Língua-I: interna, individual e intensional

Língua-I é uma instanciação do órgão da linguagem, parte de nosso dote genético. Ela é individual, interna e intensional. É individual porque “the properties of the system can be specified completely independently of the environment that the agent is embedded in” (Ludlow, 2003: 143). É interna, porque está na mente-cérebro e é intensional pois é uma função que converte palavras em descrições estruturais, por exemplo, uma função que pega as palavras **Pedro** e **morre** e converte em **Pedro morre**. Esse termo intensional também é entendido, em uma visão usual, como uma característica da Língua-I em isolamento, portanto, forçando uma dispensabilidade do ambiente, isto é, a Língua-I não é guiada por princípios extra-mentais, apesar de Chomsky reconhecer que eles a influenciam. A Língua-E, pelo contrário, é externa à mente-cérebro e não-individual. A Língua-E é uma linguagem pública, é um objeto social estabelecido por convenção e dependente do ambiente ou da comunidade. Chomsky questiona a própria existência da Língua-E, principalmente, como uma entidade teórico-científica, crítica percebível quando Ludlow (2003: 143) afirma que “I gather that on Chomsky’s views such objects (Língua-E) would be of little scientific interest if they did exist, but that in any case such objects don’t exist... I-languages are the only serious candidates for the objects of linguistic inquiry”. Chomsky (2003: 288) é claro:

“The problem with the “E-language perspective” that Ludlow discusses is not simply the resource (in some versions) to such factors as social convention and colors on maps. Rather, it does not address the basic properties of language, even the most rudimentary of them: that a language has an infinite variety of expressions, each a form-meaning pair... I doubt that there is an E-language perspective, and believe that even those who deny the fact are tacitly assuming the existence of I-languages, internal states of FL”

A mudança de enfoque da Língua-E para a Língua-I leva a gramática chomskyana para a biologia, já que a segunda é “real”, interna à mente-cérebro, nas palavras de Otero (1984) e Chomsky (2000). Ainda com Otero (1984: 114-115), Chomsky

estuda a “gramática interiorizada, que en el caso de un hablante individual es un objeto real del mundo, inscrito de alguna manera en su cerebro” e não “una lengua exteriorizada, cualquiera que sea su caracterización, no es uno de los objetos reales del mundo; es más un constructo artificial... un nivel más alto de abstracción”. De acordo com Chomsky (2000: 27 e 2000: 123):

“The I-language is a (narrowly described) property of the brain, a relatively stable element of transitory states of the language faculty. Each linguistic expression (SD) generated by the I-language includes instructions for performance systems in which the I-language is embedded. It is only by virtue of its integration into such performance systems that this brain state qualifies as a language. Some other organism might, in principle, have the same I-language (brain state) as Peter, but embedded in performance systems that use it for locomotion. We are studying a real object, the language faculty of the brain, which has assumed the form of a full I-language and is integrated into performance systems that play a role in articulation, interpretation, expression of beliefs and desires, referring, telling stories, and so on. For such reasons, the topic is the study of human language.”

“The actual state of one’s language faculty is the result of interaction of a great many factors, only some of which are relevant to inquiry into the nature of language. On more theory-internal grounds, then, we take an I-language to be an instantiation of the initial state, idealizing from actual states of the natural language. As elsewhere in naturalistic inquiry, the term “idealization” is somewhat misleading: it is the procedure we follow in attempting to discover reality, the real principles of nature.”

Acrescentando ainda o comentário de Otero (1984: 117), podemos perceber que a mudança de enfoque da Língua-E para a Língua-I é um realismo em dois atributos: “1) Hacia el estudio de objetos reales en vez de constructos abstractos; 2) hacia el estudio de lo que realmente queremos decir cuando usamos las expresiones 'lengua' o 'conocimiento de una lengua' o 'reglas de una lengua' en sentido no técnico”. Segundo Chomsky (1994: 23):

“O objeto de investigação deixou de ser o comportamento lingüístico ou os produtos deste comportamento para passar a ser os estados da mente-cérebro que fazem parte de tal comportamento. Se quisermos ter em atenção este último tópico, o ponto fulcral passa a ser o conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso.”

Ou nas palavras de Otero (1984: 116):

“una GP - gramática particular - y la GU que la hace posible son objetos reales, representados mentalmente, y como tales parte del mundo físico, siempre que

entendamos que los estados y representaciones mentales están inscritos físicamente de alguna manera en el cerebro. Los enunciados acerca de una GP o de la GU son enunciados verdaderos o falsos respecto a los estados estables alcanzados y al estado inicial, respectivamente, y tanto un estado estable como el estado inicial es un objeto real definido del mundo, situado en el espacio-tiempo y sujeto a relaciones causales. Hay que asumir, naturalmente, que el estado inicial (GU) há sido fijado de antemano para la especie. Dada una cierta experiencia, la GU se convierte en una GP, y esta GP forma parte de varios sistemas de uso de la lengua. Con este cambio de enfoque, la lingüística viene a ser parte de la biología.”

Quando se estuda a linguagem natural de uma perspectiva naturalista (e lógico-lingüística), não se estuda só os fatos das línguas (como os descritivistas), mas procura-se compreender o funcionamento mental a partir de princípios ou regras gerais, do que é necessário. Desta maneira, estuda-se a mente humana, algo universal, e procura-se os princípios (necessários) que devem ser de todo e qualquer indivíduo na Terra.

Tentativas de dissipar a tensão entre a adequação descritiva, que é descrever com precisão, economia e elegância o objeto de estudo (neste caso, a língua) e a adequação explicativa, explicar porque as coisas são o que elas são (como a aquisição de linguagem), surgem, principalmente, a partir da teoria de Princípios e Parâmetros e do Programa Minimalista. E é prioritariamente a última adequação que faz com que a teoria se insira numa abordagem biolingüística. Chomsky (2000: 53) nos permite estas conclusões, ao falar do conhecimento que o João, por exemplo, tem da sua língua:

“The initial state of their language faculty may be assumed to be uniform to a very good approximation. Presented with an array of evidence, the child acquires a specific language, making use of the resources of the initial state that determine a substantial part of the knowledge (competence) acquired; the initial state can be regarded as a fixed biologically-determined function that maps evidence available into acquired knowledge, uniformly for all languages.”

Quando dizemos que uma pessoa tem o conhecimento de uma língua “lo que queremos decir es que esa persona conoce una 'gramática” (Otero, 1984: 117). Então, com o “conhecimento *a priori*” de uma gramática, o ser humano estará apto a desenvolver ou maturar uma determinada Língua-I.

A noção de prática social de Dummett e a de cooperação social de Putnam remetem à Língua-E e Chomsky, pelo contrário, investiga a Língua-I. Ao adotar a Língua-I em vez da Língua-E, surgem conseqüências interessantes para o significado. Este será chamado de Significado-I, em paralelo à Língua-I. O Significado-I também é individual,

interno e intensional. Significado-I dispõe de propriedades inatas, logo, parafraseando Chomsky, quando interpretamos uma sentença (ou palavra) sabemos muito mais do que aquilo que aprendemos, porque já nascemos com um conhecimento semântico. Este Significado-I é, desta forma, natural, pertencente à biologia e não às teorias sociais ou históricas. Segundo Chomsky (2000: 33-4):

“Consider the shared initial state of the language faculty of the brain, and the limited range of I-languages that are attainable as it develops in early life. When we inquire into lexical properties, we find a rich texture of purely internalist semantics, with interesting general properties, and evidence for formal semantic relations (including analytic connections). Furthermore, a large part of this semantic structure appears to derive from our inner nature, determined by the initial state of our language faculty, hence unlearned and universal for I-languages. Much the same is true of phonetic and other properties. In short, I-language (including internalist semantics) seems much like other parts of the biological world.”

Quando Chomsky critica os adeptos do Significado-E como Putnam, Frege, Kripke, Dummett, entre outros, ele parte da convicção de que significados públicos ou significados compartilhados ou ainda aqueles oriundos do senso-comum estão além da investigação naturalística. Se quisermos respeitar os limites desta, temos de nos concentrar no Significado-I, que são os traços semânticos; e uma das inquietações do lingüista é por que a semântica tem de lidar com teorias oriundas da Língua-E, e não só da Língua-I?

1.3- O que há de especial no significado?

Um dos questionamentos de Chomsky é por que a teoria do significado tem de possuir (ou admitir) tais noções como criaturas construídas, reais ou imaginadas, ou ainda, por que o significado depende de uma relação com o mundo externo ou com objetos diferentes ou diferentes leis da natureza. Tal questionamento vem também da inquietação de que o estudo da fonologia ou da visão não lida com tais noções.

No caso da visão, nós temos representações internas imateriais. Se, na investigação de Ullman, *apud* Chomsky (2000), o sujeito é incitado a ver a rotação de um cubo, não há indagações sobre o “conteúdo” das representações internas. Falar que “o sistema visual representa traços do mundo externo” não está ao alcance da investigação naturalística, principalmente de uma abordagem internalista (e individualista). Da mesma forma deveria ser o estudo do significado.

As representações mentais da fonologia não têm uma relação com o mundo externo, elas são representações internas e não representações de algo. Afinal, por que questões de internalismo-externalismo só se levantam para o significado, não para a fonologia? O significado é determinado a partir da relação com o mundo externo de acordo com o realismo semântico, ou ainda, a partir de um significado público ou compartilhado e, de fato, estas teorias vão contra as afirmações de Chomsky. Novamente, não se fala em sons compartilhados, ou um fonema [P] que se relaciona com o fonema [P] no mundo.

Falar em significado público ou em referência pública é negar que o significado esteja na mente-cérebro. Mas, se negamos que o significado é determinado internamente, por que não negamos também isto em relação à fonologia ou à visão? Para Chomsky, referência e conteúdo são noções técnicas que seus criadores conceberam para usá-las de determinada maneira e não explicam, por exemplo, como os indivíduos desenvolvem um certo mecanismo “computacional” como a faculdade da linguagem. De acordo com Chomsky, se usarmos seriamente essas noções oriundas da Língua-E, as questões sobre o que as pessoas são e fazem permanecem misteriosas e nenhuma teoria convincente pode ser formulada.

Putnam, *apud* Chomsky (2000), por exemplo, afirma que “significados e linguagem são realidades culturais”, contudo, isto não contribui convincentemente para compreender como a linguagem é adquirida e pode ser usada. Explicações a partir do senso-comum, de língua compartilhada e significado público não nos dizem sobre a linguagem natural. Podem dizer algo sobre estudos culturais, muitas vezes em situações informais. Este é um dos argumentos de Chomsky (2000: 157) contra Putnam:

“Putnam’s statement that “languages and meanings are cultural realities” (his emphasis, p. 385) is accurate in one sense, which is why (like everyone else) I describe the way the terms are understood in the cultures we more or less share in terms of structures of power and authority, deference patterns, literary monuments, flags and (often mythical) histories, and so on. Such terms as “language” are used in different ways in other speech communities... But these “cultural realities” do not contribute to understanding how it is acquired, understood, and used, how it is constituted and changes over time, how it is related to other faculties and to human action generally. Neither the empirical study of language itself, nor Putnam’s “cultural studies (history, anthropology, sociology, parts of philosophy),” when seriously pursued, make use of the notion of “shared public language” of ordinary usage, apart from informal comment.”

Chomsky abandona tais noções como língua pública e significado comum. Para o lingüista, tais noções são obscuras. Falar em sentido compartilhado ou público não tem força explicativa. Chomsky mostra que compreender o significado através das noções de relação direta palavra-mundo externo ou referência ao mundo exterior ou a objetos externos ou normas culturais ou de uso correto é inapropriado para uma investigação naturalística, pelo contrário, essas noções fazem parte do que Chomsky chama de **etnociência**. Portanto, se estamos interessados no que é mental, como a visão, a fonologia e o significado, não é possível nos iludirmos com tais noções.

Os significados das palavras ou os traços semânticos - os Significados-I - são estruturas da natureza humana; eles não têm nenhuma relação direta com o mundo externo; na palavra *cachorro* não há nada que faça os falantes pegarem cachorro no mundo externo e ao mesmo tempo os falantes podem utilizar a palavra *cachorro* para se referir ao que quiser, de acordo com interesses, intenções, etc.. Porém, essa relação que envolve intenção faz parte da pragmática, e está, portanto, fora do módulo da linguagem. Assim, segundo McGilvray (1999: 162):

“Despite these issues, the general picture is clear. Lexical items, which are essentially sets of features, enter the computational system (the language faculty), which produces boundless numbers of expressions, each of which includes a linguistic perspective (SEM). This view of meaning ignores relationships to things in the world. While the meaning of a lexical item might be related by a speaker to something in the world – by, for example, using a sentence with its meaning to speak about that thing – the fact that it is so related on an occasion of use is irrelevant to its meaning. If “Gertrude left before her dogs could get into the garbage” is used on an occasion by a person to refer to Gertrude, her retrievers, and the accumulation behind Jane’s house, that is a matter for pragmatics, not for a theory of meaning. Meanings are naturalistic objects, not artifacts.”

Chomsky questiona o que há de especial no significado, quando comparado à fonologia ou à visão. Quando se estuda estes dois últimos, não se assume que eles têm relações com objetos no mundo externo e por que se assume isso do significado? Dessa forma, o significado também não pode envolver uma relação com o mundo externo, porque os significados são objetos que pertencem a natureza humana; eles não são artefatos do mundo externo.

O próximo tópico é uma discussão sobre a Forma Lógica. A Forma Lógica *per se* não é capaz de deixar os falantes competentes para interpretar, embora seja importante na interpretação, porque ainda é necessária a referência, uma referência

pertencente a natureza humana.

1.4- A Forma Lógica na interpretação e a interpretação na Forma Lógica

Dentro do PM⁴, além dos traços semânticos no léxico, há uma interface lógico-semântica, a Forma Lógica (LF, do inglês Logical Form), que também desempenha tarefas semânticas. No PM, há três tipos de traços: os traços formais, os traços fonológicos e os traços semânticos e as diferenças entre as línguas podem se limitar a esses traços. Os últimos dois traços Chomsky (2000: 170) denomina Fonologia-I e Significado-I, respectivamente: “The nearest I-linguistic paraphrase refers to the properties of a lexical item LI that are involved in sound and meaning: its phonological and semantic features (call them its I-sound and I-meaning, respectively)”.

LF é intermediária entre a faculdade da linguagem e os sistemas externos Conceitual-Intencional. De acordo com Raposo (1999: 28), “descobrir quais são os objetos legítimos e ilegítimos nas interfaces PF e LF é, pois, uma tarefa prioritária no âmbito do PM”. A Forma Lógica tem um papel crucial na interpretação de sentenças pelos falantes e descobrir quais são os elementos legíveis e interpretáveis em LF provoca interesses dos mais variados. Dessa forma, a Forma Lógica fornece informações necessárias para que os falantes possam interpretar. O que nos resta saber é se só a interpretação na Forma Lógica é o suficiente, isto é, se somente com a Forma Lógica os falantes se tornam competentes (no sentido gerativo do termo), em potência, a atribuírem interpretações. A resposta será *não*, se se acredita que a referência (e mundo) é primordial para uma teoria semântica. Dessa forma, LF não esgota a semântica das línguas naturais porque nela não há nenhuma relação de referência.

De acordo com Riemsdijk e Williams (1991: 151), LF é uma interface semântica, em um sentido estrito, já que “se preocupa exclusivamente com semântica estrutural e de forma alguma com o significado como um todo; em outras palavras, refere-se aqui à ‘sintaxe lógica’ no sentido em que os filósofos usam este termo”⁵.

Chomsky nos diz que, de uma forma mais ampla, LF é sintaxe, pois faz parte da mente humana, um artefato computacional (e representacional) da mente-cérebro, logo, internalista. Em um sentido comum, é possível dizer que LF é sintaxe, porque suas

⁴ Nos referiremos ao programa de 1995.

propriedades semânticas são mais bem resolvidas pela sintaxe. Assim, se dizemos “Eu coloquei o sorvete dentro da geladeira”, a sintaxe lógico-semântica nos leva a compreender que o sorvete foi colocado dentro da geladeira e não na superfície exterior ou na parte de trás da geladeira. Estas são relações intrínsecas de significados como nas três sentenças abaixo:

- (1) Ele acredita que o americano médio é homem.
- (2) O homem acredita que ele é um americano médio.
- (3) O americano médio acredita que ele é homem.

O pronome **ele** só pode ser co-referencial nas duas últimas sentenças. Essas características analíticas mostram as estruturas semânticas da faculdade da linguagem, que podem ser compreendidas como sintaxe, de acordo com Chomsky (2000: 125):

“The computational procedure maps an array of lexical choices into a pair of symbolic objects, phonetic form and LF, and does so in a way that is optimal, from a certain point of view. The elements of these symbolic objects can be called phonetic and semantic features, respectively, but we should bear in mind that all of this is pure syntax and completely internalist.”

Em LF, estabelecem-se os significados das sentenças, não das palavras, então, para discriminar se uma sentença é interpretável ou não. Ainda de acordo com Riemsdijk e Williams (1991: 162), a LF é “uma subteoria discreta e coerente da teoria geral do significado”, com dois olhos bem atentos: um visando a sintaxe e outro, a pragmática. Desta forma, percebemos que a teoria geral do significado é constituída de subteorias, sendo a LF encarregada de ‘formalizar’ estruturalmente as instruções para que os sistemas externos possam operar, ou, segundo Riemsdijk e Williams (1991: 163), “uma língua lógica como representação do significado estrutural de sentenças”. Assim, de cunho sentencial, a LF trabalha com significado estruturalmente como um “cálculo de predicados” (Riemsdijk e Williams, 1991: 167) ou nas palavras de Raposo (1992), uma lógica de predicados.

⁵ Contudo, o sentido filosófico de LF não é o mesmo empregado por Chomsky. Para os filósofos, LF não é o resultado do sistema computacional, como quer Chomsky.

Há várias motivações para a existência de LF: entre elas, a definição do escopo de operadores e de quantificadores, como propôs inicialmente May (1977), *apud* Raposo (1992: 137):

“Uma das motivações iniciais de May (1977) para a resolução do nível de representação LF surgiu do problema de representar adequadamente as propriedades semânticas e sintáticas dos operadores lógicos e dos constituintes com força quantificacional.”

Hornstein (1995:7) apresenta algumas características da LF: “it (LF) is “where all grammatically determined information that is relevant to interpretation” is consolidated (Higginbotham 1985: 549) and where certain output conditions apply”.. “it is the grammatical level that provides the correct logical syntax for the interpretative apparatus... LFs disambiguate sentences”. Portanto, LF não é descartável, pois certos processos semânticos devem ocorrer (leitura de cadeias temáticas, anáfora, o princípio da categoria vazia, efeito de subjacência, escopo, alçamento de quantificadores, funcionamento dos expletivos...) e, pelo contrário, tem um papel crucial na interpretação.

Hornstein (1995: 5-6) ainda afirma que LFs podem fornecer instruções apropriadas para atribuir condições-de-verdade às sentenças:

“A further research aim arises when coupled with the view that meaning is exhausted by the specification of a sentence’s truth conditions, this further assumption requires that LF yields a logical syntax appropriate for recursively stating the truth conditions of a sentence... An example might help give the flavor of the enterprise. Consider the pair of sentences in (4):

(4a) Everybody left

(4b) John left

(4a) e (4b) are standardly treated as having distinct logical forms. *John* in (4b) is a name, a referring expression, in contrast with *everyone* in (4a) which is a quantifier. In the Frege/Russell tradition, this sentence expresses a singular proposition with structure like that in (5).

(5) Left (John) [L(j)]

This representation is meant to display the fact that *John* is a logical simple and that *left* is a one place predicate with a single argument position, filled in this instance by *John*.

In contrast, (4a) is logically more complex. *Everyone* is not a referring expression and the sentence is not of simple subject/predicate form. A variable fills the argument position of the predicate and a quantifier is appended to the whole open sentence.

(6) (Every x: x a man) [left (x)]

the difference in logical syntax displayed in (5) and (6) reflects the purported semantic difference between names and quantifier expressions. If LF is driven by the requirement of getting the truth conditions right, and we adopt the Frege/Russell

distinction between names and quantified NPs, then the LF phrase markers of this pair of sentences should have structures analogous to these two logical forms...”

Observe um outro exemplo:

(7) Todo aluno surfa.

(8) $\{x: x \text{ é aluno}\} \subseteq \{x: x \text{ surfa}\}$

Uma forma lógica possível de 7 é 8⁶. Assim, é usual utilizar a LF na interpretação da sentença. De acordo com Pires de Oliveira (2001: 131), “a forma semântica é um nível de representação que recupera a interpretação da sentença”. Como um meio técnico e lógico, a LF na interpretação é capaz de representar as relações relevantes para uma forma semântica. A questão é se o contrário acontece, isto é, se a interpretação em LF é o suficiente no sentido de que apenas a interpretação na LF torna o falante-ouvinte capacitado a interpretar. Em outras palavras, o que se procura saber é se a interpretação na LF exaure a interpretação semântica por parte do ouvinte-falante e se ela explica o conhecimento semântico do falante-ouvinte; a resposta será negativa porque, no mínimo, ainda falta a referência.

A partir dessa exposição acerca da LF, é possível tirar duas conclusões: LF é importante na interpretação porque estrutura o significado das sentenças e a interpretação na LF não basta, porque é preciso de referência e mundo (ou domínio D) ainda como parte da competência semântica dos falantes. Ultimamente, Chomsky vem usando SEM em lugar de LF e, desta forma, é possível avançar mais um pouco.

1.5- SEMs, perspectivas em potencialidade para conceber mundo(s)

SEMs são as perspectivas fornecidas pela faculdade da linguagem que servem como *inputs* para o módulo conceito-intencional, segundo (Chomsky, 2000: 180): “SEM is an information that is used by conceptual-intentional systems to engage the world in different ways as the language user thinks and talks in terms of the perspective made available by the resources of the mind”. O que queremos saber, portanto, é como isso acontece. Segundo McGilvray (1999: 169):

⁶ (7) pode ser interpretada por muitas diferentes formas lógicas.

“In what follows I use Chomsky’s recent terminology and speak of SEMs as perspectives or concepts, as mental entities that people employ in their cognitive dealings with the world. This construes perspectives as tools of reference and categorization, among other things – as mental items that we use to (it is difficult to come up with another word) conceptualize experience and things, that they are used by people to deal with the world does not entail that they be defined in terms of the things of the world, derived from them or captured in terms of how they relate to them. The aim, of course, is to clarify Cudworth or Chomsky’s proposal that the perspectives used by people to make claims and think about things and themselves are products of innate capacities that provide humans...”

De acordo com o argumento McGilvray, SEMs são entidades mentais, portanto, levam consigo uma tese metafísica. Através de SEMs, os seres humanos estão aptos a se relacionarem com o mundo, expressarem seus pensamentos, agirem sobre cada circunstância, de forma criativa, porque SEMs são perspectivas disponíveis pela mente-cérebro para os humanos se (des)envolverem com o mundo. Elas são capacidade de, não são os atos em si. SEMs, assim, são oriundas de capacidades inatas, em potencialidade. Há diferenças entre as perspectivas SEMs e as perspectivas usadas na pragmática. SEMs são as perspectivas sem intenções, ao passo que a perspectiva pragmática envolve intenções. Acreditamos que a pragmática emprega SEMs juntamente com a intenção, logo, não há a perspectiva pragmática propriamente dita. Há as perspectivas SEMs que podem ser usadas pelos falantes mediante suas intenções, resultando na pragmática. Segundo McGilvray (1999: 174):

“The biological rationalist has, then, an account – not a theory – of interpretation if the idea or SEM provided by the mind is also the concept used in interpretation. So there is reason to think that SEMs are at the same time the concepts we use to deal with the world in experience and products of, and defined within, the language faculty.”

Chomsky tenta apresentar uma abordagem (não uma teoria) sobre interpretação, porque uma teoria requer ainda as intenções do falante, os momentos do proferimento, o contexto.... Se SEMs fazem parte da faculdade da linguagem e se ela é restrita pelas condições de interface com os sistemas de performance (só pode gerar aquilo que as interfaces – os níveis de representação – lêem/interpretam), então, não parece muito descabido afirmar, como McGilvray faz, que SEMs são a um só tempo as perspectivas

propriamente que nós usamos, como espécie, para lidar com o mundo E definidas pela faculdade da linguagem (um produto dela).

McGillvray (1999: 165) avança:

“If Chomsky is right that linguistic expressions are (PHON, SEM) pairs and if it is these SEMs that are used by people to deal with the world – that is, if they are perspectives that afford us ways to conceive of things – there is little reason to refuse such a therapeutic way to avoid philosophical confusion: SEMs become concepts/perspectives.”

É possível ir além: ao assumir que SEMs estão na mente-cérebro, qualquer mundo, seja real ou imaginado (se é que há esta diferença), é “resultado” da linguagem, em um dado sentido: o mundo é um resultado no sentido de que ele só se torna presente ou toma forma ou, melhor, o mundo só pode ser interpretado porque há a faculdade da linguagem, conseqüentemente, as perspectivas oriundas dela. A minha percepção do mundo, o meu estar no mundo é resultado da evolução da minha espécie. O mundo que eu vejo e a que eu refiro é o mundo que a minha espécie me permitiu ver.

Então, SEMs são ferramentas com as quais se perspectiva mundo(s), mundo(s) que é acessível através da mente humana. McGillvray (1999: 171) refere a isso ao falar sobre Cudworth: “According to it (a teoria de Cudworth), the mind generates ideas in the head and, when it successfully perceives, somehow anticipates circumstances. It effortlessly produces the feature inside the head yet seems to ‘find’ it the things outside the head”. Então, para interpretar o mundo, por exemplo, as perspectivas SEMs providas da faculdade da linguagem são necessárias.

Quando Pedro interpreta um proferimento, ele constrói um mundo e põe as pessoas, as coisas e vai fazendo relações. Esse mundo construído por Pedro não é um mundo como este que nós vivemos, são mundos possivelmente mentais e são construídos mediante as perspectivas SEMs... Não há interpretação sem mundo, pelo menos, com o avanço dos estudos em semântica das línguas naturais e os mundos são construídos mediante SEMs. Também, não há uma relação direta linguagem-mundo externo, se se aceita Cudworth, Chomsky, Frege, Hume, entre outros. “We can think of naming as a kind of “world-making”, in something like Nelson Goodman’s sense, but the worlds we make are rich and intricate and substantially shared thanks to a complex shared nature” (Chomsky, 2000: 181). A tarefa do cientista ou filósofo é, então, “to discover how

experience and social interaction are shaped in terms of these internal resources” (Chomsky, 2000: 183).

Há uma visão construtivista, se se desenha SEMs dessa forma. De acordo com McGilvray (1999: 168): “Like Goodman, Chomsky suggests that by using language humans ‘create’ worlds that reflect the cognitive capacities used to deal with them”. Isso é comum aos racionalistas: “the world as known is the world of ideas, of signficatory content” (Yolton) (*apud* Chomsky, 2000: 182). Contudo, uma coisa é o conhecimento semântico e outra o conhecimento de mundo. De acordo com McGilvray (1999: 168):

“This compelling argument for placing linguistic meanings in the expression and thus in the language faculty does not speak to the question of whether meanings in the faculty language could serve as concepts – mental entities that we use to refer to and characterize the things of the world. Chomsky’s calling SEMs “perspectives” presupposes that they can, and it may seem obvious that they can, but he must make the identification of concepts with SEMs in the head plausible by showing how they play a role in interpretation. To do that, Chomsky appeals to those in the rationalist tradition – Cudworth and Herbert of Cherbury are prominent examples – who have defended the constructivist view he needs.”

Como as perspectivas são moldadas pela história da espécie, que inclui uma história da linguagem, então, é difícil dizer que ela não é resultado da faculdade da linguagem; a faculdade da linguagem armazena um conhecimento semântico e acessa um conhecimento de mundo, através do módulo conceito-intencional. O primeiro é a priori, qualquer criança já nasce com um conhecimento semântico. As perspectivas são usadas para construirmos um conhecimento de mundo, isto é, só “vemos” o mundo que nossa faculdade da linguagem nos permite ver. Mas o conhecimento de mundo tem que incluir ainda coisas como cultura, senso-comum, leis..., então ele é próximo da Língua-E. É uma visão construtivista, porque, quando os agentes lingüísticos usam as perspectivas para referir às coisas no mundo externo, por exemplo, a interpretação (dessa forma, a relação linguagem-mundo) vai sendo construída, melhor, vai sendo *estruturada* pela faculdade da linguagem, da mesma forma que o conhecimento de mundo vai sendo construído, estruturado pela faculdade da linguagem.

Dessa maneira, nos convém perguntar se o conhecimento semântico não seria o mesmo que SEMs, já que ambos são condições para haver interpretação. Eles são recursos da mente-cérebro, logo, têm características comuns. SEMs são *inputs* para o módulo conceito-intencional e são as perspectivas que engendram o conhecimento de mundo. Na

citação acima, o mundo conhecido é o mundo das idéias, no sentido de que o mundo conhecido é o mundo que as perspectivas SEMs permitem conhecer/conceber. As perspectivas instauradas por SEM, portanto, são conhecimento semântico (que, na verdade, envolvem outras coisas, como estrutura argumental) e esse conhecimento semântico inicial (a GU) deve ser igual a todos os humanos.

Conhecimento de mundo está além dos limites do módulo da linguagem; este é também chamado de conhecimento enciclopédico e é extremamente dependente da **cultura**. O meu conhecimento de mundo certamente não é o mesmo de uma índia que mora em alguma tribo perdida no meio da floresta amazônica, sem contato com cristãos. O conhecimento de mundo pode estar no próprio módulo conceitual-intencional e SEM pode acionar informações sobre esse conhecimento de mundo do falante ou, ainda, o conhecimento de mundo pode ser um módulo à parte. Seja qual for o caso, esse conhecimento de mundo é “construído” por SEMs, as perspectivas em potencialidade para conceber mundo(s).

1.6- As perspectivas usadas pelos agentes lingüísticos sobre as coisas

O título acima foi retirado de Akeel Bilgrami (1992). Segundo este autor, com o qual Chomsky concorda, não há uma relação linguagem-mundo sem o uso de tais perspectivas pelos agentes lingüísticos, não há coisas sem algum "conteúdo intencional" dos falantes, sem alguma crença do falante. Daqui decorre a noção de que a Referência-E "depende" de como as perspectivas são usadas pelas pessoas.

O tão famoso triângulo peirceano envolve a relação signo-pessoa-coisa. O que este triângulo nos diz é que há uma relação fundamental entre as palavras, pessoas e coisas. Chomsky, seguindo Bilgrami com a noção de "perspectiva dos agentes lingüísticos sobre as coisas", afirma que esta relação é pelo menos tetrádica, isto é, as pessoas usam as palavras para falar sobre o mundo em determinadas circunstâncias, focalizando aspectos e interesses particulares, graças às perspectivas oferecidas pelos recursos lingüísticos. Se uma “privada” pode ser um assento sanitário ou uma cadeira ou uma peça de museu ou arte ou ainda um vaso de flores vai depender das intenções desses agentes lingüísticos, em certas circunstâncias, em momentos particulares; portanto, não há uma relação sistemática e direta entre palavras e coisas, porque ela depende do que o falante quer fazer com ela, melhor, depende de como as perspectivas são usadas pelos falantes, de acordo com suas intenções.

É nesta parte que Chomsky se alia, em parte, ao Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* (1979). Este escreve que "com suas palavras 'quando ouvi a palavra, ela significou para mim...' ele se refere a um dado momento e a uma espécie de emprego da palavra... e a expressão 'eu queria, naquela ocasião, dizer...' refere-se a um dado momento e a uma ação" (1979: 174). Neste trecho é possível observar que o significado de uma palavra depende do momento em que ela foi dita, como foi decorrida a ação do falante, isto é, depende das circunstâncias de seu proferimento. De acordo com Chomsky (2000: 42 e 2000: 128 e 2000:137):

"The object in front of me is not essentially a desk or a table; that very object could be any number of different things, as interests, functions, intentions of the inventor, etc, vary"... "Whether something is water depends on special human interests and concerns" ... "what is a thing, and if so what thing it is, depends on specific configurations of human interests, goals, and actions."

Como exposto, Chomsky demonstra que a intencionalidade é peça fundamental para se decidir se uma coisa é mesa ou escrivaninha, logo, as circunstâncias nas quais foram exigidas as intenções dos falantes também têm de ser levadas em conta. A mesa pode ser qualquer coisa⁷ ou ainda coisa nenhuma e isto vai depender do uso das perspectivas através das intenções dos falantes. Fica claro, também, que o lingüista derruba as teorias semânticas externalistas, principalmente, as de Kripke e Putnam. Se de acordo com Kripke a referência é fixa e única em todos os mundos possíveis, Chomsky afirma que ela varia como variam as situações de uso de uma palavra, varia em função do modo que uma perspectivada é intencionada, portanto, a relação palavra-coisa pode ser dada de infinitas outras maneiras, de acordo com as mudanças nos usos das perspectivas, que podem variar de acordo com as ações e circunstâncias também. Quanto a Putnam, Chomsky (2000: 148) critica o experimento da Terra gêmea:

"Consider the Twin-Earth thought experiment designed by Hilary Putnam, which has provided much of the motivation for externalist assumptions. In one version, we are to explore our intuitions about the *extension* or *reference* of the word "water" on Twin-Earth, where speakers identical to us use it to refer to XYZ, which is not H₂O But we can have no intuitions about this question, because the terms *extension*, *reference*, *true*

⁷ Chomsky tem em mente um sujeito totalmente livre, mas como veremos isso não é possível efetivamente. Uma mesa não pode ser um foguete espacial efetivo.

of, denote, and others related to them are technical innovations, which mean exactly what their inventors tell us they mean.”

De acordo com o triângulo peirceano, Pedro, por exemplo, utiliza a palavra *água* para referir a XYZ na Terra gêmea e seu irmão gêmeo utiliza a mesma palavra para referir a H₂O na Terra, porque suas intenções são diferentes. Não só por isso, mas porque também as convenções são diferentes. Destarte, tudo isso é possível, porque há perspectivas em potencialidade, disponíveis pela arquitetura biológica, que podem ser usadas a partir da intenção de um falante e que, portanto, permitem que Pedro e seu irmão gêmeo refiram diferentemente e possam admitir convenções distintas. Suponhamos que Pedro venha à Terra e aponte para um copo com água e diga que aquilo é água. Ele pensa estar referindo a XYZ ou a H₂O? Ou que o irmão gêmeo de Pedro vai para a Terra gêmea e pede água apontando a um copo com água. Ele pensa que está tomando XYZ ou H₂O? Com estes exemplos, o argumento da Terra gêmea entra em colapso, porque podemos usar a palavra *água* para referir a diversas coisas, que variam conforme o uso das perspectivas. Se as circunstâncias variam, a referência também pode variar, seu uso, porque as perspectivas podem ser empregadas de modos peculiares. De acordo com o próprio Chomsky, se o irmão gêmeo de Pedro está referindo a XYZ ou H₂O é uma questão de decisão e temos poucas intuições sobre isso. Um dos motivos pelo qual se torna difícil uma teoria da intencionalidade, é porque as circunstâncias variam muito e desenvolver uma teoria aglomeradora e precisa está longe de nosso alcance, pois isto exigiria conhecimento de todas as intenções e que até o momento percebe-se que é impossível esta sistematização da intencionalidade⁸. É impossível prever as intenções do irmão gêmeo de Pedro e/ou de Pedro, por exemplo. Além do mais, “examples of the Twin-Earth type serve as one prong of conventional externalist theories of language and thought” (Chomsky, 2000: 155). Essa relação que envolve intenções, como a que Bilgrami discute, é o que estamos chamando de Referência-E. É uma relação pragmática, porque os falantes através de suas intenções fazem uso das perspectivas fornecidas em potencialidade pelos recursos mentais para falar sobre as coisas. Essa Referência-E está fora, portanto, de uma abordagem naturalista porque é definida por intenção e faz parte de uma teoria externalista e convencional da linguagem.

1.7- Domínio D e relação R

O movimento feito por Chomsky da Língua-E para a Língua-I e do Significado-E para o Significado-I pode ser constatado também para a referência. Defendemos a hipótese de que em Chomsky há mais uma dicotomia entre a relação R' (o que estamos chamando de Referência-E) e a relação R (a nossa Referência-I) estabelecida por SEM. A relação R' pode ser entendida como uma relação causal entre linguagem e mundo externo ou ainda uma relação intervinda pelos agentes lingüísticos. Chomsky é radicalmente contra qualquer teoria semântica que concebe o significado como uma relação linguagem e mundo externo. Porém, em certos momentos, Chomsky começa a admitir uma relação R com algum Domínio D ou modelo mental, de novo, tal relação tem de ser interna, como o Significado-I. Assim, relação R pode ser permitida na abordagem chomskyana, também, sob uma perspectiva internalista, individual e intensional, diferentemente da relação R'.

Parece ser, pois, necessário admitir uma relação de referência interna, pertencente ao estudo internalista. Essa relação independe dos falantes; é a derivação sintática convergida em SEM que refere a uma representação (que não é uma representação de algo). Chomsky (2000: 129) acrescenta:

"Should we assume that expressions pick out things, intrinsically? More generally, should the "weakest assumptions" about the interface relations and the way they enter into thought and action be supplemented to include relations that hold between certain expressions and external things? That is commonly assumed, though we have to take care to distinguish two variants: (1) things in the world, or (2) things in some kind of mental model, discourse representation, and the like. If the latter, then the study is again internalist, a form of syntax."

A primeira variante em (1) é a relação R' (ou Referência-E), a segunda, em (2), a relação R (ou Referência-I). A relação R é sintaxe, então, o sistema refere a uma representação interna, melhor, a um domínio. É verdade que podemos usar as palavras para referir a qualquer coisa, mas já é relação R', que depende das circunstâncias e do uso das perspectivas pelos agentes lingüísticos.

Contudo, com a própria ironia de Chomsky de que "If Peter and Mary do not have a 'shared language', with 'shared meanings' and 'shared reference', then how can

⁸ Para Chomsky, uma teoria (científica) da intencionalidade é impossível, o humano (ou a sua natureza) não é sistemático.

Peter understand what Mary says? (2000: 30)", percebemos que não precisamos compartilhar a mesma língua para termos comunicação. Aliás, Chomsky (2000: 30) suspende a crença de que a comunicação é uma função básica da linguagem, "As for the idea that 'the basic function of natural languages is to mediate communication' - Fodor and Lepore 1992 -, it is unclear what sense can be given to an absolute notion of 'basic function' for any biological system". Assim, línguas, significados e referência externos, compartilhados, não explicam a comunicação, muito menos a própria linguagem. Em outras palavras, não têm força teórica convincente.

Sendo uma relação entre linguagem com o mundo externo, a relação R' acontece pela intencionalidade, pois, novamente, são as pessoas que utilizam as palavras para falar sobre as coisas. São as perspectivas oriundas pela faculdade da linguagem juntamente com as intenções dos falantes que permitem que as palavras tenham alguma relação com o mundo, pois, segundo Chomsky (2000: 42), "there seems to be little reason to suppose that an analogous notion R' can be given a coherent and useful formulation as a relation holding between expressions and some kind of things, divorced from particular conditions and circumstances of referring".

Esta noção de relação R' mapeada pelos externalistas pode ser pensada também como a coisa no mundo externo e Bilgrami (1992) afirma que essa relação é intermediada pela intenção. E o que Chomsky nos mostra, como já salientado, é que podemos, numa perspectiva naturalista, falar em relação R, interna à mente do falante, como sintaxe no sentido amplo. Chomsky (2000: 202) escreve: "Irrelevantly here, it could be that a technical notion of reference should be introduced in the study of the syntax of representations, much as relations among phonetic features are introduced into phonology". Nesta passagem, Chomsky diz que talvez seja preciso uma noção técnica de referência, mas em outras passagens, ele chega a postular uma relação interna à mente. A pergunta que nos cabe é se a relação R é uma necessidade mental, do falante biológico? Sim, porque ela tem lugar no estudo naturalista, diferentemente da relação R', que só é necessária para o uso da linguagem.

Se a noção de relação R, desta forma, for admitida, ela estabelece relações com representações internas ou Domínio D. Esperar alguma relação com o mundo externo não traz ganhos às adequações descritiva e explicativa. Pelo contrário, é possível que as expressões lingüísticas se relacionem com um domínio mental, de acordo com Chomsky (2002: 38/9): "Within internalist semantics, there are explanatory theories of considerable

interest that are developed in terms of a relation R (read “refer”) that is postulated to hold between linguistic expressions and something else, entities drawn from some stipulated domain D (perhaps semantic values)”. Essa relação interna já aparece em Chomsky (1994: 62):

“Pode-se falar de ‘referência’ e de ‘co-referência’ com alguma inteligibilidade se se postular um domínio de objetos mentais associados a entidades formais da língua por meio de uma relação com muitas das propriedades da referência. Mas tudo isto é interno à teoria das representações mentais; é uma forma de sintaxe. Não parece haver nenhum sentido óbvio no povoamento do mundo extra-mental com entidades correspondentes, nem se consegue nenhuma consequência empírica ou aumento do poder explicativo ao fazê-lo. Assumindo que assim é, o estudo da relação entre estruturas sintáticas e modelos, imagens ou algo semelhante, deve ser encarado como pura sintaxe, devendo o estudo das várias representações mentais ser suplementado por uma teoria da relação que estes objetos mentais mantêm com o mundo tal como nós o concebemos ou acreditamos que é. A postulação de tais argumentos não é inócua, mas deve ser justificada por argumentos empíricos, tal como no caso de representações fonológicas e de outras representações sintáticas. Portanto, a mudança em direção a uma teoria computacional na mente contém também uma parte substancial daquilo a que se tem chamado semântica, conclusão que só é fortalecida se considerarmos abordagens manifestamente mais conceptualista destes tópicos” (1994: 62).

Voltamos novamente à palavra **representação**. A Faculdade da Linguagem se encaixa numa teoria Computacional-Representacional (C-R), pelo menos sob um enfoque naturalista, pois, “the study of C-R systems, including “internalist semantics”, appears to be, for now, the most promising form of naturalistic inquiry” (Chomsky, 2000: 45). Podemos postular, juntamente com Chomsky (2000), que o Domínio D e a relação R estão dentro de uma teoria C-R, logo, internos à mente-cérebro: “There may well be justification for the notion R internal to C-R theories (basically a syntactic notion, despite appearances)” (Chomsky, 2000: 42).

Se a semântica é uma relação das expressões lingüísticas com modelos, este último poderia ser um modelo mental na assunção do lingüista. Esse modelo pode ser entendido como **conceito mental**. Jackendoff (2002) fala em uma semântica conceptualista, cujo significado é a relação linguagem e um conceito mental: “linguistic semantics *per se* is the study of the interface between conceptualization and linguistic form (phonology and syntax). It therefore studies the organization of conceptualization that can be expressed or invoked by language (2002: 293). Portanto, modelo pode ser entendido como imagens ou conceitos mentais, sendo estes últimos, amparado em Chierchia (2003), menos

problemáticos do que as imagens mentais, já que estas são ainda muito mais subjetivas do que os conceitos mentais. Apesar de uma possível solução, porque significado de uma expressão da linguagem natural seria um conceito mental calcado a ela, seria necessário um maior conhecimento sobre estes conceitos mentais, como nos aponta Chierchia (2003: 24):

"se nos limitarmos ao slogan significado = conceito, não avançaremos muito. Apenas trocaremos um termo problemático por outro termo tão problemático quanto. Se não dissermos alguma coisa a mais sobre qual é a estrutura dos conceitos, nada mais teremos feito do que rotular um problema ao invés de resolvê-lo."

A relação R' está além de um estudo naturalista e se o significado também for admitido como tendo tal relação R', ele possivelmente pertencerá às humanidades. Mas, se estamos interessados num estudo naturalista, Significado-I e relação R têm de fazer parte da biologia humana. Assim, o significado de uma palavra não pode apresentar – nas ciências naturais – como referência o mundo externo. Ela pode apresentar uma relação R com algum domínio mental, com D especificamente. Tomemos o paradoxo de Londres discutido também em Chomsky (2000). Não é a referência Londres que determina o significado de *Londres*. Londres poderia ser completamente destruída e reconstruída a quilômetros de distância e ainda assim ser *Londres*. Poderiam também destruir seus monumentos, estradas e ela ainda poderia ser *Londres*. A uma palavra é possível atribuir propriedades inusitadas, mas, novamente, R' depende das intenções e do uso das perspectivas estabelecidas pelos recursos da faculdade da linguagem. Assim, à parte das humanidades, Significado-I, relação R e D podem ser concebidos como propriedades da mente-cérebro, logo, como sintaxe, no sentido amplo. De acordo com Chomsky (2000: 39):

"The relation R, for example, holds between the expressions *London* (*house*, etc.) and entities of D that are assumed to have some relation to what people refer to when they use the words *London* (*house*, etc.), though that presumed relation remains obscure. As noted, I think such theories should be regarded as a variety of syntax. The elements they postulate are on a par, in the respects relevant here, with phonological or phrase-structure representations, or the hypothetical brain configuration C; we might well include D and R within the SD (the linguistic expression), as part of an interface level."

Chomsky está afirmando que D e R podem fazer parte de alguma interface, possivelmente a interface SEM, o que nos leva a afirmar que há um grande peso

ontológico. Porém, quando Chomsky (2000) afirma que pode haver um Domínio D e R, ele não deixa claro, pelo menos inicialmente, se D e R têm ou não plausibilidade psicológica. Portanto, dentro da própria relação R, há uma dicotomia: em um dado momento, R e D são metodológicas, porque R e D são noções técnicas, construtos teóricos do semanticista. Segundo Chomsky (2000: 40):

“The relation R and the construct D must be justified on the same kinds of grounds that justify other technical syntactic notions... R and D are what we specify that they are, within a framework of theoretical explanation.”

Tanto R quanto D são aparatos teóricos, que necessitam, além da adequação descritiva, da adequação explicativa. Por isto, em princípio, se tomamos referência como convenção ou algo comum, do discurso ordinário, com uma rigidez entre linguagem e mundo externo - a relação R' -, estamos negando qualquer teoria explicativa, logo qualquer forma de entender como a linguagem é adquirida ou como compreendemos (ou interpretamos) as sentenças e as relacionamos com mundo; em outras palavras, saímos dos limites biológicos. Contudo, se tomamos relação R como uma relação interna a um domínio mental - D - é possível determinar as propriedades semânticas das línguas naturais, numa abordagem naturalística. Dessa forma, ainda como parte da metodologia de estudo, R e D são internos à mente-cérebro. Essa leitura é próxima daquela visão conceptualista de Jackendoff (1998 e 2002). Em um outro momento, R e D podem possuir alguma plausibilidade psicológica, porque fazem parte da interface semântica. Assim, além do ponto de vista metodológico, R e D também podem ter amparos psicológicos, isto é, um ponto de vista ontológico. Visto assim, não é descabido pensar que R e D fazem parte da estrutura biológica dos seres humanos. É com base nesse ponto de vista ontológico que buscamos sustentar a necessidade biológica do que estamos chamando de Referência-I.

Capítulo 2- Frege, sentido, referência e objetivo não-efetivo

Este capítulo buscará deixar evidente que a referência é uma das relações semânticas importantes para o significado. Também discutiremos as noções de sentido, conceito e objeto. Faremos uma passagem breve por Kant e o impacto do termo “dado na sensibilidade” perante o modelo de Frege. Por fim, destacaremos que o sentido é objetivo não-efetivo, no caso de Frege.

2.1- Sentido e referência

Frege mostra que há diferentes sentidos para chegar à referência, esses sentidos determinam uma mesma referência quando aqueles podem ser substituídos um pelo outro sem alterar esta. Por exemplo, tomemos a sentença:

(9) A atual capital do Brasil é banhada pelo mar.

O nome próprio *A atual capital do Brasil* (entendemos por nome próprio uma palavra, combinação de palavras ou descrições definidas) designa ou denota uma referência no mundo, ou mais, precisamente, a cidade sede do governo federal brasileiro. Ainda podemos nos referir a este mesmo objeto via outros sentidos, como *Brasília*. Para Frege, a relação palavra e o mundo é intermediada pelo sentido (daí referência indireta) e este poderá ser vários para uma mesma referência, conquanto que a designação seja a mesma, ou em outras palavras, que a extensão seja a mesma. Cada sentido só pode pegar uma referência no mundo, logo, *Brasília* e *A atual capital do Brasil* denotam a mesma e única referência no mundo. Assim, a “sentença (9)”⁹ contém um conhecimento real” (Frege, 1978: 62), porque nos permite ir ao mundo e concluir que Brasília não é banhada pelo mar. Nessa visão, Frege seria o fundador da Referência-E.

A referência de um nome próprio é o objeto no mundo e a referência de uma sentença é seu valor-de-verdade. Agora, a referência da sentença *A atual capital do Brasil é banhada pelo mar* é seu valor-de-verdade que, neste exemplo, é falso. Frege (1978: 67) afirma que “se substituimos uma palavra da sentença por uma outra que tenha a mesma referência, mas sentido diferente, isto não poderá ter nenhuma influência sobre a referência

da sentença. No entanto, vemos em tal caso que o pensamento muda”. Assim, a sentença *Brasília é banhada pelo mar* mantém o valor-de-verdade (o falso), porém o pensamento muda.

A ficção não nos traz nenhum conhecimento, segundo Frege, porque nós não temos a referência no mundo. Na ficção, só há sentidos e, portanto, sem referência não há como atribuir conteúdo às sentenças. Frege ainda destaca que uma sentença bem formada terá sentido, no entanto, compreender o sentido não garante a determinação da referência, como em “o mamífero da região abissal do mar” que tem sentido e provavelmente não tem uma referência, portanto, esta sentença é sem valor de verdade, já que não pegamos nenhuma coisa no mundo.

Frege (1978) aponta alguns problemas para assegurar a referência: no discurso direto é comum falar sobre as palavras de outrem, como em uma citação; no discurso indireto o que se fala é sobre os sentidos das palavras de outrem. Em ambos os discursos a referência não é usual, pois no primeiro nos referimos às palavras do outro e no segundo, ao sentido das palavras dos outros. Frege também nos previne do psicologismo, isto é, não devemos confundir sentido e referência com a representação que temos de algum objeto, já que esta é individual e subjetiva e nunca será a mesma para duas pessoas; diferentemente da referência que é o objeto que determinamos através do sentido, então, este sim é público e por isso objetivo.

O sentido de uma sentença é o pensamento e Frege (1978: 70) acrescenta ainda que “um valor de verdade não pode ser parte do pensamento... nunca devemos, pois, nos ater apenas à referência de uma sentença, porém, o pensamento isoladamente não nos dá nenhum conhecimento, mas somente o pensamento junto com a referência, isto é, com seu valor de verdade”. Assim, ao afirmar que o valor de verdade de uma sentença é a referência, ele nos mostra que as orações subordinadas não exprimem um pensamento completo, pois ora têm uma referência indireta, ora indicam indefinidamente deixando as sentenças incompletas (sem nomes próprios que asseguram a referência) ora o próprio pensamento não é completo, isto é, não pode ser substituído por outra sentença sem alterar o valor de verdade, então, de acordo com Frege (1978: 75), “a sentença subordinada tem, habitualmente, como sentido, não um pensamento, mas apenas uma parte de pensamento, e consequentemente, nenhum valor de verdade como referência”. Por exemplo, se temos a sentença Adão acredita que Eva é rica, e se o nome próprio *Eva* tiver como outro sentido

⁹ Adaptação nossa.

mulher de Adão, e o substituímos na sentença resultando Adão acredita que a mulher de Adão é rica, percebemos que alteramos o sentido e com isso pode haver mudança na referência da sentença (o que não ocorre em um contexto extensional), porque em contextos opacos (intensional), temos que assegurar o mesmo sentido, o que não acontece. Enfim, para que seja possível atribuir valor de verdade a uma sentença, o pensamento tem de estar completo e designar uma e somente uma referência, mas “o pensamento não pertence nem a meu mundo interior, como uma idéia, nem tampouco ao mundo exterior, ao mundo das coisas sensorialmente perceptíveis” (Frege, 2002: 35). Ele pertence, melhor, ele é, como veremos, objetivo não-efetivo. Um terceiro reino.

Frege também é chamado de platônico, porque os sentidos ou conceitos não pertencem nem ao mundo das idéias nem ao mundo das coisas, eles são um reino à parte, um terceiro reino. Não pertencem ao mundo das idéias, porque em vez de subjetivo, os sentidos e conceitos são objetivos. Não pertencem ao mundo das coisas, porque os sentidos e conceitos não são dados na sensibilidade da mesma forma que uma mesa é posta às sensações de uma mão por exemplo. A sensibilidade está amparada pela dicotomia causa-efeito. Os sentidos estão longe dessa dicotomia. Se os sentidos fossem apenas dados na sensibilidade, portanto restritos à dicotomia causa-efeito, com certeza, raramente alguém conseguiria atribuir sentidos, o que não é verdade. As pessoas atribuem sentidos constantemente e de forma criativa.

O sentido, neste ângulo, nas próprias palavras de Frege (1978), é “modo de apresentar” a referência. Há um ponto que merece ser salientado, presente em Evans (1982: 16), sobre o termo singular, como *Alfa*:

“Frege’s idea was that it (Alfa) may be a property of a singular term as an element of a public language that, in order to understand utterances containing it, one must not only think of a particular object, its Meaning, but one must think of that object in a particular way: that is, every competent user of the language who understands the utterance will think of the object in the same way.”

Este pensar um objeto “em um modo particular” também traz consequências para o valor-de-verdade. Alguém vai entender uma sentença completa não só como verdadeira ou falsa; o seu valor-de-verdade será pensado também “em um modo particular”. Assim, se digo que *o São Francisco é extenso*, a função irá pegar como verdadeiras as coisas que são extensas e não uma lista de rios. Percebe-se, então, que o

valor-de-verdade da sentença São Francisco é extenso é pensada “em um modo particular”, neste caso, nas coisas que são extensas. O sentido é visto, desta forma, nas palavras de Frege, como ‘o modo de pensar sobre alguma coisa’.

2.2- Conceito e objeto

Partimos da consideração de Wright (1983: 13):

“The really fundamental aspect of Frege’s notions of object and concept is that they are notions whose proper explanation proceeds through linguistic notions. Putting on one side Frege’s subsequent treatment of whole declarative sentences as a kind of name, we can say that the basis of Frege’s platonism is the thesis that objects are what singular terms, in the ordinary intuitive sense of ‘singular term’, refer to. From the point of view of the correct order of explanation, the converse claim, that singular terms are those expressions which is primary, the ontological one derivative. It is because Frege holds this primacy of syntactic categories that he believes that he can legitimately argue that syntactic behavior of numerical expressions immediately settles that numbers are if anything a kind of object.”

Frege lança mão do conceito: um objeto cai ou não sob um conceito; o conceito agarra objetos já existentes. Neste âmbito, a filosofia de Frege é uma filosofia do conceito. Evans (1982: 8) fala em força semântica (semantic power) que afeta o valor de verdade: a força semântica é “determinada pela existência de expressões associadas com alguma entidade extra-lingüística”. Esta entidade é o objeto.

A primeira diferença entre sentido e referência, por um lado, e conceito e objeto, por outro, é que os primeiros são termos lingüísticos e os segundos, onto-lógicos. Os conceitos e objetos pertencem ao espaço ontológico; os conceitos especificam a (des)organização do mundo, melhor, compõem o mundo, nos fazem chegar aos objetos.

A natureza do conceito é predicativa, ele não é referência de argumentos; a referência destes é os objetos: “o conceito é a referência de um predicado, enquanto que um objeto é o que nunca pode ser a referência total de um predicado, embora possa ser a referência de um sujeito (Frege, 1978: 95). Este caráter predicativo do conceito corresponde a uma das características do que Frege chamou de função: “o que denomino aqui de natureza predicativa do conceito é apenas um caso especial da necessidade de complementação ou insaturação que, em meu artigo “Funktion und Begriff”, apresentei como uma característica essencial da função” (1978: 95). Portanto, “objetos e conceitos são

fundamentalmente diferentes” (1978: 109) e um objeto pode ou não cair sob um conceito. Frege nos diz, finalmente, que o conceito de triângulo não tem três lados, mas o objeto triângulo tem. Dessa forma, não podemos confundir conceito com o objeto e ele nega a idéia de que podemos referir imediatamente ao objeto, mas só através de conceitos.

2.3 - Frege e o dado na sensibilidade em Kant

Frege (1962: 5-6) ainda nos leva mais longe: “também é desfavorável para meu livro a inclinação tão difundida de admitir-se como existente apenas o sensível. O que não pode ser apreendido pelos sentidos pretende-se negar ou passar por cima. Agora, os objetos da aritmética, os números são de natureza não-sensível. Então como se resolve?”. Sem dúvida, nesta parte ele diz que há uma “natureza não-sensível”. O ‘dado na sensibilidade’ de Kant é abandonado, para Frege há coisas objetivas de natureza não-sensível, como os números. Se para Kant o entendimento é limitado pela sensibilidade, para Frege não, por isto a razão dele falar de objetos que não são dados na sensibilidade e nem estão no mundo da coisas-reais: eles são objetivos. Frege afirma que não é o sensível que faz aparecer o real, e também não sabemos como os objetos são de acordo como aparecem para nós, mas é mediante os conceitos que temos dele, então, há um objetivo não-efetivo para Frege, que é o conceito, enquanto que para Kant, há objetivo efetivo, um ‘dado na sensibilidade determinado por conceitos’. Frege (2002: 36) critica este ‘dado na sensibilidade’:

“Ter impressões visuais é certamente necessário, embora não suficiente, para ver algo. O que é ainda preciso acrescentar não é sensível. E é isto justamente o que torna acessível para nós o mundo exterior. Pois, sem este algo não-sensível, todos permaneceriam encerrados em seu mundo interior.”

Para Kant, a coisa não pode ser pensada sem este conceito transcendental, um objeto é o objeto dado na sensibilidade determinado por conceitos. Além do objetivo efetivo, Kant introduz o conceito de Transcendente (repare que é um conceito), o *a priori* - uma totalidade de possibilidades. Frege critica esta totalidade, porque não há uma determinação completa dos conceitos, é só depois de falar que este livro é preto, várias vezes, que o conceito surge, portanto ele é *a posteriori*; ele só é possível mediante uma análise enunciativa, não é um quadro fixo pré-determinado. Em Frege, não há esta

característica *a priori*. Neste rumo, Frege nos diria que já chegamos tarde (o tesouro do nossos antepassados) porque a cultura já padronizou alguns objetos.

A semântica de Frege, então, nos diz que a toda hora estamos nos referindo a algo diferente do discurso, falar ou conhecer é falar ou conhecer algo do existente. Há então uma relação em Frege: de um lado o nosso acesso ao mundo real é via conceito (objetivo não-efetivo), de outro, estamos lidando com algo que não é só conceito, o carro é o que é e o “pegamos” através de conceitos. Por isto, não confundir conceito com objeto. O conceito não é representação como sugere Kant, não é só aquilo que cai nos meus sentidos, na minha mente-cérebro, não é o mundo “real”, ele existe independentemente quer da linguagem quer da representação subjetiva: ele é objetivo. Segundo Benmakhlouf (2002: 191):

“Frege est très proche de cette analyse: le phénomène, s’il est une donnée intuitive, se confronte avec nos idées subjectives, idées qui ont certes une réalité, une Wirklichkeit, mais aucune objectivité; n’ayant pas d’objectivité, elles sont soustraites à la connaissance. En revanche si le phénomène est ‘objet extérieur’, nous n’y avons certes pas d’accès immédiat, mais un accès via un sens objectif, qui n’est ni une intuition, ni une représentation, ni une signification en nous de l’objet mais bel et bien une signification en soi de celui-ci.”

Se quisermos ter objetividade, o real, a comunidade, não podemos ficar só no nosso mundo interior, na nossa subjetividade, porque, como Frege (2002: 31) nos aponta, “é inconcebível que eu esteja encerrado dentro de mim até o infinito”. Ainda segundo Frege (1962: 8):

“eu reconheço um domínio do objetivo não-efetivo (Objectiven Nichtwirklichen), enquanto que os lógicos psicologistas consideram o não-efetivo como o subjetivo (subjectiv) sem mais. E, obviamente, claramente não se vê por que o que tem uma existência (Bestand) independente do emissor de juízos deva ser efetivo, isto é, deva poder atuar diretamente ou indiretamente sobre os sentidos. Não se pode descobrir uma tal relação entre os conceitos.”

Este objetivo não-efetivo, como visto, é o conceito. Mas, para os psicologistas ou subjetivistas, não há ‘nada’ “independente do emissor de juízos”, de acordo com Frege (1962: 9): “como os lógicos psicologistas ignoram a possibilidade do não-efetivo objetivo, tomam os conceitos por representações, com o que atribuem o seu estudo à psicologia... cada um tem as suas representações, que não são por sua vez as do outro”. Desta maneira,

se cada um tem só sua representação, se ficamos só no nosso mundo interior, se vivemos somente subjetivamente, não há porque termos propósitos comuns, portanto, nem pensamentos comuns.

Capítulo 3- Em busca de uma semântica referencial para as línguas naturais

Uma forma de compreender a semântica (das línguas naturais) é aquela cujo mentor principal é Frege e está presente também na tradição anglo-saxônica: o significado comporta uma remissão ao mundo. Trabalhamos com uma semântica de condições-de-verdade, porque “semantics with no treatment of truth conditions is not semantics” (Lewis, 1972: 169). No entanto, se o projeto é naturalista aos moldes do desenhado por Chomsky, almeja-se uma noção de referência que não seja nem baseada em convenção nem uma relação ao mundo externo. Não se trata também de uma referência pragmática, que está presente quando os falantes usam as palavras para referirem ao mundo externo, mas de uma referência semântica, de modo fregueana, pois, segundo Soares (2001: 195), “a referência, em Frege, é uma noção semântica”; esta referência semântica será apresentada no final do capítulo.

3.1- As contribuições de Ryle e a idéia de Referência-E

As contribuições de Ryle para a filosofia do século XX são indiscutíveis e de grande alcance. Ele também dedicou parte de suas reflexões aos estudos semânticos. Nestes, Ryle (re)estilizou o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*: o significado das sentenças ou das palavras vai depender do uso que fazemos delas, com o que podemos ou não fazer com elas. É essa a nossa base para a Referência-E.

Em *Theory of Meaning*, publicado em 1957, Ryle coloca a seguinte questão: o que é, para uma expressão, ter uma significação? Ele mostra duas respostas: uma lógica e outra filosófica. Do lado lógico, ele discute a lógica de Stuart Mill e os avanços conseguidos, através dos erros de Mill, pela semântica contemporânea. Do lado filosófico, o interesse se concentra em um pólo irradiante: o significado pela filosofia. Vamos discutir um de cada vez.

A teoria da filosofia traz inquietações acerca do que é, para uma palavra, possuir significado; paralelamente, reflete uma outra questão: o que é filosofar? Ryle mostra que filosofar é diferente de escrever poesia, especular, pregar, guerrear, fazer ciência, teologia, matemática... O ofício dos filósofos foi sendo burilado, distanciando-se dos ofícios dos psicólogos, físicos, químicos, matemáticos, juizes de direito... Antigamente,

a partir de uma etimologia restrita da palavra **filósofo** feita por Ryle, todos eram filósofos: “astrônomos, químicos, e botânicos” (1980: 66). O substantivo *cientista* só apareceu no final do século XIX, “os contemporâneos de Newton não o chamariam de um cientista, visto que não existia tal palavra” (1980: 66). O que hoje se conhece por filosofia ou era as preocupações dos psicólogos daquela época ou era as investigações dos fenômenos físicos dos cientistas (de laboratório).

Ryle apresenta três movimentos que influenciaram a idéia de que fazer filosofia é fazer psicologia, isto é, estudar a mente, a ciência natural. O primeiro movimento foi criticado principalmente por Frege, contra as idéias dos psicologistas de sua época (Mill era um dos principais alvos de Frege), ao eliminar veemente a subjetividade da lógica. De acordo com Ryle (1980: 67):

“Visto que a lógica fazia certamente parte da filosofia, nem toda a filosofia poderia ser classificada como ciência mental. Deve haver, então, um outro campo ou domínio além do material e do mental, o domínio dos objetos lógicos, nem materiais nem mentais, isto é, de objetos tais como conceitos, verdades, falsidades, classes, números e implicações.”

Essa era a posição de Frege, contudo, um outro movimento caminhava na direção contrária: a psicologia começou a ganhar características de uma ciência experimental e observacional. Ora, a filosofia é reflexão sobre a moral, a lógica, a ética, epistemologia, ontologia, que estão distantes do experimento e da observação. Dessa forma, a psicologia foi se exorcizando da filosofia. Um terceiro movimento estava ligado à intencionalidade. Mentalizar é dirigir-se a alguma coisa, é intencional (a) algo. Ryle (1980: 67-8) afirma:

“Assim como, na gramática, um verbo transitivo exige um acusativo, assim também, no campo das idéias, pensamentos e sentimentos, os atos da consciência, em geral, estão dirigidos para os seus próprios acusativos metafóricos. Ver é ver alguma coisa, lamentar é lamentar alguma coisa, concluir ou supor é concluir ou supor que alguma coisa é o caso. Imaginar é uma coisa, a coisa imaginada – um centauro, por exemplo – é outra. O centauro tem o corpo de um cavalo e não existe. Um ato de imaginar um centauro existe e não tem o corpo de um cavalo.”

A partir desses três movimentos, fazer filosofia foi se tornando um ofício peculiar e ganhando um terceiro reino platônico: não era físico nem mental, era filosofia. A

filosofia, como os números em Frege, que não pertencia nem à subjetividade nem ao mundo físico, sendo este restrito à sensibilidade, ao ambiente (*Umwelt*), começa a “explorar o terceiro reino das significações” (Ryle, 1980: 69). Contudo, através de Wittgenstein, o limite entre *sense* e *non-sense* passou a ser explorado pelos filósofos e não pelos cientistas e passou a pensar “que os problemas filosóficos são problemas lingüísticos” (Ryle, 1980: 70) no sentido de que “são problemas acerca da lógica do funcionamento das expressões” (Ryle, 1980: 70). Essa lógica aparece no uso, no seu funcionamento, na linguagem em jogo. Como no jogo de xadrez, uma coisa é a posição da peça numa partida; outra, é se ela é de marfim ou de madeira, contudo, de certa forma elas estão ligadas. Tanto o que ela pode desempenhar quanto do que ela é composta não são um terceiro reino à parte, estão imbricados no uso. A queda do terceiro reino se inicia. Segundo Ryle (1980: 69-70):

“Não existe, de um lado, uma caixa que guarda as figuras de xadrez feitas de marfim e, além dessa, uma outra caixa, mais estranha, que guarda as suas funções em partidas de xadrez. De maneira análoga, podemos distinguir uma expressão, enquanto conjunto de sílabas, do seu emprego. Um conjunto totalmente diferente de sílabas poderia ter o mesmo emprego. Mas a sua utilização não é uma substância adicional ou um sujeito adicional de predicação. Não se trata de um objeto não físico ou não mental, não porque se trate de um objeto físico ou mental, mas porque não se trata de um objeto. Visto que não é um objeto, não é um habitante de um reino platônico de objetos.”

Do lado da teoria da filosofia percorre a teoria da lógica, na tentativa de explicar a significação. A teoria da lógica também explora o que são as significações; na teoria da lógica, Ryle também discute a importância de Wittgenstein para a filosofia moderna. A linguagem, como o significado, é parecida com um jogo de xadrez, contudo é possível abandonar o jogo no meio da partida, “ao passo que não escolhemos falar e pensar, não podendo, aqui, decidir parar” (1980: 64). Saber o significado é saber usar as palavras e sentenças de maneira apropriada, em regras com o uso, de acordo com Ryle (1980: 65):

“As significações não são coisas, nem mesmo coisas estranhas. Aprender a significação de uma expressão é mais parecido com aprender um exercício (drill) determinado, do que com deparar com um objeto não encontrado anteriormente. É aprender a operar corretamente com uma expressão e com qualquer outra expressão equivalente a ela.”

A significação não é nem um objeto físico nem mental, na verdade, não é nem

objeto, logo, não pertence ao mundo dos objetos. Ela é um uso, na concepção de Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*, também, ao estilo de Ryle. A crítica de Ryle é direcionada a uma semântica referencial que postula que o significado de uma palavra ou sentença é um objeto no mundo externo. A significação, portanto, estaria fora da linguagem (ou da mente-cérebro). Ela pertenceria ao mundo dos objetos ou, na visão dos platônicos, a um terceiro reino. Chomsky também enaltece essas afirmações de Ryle, isto é, de que não é possível compreender o significado como objetos no mundo externo.

Ryle faz uma distinção interessante entre **nomear** e **dizer**. De acordo com Ryle, “o lógico está falando *acerca de* significações, ao passo que, no exercício desse ofício, ele está simplesmente trabalhando *sobre* elas” (1980: 54). Um dos a trabalhar nesse ofício foi o lógico Stuart Mill, erroneamente nas palavras de Ryle. Errado, primeiro, porque para Mill as significações estavam nas palavras isoladamente, como átomos. Segundo, Mill afirmava que as palavras são nomes, isto é, correspondem às coisas no mundo externo, o que Ryle chama de **nomear**.

Essa fase **nomear** foi se desfazendo à partir de Russell, de acordo com Ryle (1980): com Russell, começou o contraste entre o que pode ser dito com significado com aquilo que pode ser dito como verdadeiro ou falso. “A noção de significação foi finalmente desvinculada, em parte, da noção de nomear, e revinculada à noção de dizer” (Ryle, 1980: 63). Daí a teoria da lógica, porque significação começou a repousar em um ambiente da lógica. Passou, então, a ser entendida também como regras, pois, segundo Ryle (1980: 63-4), “saber o que uma expressão significa envolve saber o que pode (logicamente) ser dito com ela e o que não pode (logicamente) ser dito com ela... é conhecer as regras de emprego da expressão em questão”. Novamente, Wittgenstein é visto como pai dessa nova fase: a fase **dizer**. Começamos esta parte com Wittgenstein e vamos terminá-la com ele também, porque ele foi, nas constatações de Ryle, o primeiro a abandonar completamente a fase *nomear*, principalmente, à partir de *As Investigações Filosóficas*.

“Não pergunte pela significação, pergunte pela utilização” (1979) é uma das frases mais importantes de Wittgenstein para a semântica contemporânea. Se soubermos quando usar ou não uma palavra ou sentença em uma determinada situação, é porque sabemos o seu significado, como afirma Ryle (1980: 64): “a utilização de uma expressão ou o conceito que ela exprime é a função (rôle) para cuja execução ela é empregada, e não uma coisa, pessoa ou acontecimento qualquer que ela supostamente apresenta (stands for)”. Em vez de **nomear** como retentora da significação, é no uso, no que podemos ou não **dizer**

com uma expressão que está enclausurada a significação. Essa significação se assemelha a jogar xadrez, porque “não poderíamos aprender a jogar corretamente com o cavalo sem ter aprendido a jogar com as outras peças, assim, como não podemos aprender a jogar com uma palavra sozinha, mas somente em combinação com outras palavras e frases” (Ryle, 1980: 65). Quando o falante sabe fazer uso de uma expressão, é porque a expressão tem significação. Assim, ao abandonar a fase **nomear**, inicia-se a fase **dizer**, sendo Wittgenstein o pensador mais importante dessa “nova” fase.

É essa fase **dizer** que precisaremos como característica básica para compreender a visão de Chomsky acerca da referência (do uso da linguagem em geral): a referência é um uso das perspectivas pelos falantes, através do módulo conceito-intencional. Neste sentido, a referência faz parte da pragmática. É essa referência pragmática, da fase **dizer**, que é a relação R’ de Chomsky, mais precisamente, o que entendemos por Referência-E. A Referência-E é importante, portanto, quando o falante faz uso da língua.

Ryle quer destruir a fase nomear porque parte da visão de que a linguagem é uma atividade humana. Se assim, é claro que as palavras não denotam objetos no mundo externo, porque são os falantes que fazem uso delas. Mas para que falantes possam referir a objetos no mundo, é preciso que antes eles tenham capacidade (competência) para isso. A noção de Referência-I, a ser apresentada no último tópico desse capítulo, explora exatamente a necessidade de uma referência biológica, que não seja essa imbricada no uso e, portanto, alvo de discussão de Ryle.

3.2- A semântica referencial de Ludlow para a Língua-I?

Além da Referência-E, podemos explorar outros modos de compreender a referência para as línguas naturais. Peter Ludlow (2003), no artigo “Referential semantics for I-languages?”, mostra como é possível compatibilizar uma semântica referencial com a teoria de Chomsky. Uma união aparentemente impossível devido a diversas críticas de Chomsky acerca da referência, entre elas, a de que referência pertence ao módulo da pragmática e não ao módulo da linguagem, portanto, é uso. Essas críticas de Chomsky estão relacionadas a Referência-E. Se muitos semanticistas teóricos acreditam que a referência é fundamental para significar, uma pergunta se coloca: é realmente possível uma semântica referencial juntamente com o modelo chomskyano? Ludlow afirma que sim, mas

mediante algumas manobras/escolhas teóricas.

Ludlow divide o artigo em cinco etapas. Na primeira, ele faz distinções, inicialmente, entre três tipos de semântica referencial nomeando-as de R0, R1 e R2 e, depois, diferencia Língua-I de Língua-E. Na segunda etapa, Ludlow afirma que é possível uma semântica referencial para a Língua-I, se assumirmos R2. Na terceira, ele discute acerca do isomorfismo linguagem-mundo e, na quarta etapa, Ludlow levanta algumas críticas de Chomsky a tal isomorfismo. Como a referência, nas pretensões de Ludlow, busca uma relação da linguagem com os aspectos do mundo externo, na última etapa, ele reflete sobre a ontologia necessária para uma semântica referencial, apresentando a noção de Substância-I como uma forma de compreender os aspectos do mundo.

É possível destacar pelo menos três teorias da referência – R0, R1 e R2 – que podem ser usadas na semântica das línguas naturais. A R0 envolve uma relação da linguagem com um modelo mental ou representação mental ou também “this might involve ‘reference’ to elements of the “Domain D” of Chomsky (LGB: 1981), or to some sort of data structure or representation in the mind” (2003: 141). O “Domínio D” de Chomsky é retomado em Chomsky (2000). A idéia é a mesma há pelo menos duas décadas: se houver alguma relação, ela é interna, uma referência a um domínio mental. Essa relação interna pode ser entendida tanto na visão de Katz e Fodor (1963, apud Ludlow 2003), pois uma expressão da língua natural tem como referência uma representação ou símbolo na linguagem do pensamento quanto no modelo de Jackendoff (2002), cuja relação de referência se dá entre a linguagem e um conceito mental ou, nas palavras de Ludlow, “in Jackendoff (1972), Katz and Fodor (1963), and Katz e Postal (1964), the idea is to map a given natural language expression onto a semantic marker, which is in turn a symbol in a particular representational language” (2003: 141). R0 também pode ser entendida na semântica de modelos ao estilo de Montague, pois a semântica é entendida como uma referência das expressões lingüísticas a objetos em um modelo (estrutura de mundo(s)). Porém, seja como for, R0 falha, para Ludlow, porque não é uma relação com o mundo externo ao agente lingüístico, então, ele a descarta: “what we expect a semantic theory to deliver is a characterization of the speaker’s knowledge about the connection between language and the world” (Ludlow, 2003: 141). R0 não é, desta forma, uma teoria referencial desejável para a Língua-I, na visão de Ludlow.

R1 é uma relação direta da linguagem com o mundo, parecida com a referência nas linguagens formais, pois a linguagem mesma refere. Esta pode ser entendida como em

Kripke, cuja referência é uma relação causal e direta da linguagem e mundo, portanto o significado, diferentemente de Chomsky e Frege, não pode possuir o sentido (Frege) ou a Forma Lógica (Chomsky), porque é a própria coisa no mundo. Como a linguagem não refere por si mesma, pois são os falantes que referem, Ludlow também abandona R1. A R2 é mais complexa, pois é uma relação tetrádica envolvendo o falante, a expressão, o contexto e os aspectos do mundo: um falante utiliza uma expressão para referir aos aspectos do mundo em determinados contextos. Uma diferença entre R1 e R2, é que R2 não refere por si mesma, mas é o falante que faz uso da linguagem para tal empreendimento. Ludlow vai trabalhar com R2 como tentativa de providenciar uma semântica referencial para a Língua-I.

Uma questão se coloca: “is it possible to have a referential (R2) semantics for an I-language” (Ludlow, 2003: 144). Apesar de aparentemente negativa a resposta, pois a Língua-I é individual enquanto a referência parece ser uma relação linguagem-mundo, Ludlow mostra ser possível, se aceitarmos a idéia de que “our knowledge of the environment can inform our knowledge of I-language” (2003: 145). A questão toda de Ludlow envolve a suposição de que a referência não pode se dar por um falante isoladamente, isto é, a relação linguagem-mundo não pode ser individual. Ludlow (2003: 144) afirma:

“An I-language, after all, is supposed to be part of an agent’s psychology, and ultimately part of the agent’s biology. The properties of an I-language are therefore (on Chomsky’s view) individualistic – as noted above, they are properties that hold of the agent in isolation (like having particular genetic make-up). The properties of a referential semantics, on the other hand, appear to be anything but individualistic. They are not properties that an agent can have in isolation, since they express relations between linguistic representation and, among other things, aspects of the world external to the agent.”

Observamos também, nesta citação acima, que a referência é uma relação interno-externo, no caso de R2, uma relação intervinda pelos agentes lingüísticos a partir de determinadas situações. Ora, essa é a referência pragmática, aquela cuja base é Wittgenstein. A pergunta acima de Ludlow, então, toma outra direção: “How is this possible, given that I-language is individualistic and reference, even in sense R2, apparently involves language/world connections?” (2003: 144). Ludlow afirma que é possível se assumirmos que “internatist investigations can be presupposed by relational (i.e., non-

internalist) investigations” (2003: 144), destacando que “Indeed, there is no need for Chomsky to take exception to the idea that knowledge of the environment might shed light on the nature of I-language” (2003: 145). É preciso, enfim, trabalhar com a possibilidade de que o conhecimento do ambiente possa nos ajudar a entender a natureza da Língua-I e que isto vai depender da maneira como compreendemos os aspectos do mundo e LWI (LWI, do inglês Language-World Isomorphism).

O isomorfismo linguagem e mundo pode ser aplicado, tendo em vista o enfoque lingüístico, via dois tipos: ou através da estrutura de superfície da sentença ou através da forma lógica da sentença. A idéia geral sobre este isomorfismo pode ser entendida ao estilo de Wittgenstein de *Tractatus Logico-Philosophicus*: “a proposição mostra a forma lógica da realidade” (1993: 4.121) ou de acordo com o pensamento de Russell (1978: 303): “penso que há uma relação descobrível entre a estrutura das sentenças e a das ocorrências às quais as sentenças se referem... as propriedades da linguagem podem ajudar-nos a compreender a estrutura do mundo”. Ou seja, para esses autores, há uma mesma forma entre linguagem e mundo. O que descobrimos da linguagem podem ser descobertas do mundo também e vice-versa. Esta crença é devido ao que Ludlow escreve, procurando sustentar LWI: “As early as Kant, for example, we find some suggestion that there is an isomorphism between a representation and the thing represented” (2003: 156). Como veremos mais adiante, Chomsky apresenta uma certa recusa a este percurso de Ludlow: Chomsky é hostil não à possibilidade de semântica, mas a qualquer teoria semântica que carrega consigo um certo “isomorfismo linguagem-mundo”. Resta esclarecer: “the key idea here is that we do not suppose there is an isomorphism between the surface form of a sentence and the world, but rather that there is an isomorphism between the sentence under analysis (i.e., its logical form) and the world” (Ludlow, 2003: 146). Desta forma, a relação é entre a forma lógica da expressão e mundo e não entre a expressão (a expressão mesma!) e mundo. No entanto, resta acrescentar que Russell e Wittgenstein afirmam que há esse isomorfismo entre uma linguagem formalizada e o mundo conceitualizado, não entre a linguagem natural e o mundo da vida e, dessa forma, é mais um motivo para repensarmos cuidadosamente esta alternativa de Ludlow.

Os argumentos de Chomsky contra LWI tocam na parte, vamos dizer assim, “ontológica” da relação. A parte “lingüística” manifesta-se na forma como assumimos a linguagem, como apostar-se na relação isomorfa entre forma lógica e mundo. Já a ontológica engloba a forma como assumimos serem as coisas no mundo ou as coisas das

quais estamos falando. Segundo Ludlow (2003: 146):

“In Chomsky’s recent writings there are a number of arguments which are designed to show that if we adopted a referential semantics (using R1 or, I submit, any R2 theory employing the LWI hypothesis), the kind of ontology we would predict does not appear to track our intuitions about the kinds of things we are really talking about.”

Um dos argumentos de Chomsky contra LWI é que nem todas as palavras têm um referente no mundo externo, falamos de coisas inexistentes, como homem-médio, bondade, buraco... Qual seria a referência de *amor* no mundo externo? Qual seria a referência da palavra *furo* no mundo externo, tendo em vista a sentença abaixo:

(10) O furo no modelo de Mill.

Não há uma entidade plausível *furo* no mundo. Mas como vimos, o que importa não é a estrutura de superfície da sentença, antes a sua forma lógica. A forma lógica de (10) “is transparent – eg., that the expression “o furo” really is nothing more than a simple NP containing a determiner and a noun” (Ludlow, 2003: 147). Do ponto de vista funcional, na forma lógica, *furo* poderia possuir características adverbiais (modificador) e não nominais, isto é, poderíamos dizer não que (10) é verdadeiro sse há um furo e há modelo de Mill, mas que (10) é verdadeiro sse algo é modelo de Mill e este algo é furado ou está furado.

Um outro argumento de Chomsky abarca a questão de que as coisas são diferentes das coisas que estamos falando, por exemplo, a mesa, como um objeto no mundo, é diferente da mesa que estou falando, porque esta última envolve crenças, perspectivas, situações, mais precisamente, intuições. E se se acredita nessas crenças, muitas vezes, elas podem trazer aspectos inusitados sobre as coisas ao mesmo tempo em que nos impedem de descobrir as propriedades curiosas que as coisas abarcam; essas crenças, em última instância, nos enganam acerca do que as coisas são. Neste momento, Ludlow lança a noção de Substância-I, como uma forma de compreender o que são os aspectos do mundo.

Substância-I contrasta com Substância-P e Substância-S. A Substância-P é a matéria da teoria física (ou química), “P-substance (if there is such a thing) is the sort of stuff that would play a role in physical theory (H₂O for example)” (Ludlow, 2003: 149). Substância-S é a substância vista por normas sociais ou pela comunidade, nas palavras de

Ludlow, “substances that are individuated according to community norms” (2003: 150). A Substância-I é a substância intuitivamente individualizada por um falante.

A maior parte dos argumentos de Chomsky é contra a semântica referencial baseada em Substância-P, à la Putnam, pois para este último, ao decidir o que uma coisa é, o falante recorre à convenção e se mesmo assim a dúvida permanecer, ele apela para os cientistas ou especialistas. Esses podem nos dizer que água é H₂O; assim, quando o falante usa a palavra *água*, ele refere a H₂O no mundo, de acordo com os físicos/químicos, em conformidade com uma teoria científica. Chomsky também critica aqueles que afirmam que *água* significa o que a sociedade fala que é, o que a prática social determina, o que envolve a Substância-S. Substância-I é a intuição que se tem, por exemplo, de água, água como uma substância intuitiva. De acordo com Ludlow (2003: 149):

“An I-substance (if there is such) is the stuff that we are intuitively talking about when we use language (the intuitive referent of “water”). To put the point in a more theory-neutral way, the I-substance is what it appears we are talking about based upon our use of language.”

Substância-P é a ontologia do realismo científico. Uma teoria física/química, por exemplo, nos diz o que é o real: *água* é H₂O. Então, o referente de uma semântica referencial, que postula Substância-P, é precisamente uma teoria científica. Contudo, os objetos da teoria científica não existem da mesma forma que existem água e cadeira, de acordo com algumas filosofias das ciências contemporâneas (como Van Fraassen), desta forma, “scientific theories, despite their great interest and utility, are not the arbiters of what is real” (Ludlow, 2003: 153). Muito da compreensão sobre os aspectos do mundo envolve convenção, estrutura de poder, já que somente aqueles que têm poder conseguem nos dizer o que determinada coisa é. Chomsky tem horror a isso, porque somos livres por natureza. Não são as normas sociais, ou seja, a Substância-S que determina o que uma coisa é.

Se abolirmos a Substância-P, paralelamente a Substância-S, da ontologia da semântica referencial das línguas naturais, só nos resta a Substância-I. Essa é a solução de Ludlow (2003: 153):

“If we set aside the exclusive claim of the physical sciences on our ontology (i.e., if we dismiss P-substances as our semantic values), then we may well find that I-

substances are entirely plausible candidates for the referents of a semantic theory. So, for example, it may be that the semantic value of “water” just is water – that complicated I-substance which moves through pipes into our homes, etc. if we take that route, then it is far from clear that the LWI hypothesis must be surrendered.”

Um outro argumento de Chomsky parte da estória do chá/água. As coisas sobre as quais se falam são de difícil distinção. Água pode deixar de ser água ainda se não houver mudança química, portanto, se acreditamos na semântica referencial (Substância-P), o certo seria que toda vez que o falante utilizasse a palavra *água* ele se referisse a H₂O. Contudo, nem sempre é assim. Suponha-se que há três copos sobre a mesa: um com água, outro com água do rio e o terceiro com água adicionada com um saquinho de chá. Dificilmente alguém falaria que o terceiro copo é de água e não de chá. Suponha que um falante aponte para mesa e fale: _ Eu quero água! Se aceitarmos a estória de Putnam (1992), o falante ao proferir *água*, está se referindo a H₂O. Qual dos três copos, então, teria de ser entregue ao pedinte? O primeiro, o segundo ou o terceiro? O primeiro copo contém água e o terceiro chá, mas quando a água vai deixar de ser água para virar chá e vice-versa? Ou de uma água impura para água pura? Dizem que no rio Tietê há água, mas até quando podemos afirmar que a água deste rio está mais próximo das mesmas substâncias da água do primeiro copo do que o copo com chá? Se for água para beber, o certo seria dar o primeiro copo. Mas, se só houvesse os dois últimos, qual copo entregar? Ou quando se diz que *90% do corpo humano é composto de água*, a qual água está se referindo, a do primeiro, segundo ou terceiro copo? São decisões que vão depender das circunstâncias, do uso das perspectivas, dos interesses...

Assim, os argumentos de Chomsky trabalham com uma questão geral: o que são as coisas? Qual a ontologia necessária para uma semântica referencial? Segundo Ludlow (2003: 151):

“The conclusion that we can draw from examples like the above is that any referential semantics purporting to respect the LWI hypothesis is going to misfire badly, since it is bound to utilize P-substances as referents, and P-substances just don’t track the intuitive meanings of natural language expressions.”

Como Ludlow quer manter LWI, a Língua-I, R2, ele apresenta a noção de Substância-I como referente apropriado para a semântica das línguas naturais, porque nem a Substância-S nem a Substância-P são inteligíveis. A Língua-I também subjuga as

intuições metafísicas que se têm das coisas, de acordo com Ludlow (2003: 154):

“Even if it should turn out that I-language representations are in some sense prior to I-substances (perhaps logically prior or metaphysically prior) it does not follow that our path as empirical investigations will begin with the linguistic representations. The idea is that the linguistic representations will indeed underwrite our metaphysical intuitions, but that because of this we can expect our metaphysical intuitions to shed some light on the nature of I-language.”

Ludlow desenha um quadro kantiano. Na *Crítica da Razão Pura*, Kant (1978) afirma que um objeto real é um dado na sensibilidade determinado pelos conceitos do entendimento, conquanto, o conceito de dado não pode ser pensado sem o objeto transcendental. Em outras palavras, há um ideal transcendental que supõe uma condição material ou quando se diz de algo existente pressupõe-se um espaço de possíveis (transcendental). Se a coisa não se reduz à experiência é porque ela também é determinada pelas categorias da razão, então, “o objeto não está apenas contido analiticamente no meu conceito, mas é acrescentado sinteticamente ao meu conceito”. No mesmo livro, na “Nota à antropologia dos conceitos de reflexão” (p. 166-76: 1978), Kant afirma que temos de levar em consideração “aquilo que a coisa traz consigo na intuição”. Então, nós temos intuições metafísicas sobre as coisas, o que Ludlow entende ser o referente das línguas naturais. Contudo, a analogia entre Ludlow e Kant não é completa, de acordo com o próprio Ludlow (2003: 154):

“The first departure from Kant lies in the answer given – not “the categories of reason” but rather the structure of I-language. The second departure lies in the fact that our approach need not be entirely transcendental. We do have substantial knowledge of the language faculty, and we can use that knowledge to gain insight into nature of reality.”

Este texto de Ludlow nos fornece algumas chaves para compatibilizar uma semântica referencial com o modelo de Chomsky. Nas palavras de Ludlow, “Chomsky is not hostile to referential (R2) semantics per se, but rather toward certain auxiliary hypotheses about language/world isomorphism (LWI) and toward ways we might understand talk of “the world” (2003: 154). Ludlow propõe uma forma de encarar LWI, tornando-o plausível juntamente com a Língua-I, ao propor a Substância-I. Ou seja, a ontologia do mundo, os “aspectos do mundo”, a partir de R2, são compostos de

Substâncias-I, uma estratégia forte para possibilitar uma semântica referencial da Língua-I. Chomsky (2003: 5) revida essa saída de Ludlow, com evidente apoio nos pensadores Wittgenstein e Ryle:

“Consider Ludlow’s notion I-substance (which he introduces with reservations). I-substances are “the stuff that we are intuitively talking about when we use language (the intuitive referent of ‘water’)”. That’s fine, as long as we do not conclude without evidence that our commonsense conception of the way the world is constituted and functions actually employs I-substances, pre-empting the conclusions of ethnoscience and contrary to what even superficial reflection reveals, I believe. The I-substance is what it appears we are “talking about when we use language” only if we misunderstand our use of language, ignoring the warnings of the later Wittgenstein, Gilbert Ryle, and others. The problem of “watching up right” doesn’t arise, if we avoid these pitfalls.”

Vamos finalizar com a hipótese de Ludlow (2003: 155):

“One plausible hypothesis, however, is that any grasp we have on metaphysics is by virtue of our having the linguistic representations that we do. That is, were it not for our I-language representations having certain properties, we would find ourselves in a rather different world of I-substances. If this view should turn out to be true, then firm intuitions about I-substances can certainly shed light on the nature of I-language. Matters work in the reverse direction as well. It is entirely possible that if semantic theory requires that we quantify over flaws and average guys, then that helps shed light on our imperfect intuitions about ontology.”

3.3- Uma revisão dos argumentos de Chomsky

Um dos argumentos de Chomsky contra a teoria de Fodor é que não há uma espécie de **mentalês** do lado da fonologia. Contudo, do lado do significado, abordagens diferentes são assumidas, como o caso de R0 de Ludlow, pois os significados estão ou no mentalês de Fodor ou no sistema conceptual de Jackendoff ou em qualquer outro domínio (de mundos) mental. Chomsky tem razão ao dizer que as mesmas questões não se colocam para a fonologia, mas o fato de que a pesquisa em fonologia não lida com elas não significa dizer que não são significativas, talvez signifique apenas que os pesquisadores em fonologia estão preocupados com outras coisas. É difícil sustentar esse argumento de Chomsky.

A semântica cujo significado de uma palavra é um objeto no mundo externo

também é alvo de crítica de Chomsky e seus argumentos se baseiam no fato de que a explicação ontológica sobre o que são os objetos no mundo seria que um objeto no mundo é simétrico a uma palavra da mente-cérebro. Tomar esse caminho é duvidoso, segundo Chomsky (2003: 4):

“Suppose ethnoscientific inquiry concludes that Jones also believes that the mind-independent world is constituted of entities that correspond to mind-internal words... I presume Ludlow would be skeptical about these conclusions. At least, I would... I suspect that serious ethnoscience will find that intuitive commonsense understanding of the world looks quite unlike that.”

Chomsky não está negando que seja impossível compreender dessa forma. Claro que é possível. O que ele está mostrando é que se aceitamos que ao usar as palavras *rio*, *livro*, *furo*, *R2*, *Ronaldinho* estamos falando sobre rio, livro, furo R2, Ronaldinho, “we abandon curiosity about language and the mind, about action and its roots and properties (Chomsky, 2003: 4). Como consequência disso, afirmariamos, sem nenhum problema, que há rios, livros, furo, Ronaldinho... no mundo externo. Do lado do som, afirmariamos que há sons e que “are perfectly robust and simple” (Chomsky, 2003: 4), e que o fonema [P] corresponderia ao som P no mundo externo, uma entidade robusta. Dizer que [P] tem P pode ser razoável para aqueles que estão interessados em uma terminologia técnica *referência*. Chomsky (2003: 290) afirma:

“These moves should, I think, be understood as registering lack of interest in the problems. That may be entirely reasonable; no one seeks to study everything. But we should not mislead ourselves into believing that by invoking sounds, flaws, John Doe, attention, escaping,..., or rivers, water, cities, books, trees, ..., and taking them to be related to pronouns and other words by an invented technical notion called ‘reference’, we have even begun to investigate, let alone to have solved, the problem of how people use language to refer to things in the world, or any other kind of language-world relation. That’s taken for granted in the study of sound, and should be in the study of meaning and referring as well, I think.”

Essa passagem e grande parte das críticas de Chomsky estão na mesma linha da discussão de Ryle acerca fase **nomear**: são críticas a uma noção de referência que toma

o mundo externo como referente¹⁰. Mas como vimos, essas críticas estão relacionadas à Referência-E, logo, ficam mudas perante a Referência-I. Imagine um cientista marciano (M): como ele deveria agir se realmente quer compreender o que é a linguagem, o significado ou referir? M não iria só assumir, convincentemente, que o mundo é formado de entidades como rio, livro, furo, R2 e que as palavras *rio*, *livro*, *furo* e *R2* se referem a estas coisas no mundo, nem que referir é uma relação palavra-mundo externo. M ia querer saber também o que são rio, livro, furo, R2 e o que é referir, o que esta relação envolve, quais são seus estágios, como ela acontece e o que dela é dada pela arquitetura inata da mente-cérebro. Nesse caminho, M iria investigar a Referência-I, como parte do mundo biológico.

Chomsky ainda afirma que não há nada de novo acerca da Substância-I, as características que ela circunscreve são tão velhas quanto Aristóteles. Em Aristóteles (*Metafísica*: 1978), a natureza (de uma coisa) é composta de **matéria** e **forma**. A matéria não existe por si mesma, ela é matéria *de*, portanto não é separável. A forma determina o que é, constitui certas coisas. Podemos definir casa, afirma o filósofo clássico, do ponto de vista material a partir de ‘tijolos, pedras e madeira’ e, do ponto de vista da forma, como ‘lar da família ou lugar de repouso’. Imagine, então, um *striper* da substância: primeiro se tira a matéria, sobra nada, depois se tira a forma, jamais a matéria existe por si. Então, a ‘essência de casa’ depende dos “propósitos e fins”, na palavra de Aristóteles, da constituição material, isto é, pertence à estrutura do mundo.

O grande empenho dos pensadores do séc. XVII foi transferir a **essência da coisa**, se ainda é possível falar assim, da estrutura do mundo para a estrutura da mente, ou seja, a filosofia aristotélica foi revista mais duramente ao ponto de transferir a essência das coisas de um estágio externo à mente-cérebro para um estágio interno. Então, o que uma coisa é, está relacionada a um determinado estágio mental e não a um estágio do mundo, segundo Chomsky (2003: 6):

“To shift the burden of explanation of topics such as these from the postulated structure of the world to the structure of the mind. What we can know is determined by the “modes of conception in the understanding”, in Cudworth’s phrase... The Martian scientist would be well advised to pursue a similar course, adopting the ethnological perspective that seeks to discover the organism’s *Umwelt*, its particular mode of interpreting the world.”

¹⁰ Observe que os exemplos, como no caso da estória chá/água, de Chomsky mostram que sem a Referência-E

Ludlow (2003: 145) escreve que, desde antes de Kant, “we find some suggestion that there is an isomorphism between a representation and the thing represented”. De acordo com esta afirmação de Ludlow, então, há um isomorfismo entre os estágios da mente-cérebro e os estágios do mundo. Chomsky discorre que isto é verificável em não-humanos, baseado na pesquisa de Gallistel (1990, apud Chomsky 2003). Porém, é inapropriada quando estamos querendo entender acerca dos seres humanos, de acordo com Chomsky (2003: 6):

“For humans, this notion (isomorphism) is completely inappropriate, as we see by inspecting even the simplest words, criteria of individuation, the basic mechanisms of intended referential dependence, and other elementary properties of language and its use, even the concept “nameable thing”.”

Esses trechos de Chomsky levantam uma indagação: Chomsky entende a Substância-I como uma substância independente da mente? Desde o momento em que Chomsky começa a falar de Aristóteles, depois de Cudworth e mais acima de um não-isomorfismo entre representação e coisa representada, pelo menos para os humanos, a resposta é positiva. Mas, pode ser o caso, o que parece mais sensato, da intuição ser interna à mente-cérebro, como na proposta de Isaacson (1994) para as estruturas matemáticas. Na matemática, as estruturas matemáticas (ou os números) podem ser compreendidas como intuições. Assim, os números não seriam objetos ou coisas, mas intuições dos falantes. Isaacson (1994: 132) favorece essa matemática “intuicionista”:

“The perception we have of mathematical structures, that is, our basic understanding of them, is what I mean by mathematical intuition. This usage is in accord with “the broadest definition of the term ‘intuition’ as ‘immediate apprehension’” (Rorty 1967). Intuition in this sense is the source of our determination of the axioms of a mathematical theory, by which we systematize our immediate apprehension of a given structure... I am concerned, rather, with the process of mind by which we come to understand what is characteristic of a mathematical structure... Our immediate apprehension of a mathematical structure is an intuition that certain fundamental facts obtain.”

Torna-se lícito aceitar, assim, a Substância-I de Ludlow em um nível que interessa à ciência natural: se ela é intuição, é porque ela também está na mente-cérebro,

não seria possível nenhum diálogo... a dúvida sobre qual dos copos apenas é possível se somos capazes de

logo, está no amparo das ciências naturais. Se sim, os argumentos de Chomsky começam a ficar insustentáveis e a Substância-I também pode ser um referente apropriado para a Referência-I. É o que se espera para D: em D, há indivíduos e eles podem ser **intuições**; indivíduos intuitivamente. D pode ainda fazer parte de interface SEM, como sugere o próprio Chomsky, na passagem já citada. A questão que fica aberta é: se são intuições, são privadas ou públicas, se são públicas como temos acesso?

3.4- A noção de Referência-I

Começaremos mostrando o que não é Referência-I (R-I). Ela não é uma referência pragmática, pois não é uso. Também não é R2, pois R2 é uma relação tetrádica linguagem-falante-objeto-circunstância. A não ser que ocultemos o mundo, é claro que esta relação acontece, mas é uma relação pragmática. Portanto, se entendermos “uso” da mesma forma que Wittgenstein e Ryle, de que não devemos perguntar pelo significado, mas sim pelo uso, não é isso que envolve a noção de R-I. Antes, R-I é uma condição para esta referência pragmática que envolve as intenções do falante e circunstâncias do proferimento ocorrer. Nos termos gerativos, poder-se-ia afirmar que R-I é **competência** e não **performance**.

R-I também não envolve convenção, portanto, os argumentos de Chomsky contra às teorias referenciais, *à la* Putnam e Kripke, se tornam triviais acerca de R-I. As críticas àquelas teorias referenciais ao modo wittgensteiniano, como a R2 de Ludlow, também não têm peso perante a R-I, porque essas críticas se direcionam ao que chamamos de R-E. Nem mesmo as críticas de Ryle a noção clássica de referência, em que as palavras remetem a objetos no mundo externo, afetam a nossa R-I, porque, como veremos, ela é uma relação interna à mente-cérebro do falante, ainda que permaneça essa noção de que palavras têm relação com objetos, talvez, objetos intuitivos.

Investimos na R-I, principalmente, a partir das considerações de Chomsky sobre a relação R: de um lado, o movimento de Chomsky é metodológico, pois é um construto teórico do semanticista; de outro, tem um grande peso ontológico, ao afirmar que R pode ser algum recurso semântico na mente-cérebro do falante. É o que pensamos ser a R-I, porque R-I tanto tem um caráter metodológico, pois, é função semântica e ao mesmo tempo possui um respaldo ontológico, ao fazer parte da estrutura biológica do ser humano,

referi-los. Logo, as próprias descrições de Chomsky não abalam a Referência-I.

regida por princípios lingüísticos. Então, uma referência no modelo de Chomsky torna-se possível, desde que não seja do tipo R-E. R-I também está próxima da R0 de Ludlow, porque, “the key point is that model-theoretic semantics may well be a theory which employs the R0 notion of reference” (Ludlow, 2003: 142). Como a R-I e a relação R de Chomsky, R0 também é uma relação da linguagem com um modelo mental.

R-I tem duas bases iniciais, ambas de Frege. A primeira é a sua concepção de que significado é sentido e referência. E a segunda, a idéia de composicionalidade, que Dummett (1992) afirma ser uma das descobertas mais grandiosas do pensamento contemporâneo.

Em Frege, a referência de uma descrição definida é um indivíduo e de uma sentença, seu valor de verdade (vv). Os indivíduos e os valores-de-verdade são elementos de D. Na notação de Heim e Kratzer (1998: 15), “Let D be the set of all individuals that exist in the real world. Possible denotations are: Elements of D, the set of actual individuals; Elements of $\{0, 1\}$, the set of truth-values; Functions from D to $\{0, 1\}$ ”. Além dos indivíduos e vv, agora temos *funções* entre eles. Função é uma relação entre um domínio (chamá-lo de A) e um contra-domínio (B), cujo elemento do primeiro tem um e somente um correspondente no segundo. Formalmente, para todo $x \in A$, existe $y \in B$ tal que $y = f(x)$ e para todo $x \in A$, existe um único y tal que $y = f(x)$.

Heim e Kratzer falam em mundo real. Frege não fala na necessidade dos objetos ou indivíduos pertencerem ao mundo real. É uma interpretação que Dummett atribui a Frege. Os objetos são objetos e pronto; os nomes podem referir a indivíduos no mundo real, mas a referência em si não exige isso. Eis a discussão de Wolfgang Carl (1994: 171):

“Dummett claims “that Frege expends considerable rhetoric that we do actually succeed in speaking about the actual objects, in the real world, which are the referents of the names we use” (1966-7). Frege, however, does not claim that we succeed in speaking about actual objects; rather, he insists only that we intend to speak about the referents of our names. In addition it doesnot matter whether these objects are supposed to belong to the world or not; they may be any kind of object whatever. Dummett’s distintion between “something in the external world” and a “mental conception” gives a possible classification of the referents of our names, but does not play any constitutive role for the notion of reference itself.”

Então é plausível pensar que D contém indivíduos, valor-de-verdade e uma função de D em vv. Se pertencem ao mundo real ou não é uma discussão muito além da proposta desse trabalho. Mas, como D está na interface SEM, como parte do processamento semântico, é possível e não-trivial acreditar que os objetos em D possam ser compreendidos como Substâncias-I, mas também não é essa a discussão central desse ensaio. A exigência mínima é que haja objetos em D para a interpretação ocorrer.

As derivações sintáticas são *inputs* para a interpretação semântica. R-I pode ser compreendida como uma função no sentido de Heim e Kratzer (1998: 15): “for any expression α , then, $[[\alpha]]$ is the denotation of α . We can think of $[[\]]$ as a function (the interpretation function) that assigns appropriate denotations to linguistic expressions... the denotations of expressions are extensions”. Referência-I é entendida exatamente como uma operação que pega as expressões sintáticas e estabelece vínculos com objetos em D; R-I, finalmente, corresponde a uma função de D em vv.

Observe a seguinte sentença:

(11) Pedro surfa.

O predicado *surfar* refere a um conjunto: o conjunto das pessoas que surfam. *Pedro* a um indivíduo. Se Pedro pertencer a esse conjunto, a sentença (11) é verdadeira, caso contrário, será falsa. $[[Surfa]]$ é uma função que mapeia todo x em D para 1, se x surfa, e 0 se não. Nos termos de Frege (1982), *Pedro* é saturado e o predicado *surfar* é insaturado, logo *surfar* precisa de um argumento, neste caso, *Pedro* para que seja atribuído valor de verdade à sentença (11). Frege distingue argumentos de predicados: argumentos são saturados, como as descrições definidas e referem a indivíduos (como *Pedro* refere a Pedro em D) e os predicados, insaturados. Os predicados são funções que requerem argumentos (saturados). Predicados não requerem indivíduos (objetos em D), mas expressões saturadas que podem se referir a indivíduos: “a function, just as a predicate, requires names (or variables acting as temporary names) to yield a value” (Epstein, 1994: 289). Neste caso, funções são também insaturadas. De acordo com Epstein (1994: 289), “what counts about a function is what value the function assigns to which object(s)”. Na sentença (11), o predicado *surfar* é uma função que atribuída ao indivíduo Pedro produz o verdadeiro se tal relação acontece em D. Se atribuída a Joana pode resultar falsa. Quando um predicado se junta a um argumento ele forma uma sentença, uma expressão saturada

que se refere a um vv. As sentenças, portanto, também são saturadas: “The extension of a sentence, then, is its actual truth-value. What are truth-values? Let us identify them with the numbers 1 (True) and 0 (False). Since the extensions of sentences are not functions, they are saturated in Frege’s sense.” (Heim e Kratzer, 1998: 14). Epstein (1994: 289) acrescenta:

“Frege stressed this (função como insaturada) similarity by assimilating predicates to functions. At the time he was writing in the 19th century the words “subject” and “predicate” were used in logic almost exclusively in the Aristotelian sense, where acategorical proposition could have only one subject. Functions, on the other hand, could have many variables. To break from the mold of Aristotelian logic he proposed viewing (what we call) predicate as functions: when names fill the blanks and/or references are supplied for the variables, a proposition results. Thus, for example, ‘x loves y’ is a propositional function, for when the variables are replaced by names, for example ‘Marilyn Monroe’ and ‘Richard L. Epstein’, we get a proposition, ‘Marilyn Monroe loves Richard L. Epstein’. What I call a predication, he and some later philosophers such as Russell called an application of a propositional function to an object(s). For Frege, however, the value of such a function is not the resulting proposition, but “the true” or “the false”.”

R-I fornece condições para que seja possível dizer se Pedro pertence ou não a esse conjunto de indivíduos que surfam por meio da Functional Application (FA): “If α is a branching node and $\{\beta, \gamma\}$ is the set of α ’s daughters, then α is in the domain of $[[\]]$ if both β and γ are and $[[\beta]]$ is a function whose domain contains $[[\gamma]]$. In this case, $[[\alpha]] = [[[\beta]] [[\gamma]]]$ ” (Heim e Kratzer, 1998: 49). Através de FA, portanto, a função R-I vai aplicar o predicado a um ou mais objetos e resultar em um vv. A sentença (11) resulta em verdadeira (significativa) se Pedro for um indivíduo do conjunto daqueles que surfam, se as referências acontecerem apropriadamente e se FA for aplicado. R-I, portanto, permite atribuir valor-de-verdade a sentença (11): $[[11]]$ é verdadeira sse Pedro surfa. A consequência é que a sentença poderá ser interpretada e ser falsa. Ou seja, Pedro poderá não pertencer ao conjunto, mas mesmo assim (11) será interpretada. Referir apropriadamente é a função R-I. O que ocorre se Pedro não existir? Se o argumento não tem uma referência, a sentença é indeterminada ou subdeterminada, nos termos de Chierchia (2003). O que nos resta acrescentar é que R-I faz isso composicionalmente, a referência do todo é função da referência das partes e de como essas partes são ordenadas.

O sistema computacional faz estruturas sintáticas e a interface SEM tem de deixá-las interpretativas. Mas, para isso, é preciso de R-I, para fornecer estruturas em D. A sintaxe também tem de fornecer todas as informações que são relevantes para a interface

semântica. É de se esperar que SEM precise do sistema computacional da mesma forma que este precisa do léxico para funcionar. Começaremos aceitando que o *input* para a interpretação semântica é a estrutura frasal derivada do sistema computacional. Ou seja, “the input for the semantic component is a set of phrase structure trees” (Heim e Kratzer, 1998: 43) e R-I no decorrer do processamento na interface SEM pega a estruturas frasais e lhes fornece referências apropriadas, as torna significativas. Em SEM, ainda ocorre resolução de escopo, anáfora, expletivos... Observe a seguinte sentença:

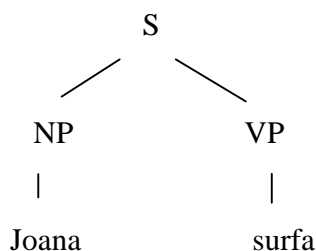
(12) Joana surfa.

Nesta sentença, as entradas lexicais compreendem¹¹:

12' [[Joana]] = Joana

12'' [[Surfa]] = $\lambda x \in D . x \text{ surfa}$

A estrutura frasal é, grosseiramente:



D precisa dessa estrutura frasal, especificamente, dos nós NP e VP, no caso da sentença (12), para gatilhar a interpretação. O que R-I faz, portanto, é pegar o VP e atribuir-lhe uma referência apropriada em D, isto é, R-I pega o VP e o refere a um conjunto, ao conjunto dos que surfam. O VP é uma função, logo é insaturado de acordo com Frege. R-I também pega o NP *Joana* e o refere ao indivíduo Joana em D. Finalmente, R-I fornece condições para dizer se Joana pertence ou não a esse conjunto dos que surfam por meio de FA. Através de FA, há aplicação de predicados a indivíduos, neste caso, o predicado *surfar* é aplicado ao indivíduo Joana, resultando em verdadeira ou falsa. Observe a seguinte sentença:

(13) Afonso interroga Charles.

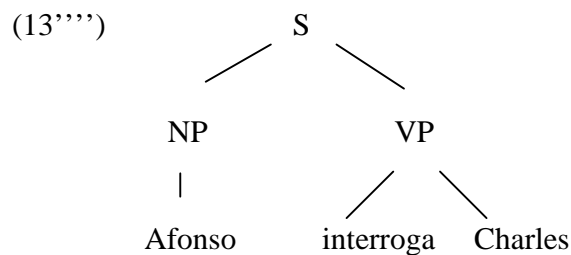
Em (13), temos as entradas lexicais:

(13') $[[\text{Afonso}]] = \text{Afonso}$

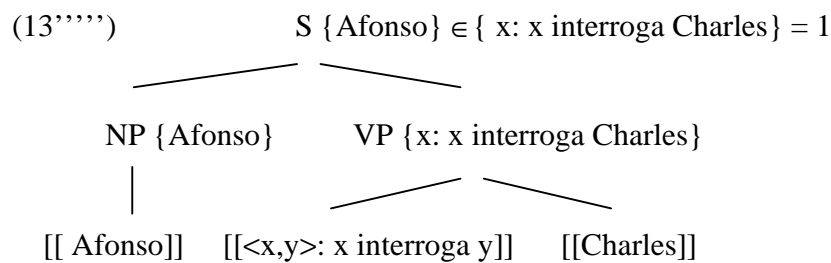
(13'') $[[\text{Charles}]] = \text{Charles}$

(13''') $[[\text{interroga}]] = [\lambda x \in D . [\lambda y \in D . x \text{ interroga } y]]$

A estrutura frasal é, de novo grosseiramente:



A derivação semântica é:



R-I pega os nomes próprios (*Afonso* e *Charles*) e refere a indivíduos em D . R-I pega *interroga* e denota um conjunto de pares ordenados $\langle x, y \rangle$ tal que x interroga y . R-I, através de FA, aplica *interroga* a *Charles*, como no VP $x \text{ interroga } \textit{Charles}$ acima; a denotação do VP é o conjunto dos indivíduos que interrogam *Charles*. Finalmente, ainda por meio de FA, aplica-se este último conjunto a *Afonso*, cujo resultado é 1 se *Afonso* interroga *Charles*, 0 se não.

A convergência maior entre Frege e a R-I se inicia aqui. O princípio da composicionalidade de Frege fornece meios para que R-I seja efetivada. Esse princípio nos

¹¹ Estamos sendo o mínimo comprometedor, deixando de fora o tempo, aspecto, modalidade...

diz que o significado do todo depende do significado das partes ou que o significado da sentença depende dos significados dos itens lexicais. Por exemplo, o significado da sentença (2) vai depender dos significados das partes, isto é, vai depender do significado do argumento *Joana* e do predicado *surfar* e de como são combinados por FA.

Com isso, temos pelo menos duas conclusões: “the entities which are assigned denotations by the semantic component are phrase structure trees, and that these are somehow generated by the syntactic component of the grammar” (Heim e Kratzer, 1998: 45).

R-I abarca fenômenos intensionais também. Observe, agora, as seguintes sentenças:

(14) Pedro acredita que Joana surfa.

(15) Joana surfa.

A sentença (14) não acarreta a sentença (15). A sentença (14) também abala o princípio de composicionalidade de Frege¹², pois, em (14), o valor do todo não é função do valor das partes. A semântica de mundos possíveis permite dar um tratamento composicional para os contextos intensionais. O que até agora viemos propondo para R-I não dá conta da semântica de (14). O problema é que *acreditar* constrói contextos não-extensionais, logo, o que viemos falando até agora não é o suficiente. Eles são verbos de atitudes proposicionais, do domínio intensional; eles “relativizam as proposições que os complementam com relação a uma dessas “atitudes” do falante” (Borges, 2003: 41). Ou seja, o verbo “acreditar” refere a uma relação entre um indivíduo e o conjunto de mundos possíveis, porque “belief isn’t a relation to a truth value. It’s a relation to a set of worlds” (Stainton, 1996: 85). Daí obtemos: $ACREDITA(Pedro) (\{w: Joana surfa em w\})$ ou $[\lambda x \in D . Joana surfa em w' \in W \text{ que são compatíveis com o que } x \text{ acredita em } w] (Pedro) = 1$ sse $Joana surfa em w'$, para todos $w' \in W$ que são compatíveis com o que Pedro acredita em w ¹³. Ou ainda segundo Stainton (1996: 85):

¹² Frege previu este caso e forneceu uma explicação, porém não em termos de mundos possíveis, o que desejamos para Referência-I.

¹³ Adaptação da Heim e Kratzer, 1998: 308.

“The relation expressed is between persons on the one hand, and propositions on the other. It is this which makes “believes that ____” opaque. Intuitively, an opaque context is one whose output at the level of reference depends on the meaning of the embedded sentence – the proposition it express – not just its reference (i.e., not just its truth value).”

A semântica de mundos possíveis foi criada como uma forma de solucionar o problema da intensionalidade, entendendo intensão no sentido de Carnap (1947), (*apud* Heim e Kratzer 1998: 302): “An intension in Carnap’s sense is something that determines how extensions depend on possible circumstances”. Para dispormos do significado desse tipo de verbo e de outros fenômenos intensionais, utilizaremos, portanto, o aparato formal da semântica de mundos possíveis. Agora, ao invés de um único “mundo”, D se constitui de infinitos mundos. A intensão pode ser definida em relação a mundos possíveis: “Intensions are functions from possible worlds to appropriate extensions. The intension of a sentence is a function from possible worlds to truth-values” (Heim e Kratzer, 1998: 302).

R-I também engloba a noção de intensão: “intensão é uma função, no sentido matemático do termo, que toma como domínio um tempo e um mundo possível e devolve, como contra-domínio, uma extensão” (Borges, 2003: 41). R-I, portanto, ativa a Aplicação Intensional: “Intensional Functional Application (IFA): If α is a branching node and $\{\beta, \gamma\}$ is the set of its daughters, then, for any possible world w and any assignment a , if $[[\beta]]^{w,a}$ is a function whose domain contains $\lambda w' . [[\gamma]]^{w',a}$ then, $[[\alpha]]^{w,a} = [[\beta]]^{w,a} (\lambda w' . [[\gamma]]^{w',a})$ ” (Heim e Kratzer, 1998: 309). A intensão¹⁴ é a extensão apropriada em cada um dos mundos possíveis.

A intensão de *Joana surfa* é num certo modelo:

w1	1
w2	0
w3	1
w4	1

¹⁴ A função de mundos possíveis em valores de verdade é o que é atualmente chamado de proposição: “we accordingly talk of propositions as sets of circumstances or as functions from circumstances to truth-value”. (Chierchia e McConnell-Ginet, 1990: 209). O conceito de proposição se ampliou, porque também para Frege uma sentença quando expressa um pensamento completo é uma proposição ou o próprio sentido é uma proposição.

Suponha quatro mundos: w_1 , w_2 , w_3 e w_4 . Em w_1 , Pedro surfa e a Joana surfa. Em w_2 , Pedro surfa e Joana esquia. Em w_3 , tanto Pedro quanto Joana surfam. Em w_4 , Pedro ronca e Joana surfa. Em w_1 , w_3 e w_4 , é verdadeiro que Joana surfa. Em w_2 , é falso. A função agora é relativizada a mundos possíveis (e também ao tempo, embora não estejamos levando em consideração este aspecto). Em termos corridos, a (11) é verdadeira em todos os mundos em que Pedro surfa e (12) é verdadeira em todos os mundos em que Joana surfa; “em síntese, deveremos considerar que o “significado” de uma expressão é uma certa extensão determinada por uma intensão” (Borges, 2003: 42). Stainton (1996: 79-80) ainda esclarece:

“If the sense of a sentence is to be a function from worlds to truth values, what can a sentence refer to? The answer is obvious, once you see it: the referent of a sentence is the value of the function it expresses, taking the actual world as argument. What will this value be? A truth value: either TRUE or FALSE, depending upon whether what the sentence says is true in the actual world.”

O valor da função de mundos a valores de verdade é verdadeiro ou falso, a variar conforme o mundo selecionado. O importante é manter a idéia de que o significado comporta uma remissão a mundo(s). Portanto, a noção de referência (a Referência-I) que apresentamos para a Língua-Ié uma *função*, seja relativa a mundos possíveis ou não.

Últimas palavras:

1- Nas entradas lexicais, há informações necessárias (traços semânticos) para que o componente sintático funcione de tal forma que forneça *inputs* apropriados para o componente semântico. Um dos pontos essenciais, então, é detectar as referências dos itens lexicais (como as sentenças (2) e (3) acima) para que a derivação sintática e a interpretação sejam automáticas, sem necessidade de regras ou axiomas: “it should be sufficient to specify the denotations of the lexical items, and the rest should follow automatically” (Heim e Kratzer, 1998: 43). É preciso também da função interpretação FA, no caso de contextos extensionais, e da IFA para os contextos intensionais. A FA vai dizer que Pedro pertence ao conjunto surfar, na sentença (11), de acordo com a função R-I. Na sentença (14), IFA expressa uma relação entre o indivíduo *Pedro* e a proposição *Joana surfa* relativizada a mundos possíveis, também de acordo com R-I.

2- De acordo com o princípio da interpretabilidade de Heim e Kratzer (1998), todos os nós devem receber uma interpretação em D: “All nodes in a phrase structure tree must be in the domain of the interpretation function $[[\]]$.” (Principle of interpretability) (1998: 49). É R-I, finalmente, essa função, isto é, R-I atribui referências apropriadas no módulo semântico, fornece $[[\]]$ para que seja aplicado FA ou fornece $[[\]]$ em relação a mundos possíveis para se aplicar IFA. Se é FA ou IFA vai depender das entradas lexicais¹⁵, de acordo com Heim e Kratzer (1998: 309):

“The solution is very much in the spirit of Frege. The usual denotations are extensions. But for nonextensional contexts, Intensional Functional Application allows a switch to intensions. The switch is triggered by particular lexical items – those that create nonextensional contexts. Whether a lexical item does or does not create a nonextensional context, then, is part of the information conveyed by its denotation, like any other information about selectional restrictions.”

3- Se R-I é uma necessidade semântica para termos interpretação é porque acreditamos que R-I faça parte de SEM e deve possuir alguma sustentação biológica. De certa forma, o que apresentamos até agora é o que se faz em uma semântica de modelos e, nas palavras de Chomsky, “the basic problems seems to me to go beyond the difficulty of identifying the intended model” (2003: 293). Assim, a idéia que este ensaio procura intensificar é que SEM fornece interpretações ligando estruturas puramente sintáticas a D, mediante R-I. O primeiro passo é começarmos a aceitar a idéia de mundos possíveis dentro da mente-cérebro¹⁶. Jackendoff (1998) escreve algo neste caminho: “Similarly, as stated in Jackendoff (1987:133), it does not commit one to abandoning truth-conditional semantics – only to placing truth-conditions in the mind of the language user rather than treating them as framework-free” (1998: 212). Ou, pelo menos, apreciar o que Stalnaker (1984) (*apud* Chierchia e McConnell-Ginet 1990: 50) afirma cujos mundos possíveis podem ser concebidos não como:

“concrete objects or situations, but abstract objects whose existence is inferred or abstracted from the activities of rational agents. It is thus not implausible to suppose that their existence is in some sense dependent on, and that their natures must be explained in terms of, those activities.”

¹⁵ Mas, não parece que dependa só das entradas lexicais, mas da estrutura sintática que um “acreditar” deriva, diferentemente de *surfar*, por exemplo. Infelizmente não é isso, porque podemos ter um verbo como *saber*

Dizer que objetos, situações ou mundos são mentais não é dizer que eles precisam ser efetivamente reais; eles **podem** ser reais. Não há uma consequência lógica entre ser mental e ser real. Eles **podem** ser derivados da prática lingüística. Da mesma forma, não há uma relação lógica entre ser mental e não ser real.

4- Mundos possíveis são mundos que podem ser bem diferentes do nosso. Pode haver mundos em que não há terra, nem humanos, nem prédios, nem bancos... Quando queremos dar conta da semântica de sentenças como: *Se eu fosse você*, restringimos os mundos possíveis àqueles mundos que são próximos ao nosso, em que a única diferença é eu ser você. Mas essa é uma restrição lingüística/cognitiva, para interpretarmos a sentença. Suponha um mundo igual a esse, mas a única diferença é que o homem não foi à lua ou um mundo em que o Brasil não é campeão do mundo no futebol ou um mundo em que não há sol ou um mundo com sete luas: “beyond the facts about how things actually are, there are facts about how things might be, or might have been” (Stainton, 1996: 77). Mundos possíveis são os possíveis mundos.

5- Ao explicar R-I, afirmamos que os *inputs* para o módulo semântico seriam as LFs. Observe como isso acontece tendo em vista uma sentença ambígua:

(16) Todo fiel idolatra um santo.

Uma das informações contidas em um dos itens lexicais dessa sentença é que *todo* é um operador e, portanto, deve checar esse traço, o que leva à questão do escopo de quantificador. Esta sentença é semanticamente ambígua:

(16') $\forall x \exists y$ [idolatra<x,y>]

(16'') $\exists y \forall x$ [idolatra<x,y>]

Em (16'), o quantificador existencial está sob escopo do quantificador universal. Afirmamos que o quantificador universal tem escopo largo. A fórmula (16') informa que todo fiel idolatra um ou outro santo. Em (16''), o quantificador existencial tem escopo largo, então, a fórmula (16'') informa que há só um santo e todo fiel idolatra este

que não é intensional.

¹⁶ Diferentemente de Lewis (1972, 1986), por exemplo.

único santo. (16') e (16'')) seriam as formas lógicas, de forma simplificada, da sentença (16). LF estrutura os significados da sentença (16) e de infinitas outras. Os *inputs*, portanto, para o módulo semântico seriam as estruturas semânticas (16') e (16'')). Este exemplo mostra que RI deve lidar com variáveis, pois, “segundo Frege, uma proposição é um símbolo articulado gerado por uma função proposicional – por exemplo, “...é a estrela da manhã” – onde se substitui a variável por um nome. Para cada argumento uma função assume um único valor” (Giannotti, 1995: 73). Logo, o que a R-I pode fazer é preencher o lugar da variável por algum nome. Sendo assim, é possível explicar sentenças com pronomes. Por exemplo, uma sentença como *Ela surfa* será verdadeira se o nome que substituir a variável, pertencer ao conjunto dos surfistas. Pode ser caso desse preenchimento da variável só ser possível no momento de fala, se sim, a pragmática deve ter algum impacto sobre SEM, informando algo como “esta pessoa que estou apontando agora”, caso esteja apontando para a Joana por exemplo.

Capítulo 4- Chomsky e Frege

Este capítulo especula possíveis relações de aproximação entre Chomsky e Frege, buscando mostrar que não é de todo infundado colocar uma visão fregueana na R-I, isto é, juntar Chomsky e Frege. Vamos nos deter em alguns pontos como a subjetividade, o princípio da imanência, o solipsismo e a convenção, tendo como pano de fundo a Referência-I.

4.1- Subjetividade

Para Frege, se acessamos somente o nosso mundo interior, se existe apenas o que está na nossa mente-cérebro, nós não temos mundo em comum, daí a necessidade de abandonar a subjetividade. No caso de Chomsky, em vista à relação R', os falantes, de acordo com suas intenções, usam palavras para falar sobre o mundo, as coisas, pois, é possível usar a palavra *cadeira* ou *água*, dependendo das circunstâncias, para referir, por exemplo, ao livro sobre minha mesa. As perspectivas (os *outputs*) são propriedades semânticas disponíveis pela mente-cérebro, portanto, os objetos vão ser “perspectivados” de acordo com tais propriedades. Se uma tartaruga no meio da floresta pode ser uma cadeira para uma comunidade selvagem, se um pneu pode ser uma cadeira para um fuzileiro de guerra, se uma prancha pode ser uma cadeira para um surfista, enfim, se um amontoado de travesseiros pode ser uma cadeira confortável para um estudante e ao mesmo tempo pode ser uma escada para ele trocar a lâmpada, é porque o falante, como sujeito livre e intencional, faz o que quiser. Isto é possível porque a palavra *cadeira*, mediante minhas intenções, pode pegar qualquer coisa e ainda coisa nenhuma, dependendo de como as perspectivas são usadas e assim por diante. Em outro sentido, é possível usá-la ao bem querer, depende da subjetividade do falante. Chomsky (2000: 149) acrescenta:

“Or consider “the Heavens”. I use the term with an indexical character, to refer to what I see on a cloudless night: something different in Boston and Tasmania. With ordinary presuppositions withdrawn, as on Twin-Earth, I might decide (in some circumstances) to use “water” the same way.”

Se Pedro, por exemplo, acessa somente aquilo que está em sua mente-cérebro

e se ele concebe objetos de acordo com o livre arbítrio, é difícil Pedro compartilhar um mundo comum. Desta forma, ele estaria condenado à subjetividade. Entretanto, há motivos que tornam Pedro um ser público, como a alteridade, pois ela o provoca a se direcionar aos outros. Há um outro que é o próprio funcionamento do sistema. Na linguagem, há limites e são esses limites, por exemplo, que separam a **gramaticalidade** da **agramaticalidade** nos termos empregados na teoria chomskyana.

É apropriada uma passagem de Chomsky, pois mesmo o mundo do senso-comum e também a relação R' passam a depender da Língua-I, dos recursos mentais disponíveis pela planta genética: "we try to unravel the anatomy of the mind, including FL and the systems at the interface, and to discover how experience and social interaction are shaped in terms of these internal resources" (Chomsky, 2000: 183). Dessa forma, a relação R' é restringida à natureza biológica da relação R, logo, é possível ainda mundo público, pois, R é comum à espécie humana. O que não há é um lugar para R' em uma teoria naturalista da linguagem. Uma saída é dar uma interpretação naturalista à proposta de referência de Frege, tornando-a Referência-I.

4.2- Princípio da Imanência

Se as coisas ou indivíduos só se tornam presentes através da mente-cérebro de Pedro ou mediante as perspectivas oriundas da linguagem, Chomsky cai no princípio da imanência. O Princípio da Imanência, oriundo de, entre outros, D. Hume (1976: 66), "the idea of existence, then, is the very same with the idea of what we conceive to be existent", provoca a tentação de afirmar que Chomsky estaria sob seu domínio. Em Hume, as impressões são existentes ou não há existência senão aquilo que se concebe como existente, melhor, não há existência a não ser a que se concebe internamente. Como vemos na passagem seguinte, Hume agrada a Chomsky (2000: 16):

"Hume's principle is that the "identity which we ascribe" to things is "only a fictitious one" (Hume: 1740: Section 27), established by the human understanding. Hume's conclusion is very plausible. The book on my desk does not have these strange properties by virtue of its internal constitution; rather, by virtue of the way people think, and the meanings of the terms in which these thoughts are expressed. The semantic properties of words are used to think and talk about the world in terms of the perspectives made available by the resources of the mind."

Para Hume, é na relação da mente com as impressões que há algo e Chomsky também pode caminhar na tese da imanência. Por um lado, referir, para o lingüista, é uma relação R da linguagem com algum domínio mental, em forma de sintaxe. Não é uma relação causal entre palavra e mundo externo. Por outro, há a relação R', pois são os falantes de um ponto de vista particular que encaminham tais usos. É possível interpretar em Chomsky que os objetos não são 'vistos' independentes das propriedades da Língua-I, seja através de R ou de R'. Neste rumo, mundo sem linguagem fica comprometido. Ou "The World as known is the world of ideas, of significatory content" (Yolton 1984)" (*Apud* Chomsky 2000: 182). Dessa forma, o falante não pode referir a um objeto, sem os significados estruturados pela Língua-I e dos sistemas de Crença-I, ou seja, pela mente-cérebro, conseqüentemente, os objetos não podem existir (significar) independentemente do falante, segundo Chomsky (2000: 37):

"If we intermingle such different ways of thinking about the world, we may find ourselves attributing to people strange and even contradictory beliefs about objects that are to be regarded somehow apart from the means provided by the I-language and the I-belief systems that add further texture to interpretation. The situation will seem even more puzzling if we entertain the obscure idea that certain terms have a relation to things ("reference") fixed in a common public language, which perhaps even exists 'independently of any particular speakers', who have partial, and partially erroneous, grasp of the language' (Dummett 1986); and that these 'public-language terms' in the common language refer (in some sense to be explained) to such objects as London taken as a thing divorced from the properties provided by the city name (or other mode of designation) in a particular I-language, and from the other factors that enter into Peter's referring to London. Problems will seem to deepen further if we abstract from the background of individual or shared beliefs that underlie normal language use. All such moves go beyond the bounds of a naturalistic approach, some of them, perhaps, beyond sensible discourse."

A crítica aqui dirigida a Dummett pode ser estendida a outros teóricos que afirmam haver uma relação entre as palavras e coisas definida pelo senso comum ou convenção, portanto, externamente. Significados comuns estão longe de uma abordagem naturalista. Nesta abordagem, eles são individuais, internos e intensionais e fazem parte de nossa carga genética. Mesmo as coisas não estão à parte dos significados oferecidos pela Língua-I ("... objects that are to be regarded somehow apart from the means provided by the I-language... a thing divorced from the properties provided by city name in a particular I-language..."). Sendo assim, as coisas passam a ser tudo que pode a mente humana e tudo que depende da mente humana, mais restritamente, tudo que depende da Língua-I. Até o

mundo, neste sentido, passa a depender do que (pode) está na mente-cérebro, como a Língua-I.

O Princípio da Imanência pode nos levar ao solipsismo. Se apenas as idéias ou representações são objetos para mim, fica difícil ser objetos para outros, pois não podemos acessar a consciência dos outros, porque se sim, seríamos eles próprios, ou, nas palavras de Frege, “porque não podemos ter ambas as representações juntas na mesma consciência” (1978: 65). Se só acessamos o que está na nossa consciência, seria como se vivêssemos em um eterno sonho ou como se estivéssemos loucos e sozinhos no deserto. Mas, o princípio da imanência e o solipsismo, como vimos, foram combatidos por Frege (2002: 27-8):

“Admiti, por diversas vezes, que a mesma coisa que vejo pode também ser observada por outras pessoas. Mas, como isto poderia acontecer se tudo fosse apenas um sonho? Se apenas sonhei que passeava em companhia de outra pessoa, se apenas sonhei que meu companheiro viu, assim como eu, o prado verde, se tudo isso fosse apenas uma peça representada no palco da minha consciência, então seria duvidosa a própria existência das coisas do mundo exterior. Talvez o domínio das coisas seja vazio, e assim eu não vejo nem coisas, nem homens; mas talvez apenas tenha idéias das quais eu mesmo seja o portador. Uma idéia, que é algo que não pode existir independentemente de mim tanto quanto não o pode minha sensação de fadiga, não pode ser um homem, não pode ver o morango que estou segurando. É absolutamente inacreditável que, em lugar do mundo circundante no qual me julgava movimentar e agir, eu tenha, a rigor, apenas meu mundo interior. E, no entanto, isto é consequência inevitável da tese de que só aquilo que é minha idéia pode ser objeto de minha contemplação. Que resultaria desta tese se ela fosse verdadeira? Haveria, então, outros homens? Isto, certamente, seria possível. Eu porém nada saberia a respeito deles, pois um homem não pode ser minha idéia e, conseqüentemente, se nossa tese fosse verdadeira, ele tampouco poderia ser objeto de minha contemplação. E, com isso, ficariam abaladas todas as ponderações pelas quais supunha que algo pudesse ser objeto para outrem, tanto quanto para mim. Pois, mesmo se isto ocorresse, eu nada saberia a respeito. Seria para mim impossível distinguir aquilo de que era portador daquilo de que não era portador. Ao julgar que algo não era minha idéia, tornava-o objeto de meu pensar e, assim, tornava-o minha idéia. Existirá, segundo esta concepção, um prado verde? Talvez, mas ele não seria visível para mim. Se um prado não é minha idéia, ele não pode, segundo nossa tese, ser objeto de minha contemplação. Mas, se ele é minha idéia, então é invisível, pois idéias não são visíveis. Posso, de fato, ter a idéia de um prado verde, mas isto não é verde, pois não há idéias verdes.”

Com esta exposição, Frege argumenta que se um objeto só pertence à minhas idéias, ele é meu objeto, nunca objeto de outrem. Isto resulta no solipsismo, que será destaque do nosso próximo tópico.

4.3- Solipsismo

Frege afirma que não podemos negar o mundo e que devemos distinguir a designação do designado, o conceito do objeto, melhor, o sentido da referência. O mundo exterior não pressupõe algum dono, enquanto “o mundo interior pressupõe alguém de quem ele é mundo interior” (Frege, 2002: 24). Temos de separar o objeto cadeira do conceito “cadeira”. Vimos, no segundo capítulo, que um objeto pode ou não cair sob um conceito e eles não são idéias.

Se nós aceitamos que não há existência para além da consciência ou das idéias, isto é, se a existência apenas é concebida internamente, podemos ir diretamente ao solipsismo e acessar somente aquilo que está em nós mesmos. Mas, temos de fugir do solipsismo, porque “aquilo do qual enuncio algo não é necessariamente minha idéia” (Frege, 2002: 31). Daí também a necessidade, em Frege, de separar conceito do objeto.

Nem só o que se concebe internamente pode ser tido como existente, porque assim nos encerramos no solipsismo, pois este está fundado na “tese de que só aquilo que é minha idéia pode ser objeto de minha contemplação” (Frege, 2002:28). Mas esse não é bem o caso, então, Frege aplica o termo "objetivo não-efetivo", pois as propriedades deste não dependem de nós. Ele demonstra, em sua guerra contra o solipsismo, que as propriedades dos objetos e as características dos conceitos são independentes dos investimentos subjetivos; os conceitos são objetivos e independentes das sensibilidades (daí o não-efetivo). Segundo Frege (1962: 9):

“Desaparece cada vez mais a fronteira entre o objetivo e o subjetivo, e principalmente os objetos efetivos são tratados psicologicamente como representações. Pois, o que é efetivo senão um predicado? E, que são os predicados lógicos senão representações? Assim desemboca tudo no idealismo e, sendo mais conseqüentes, no solipsismo. Se cada um designasse com a palavra ‘LUA’ algo distinto, a saber, uma de suas representações, do mesmo modo como a exclamação Ai! expressa sua dor, então estaria justificado o modo de consideração psicologista; mas, uma discussão sobre as propriedades da Lua careceria de objeto: alguém poderia muito bem afirmar da sua Lua o contrário do que o outro diria da sua, com a mesma razão. Se não pudéssemos conceber mais do que o que está em nós mesmos, seria impossível uma disputa de opiniões, uma compreensão mútua, porque faltaria o terreno comum, e este não pode ser nenhuma representação.”

Ao separar o conceito de objeto, Frege afirma que os objetos não são meras idéias¹⁷, impressões ou representações, e que o conceito é um caminho para pegarmos o objeto. O conceito possibilita um terreno comum, porque ele é objetivo, já “a representação (ou idéia ou impressão) é subjetiva: a representação de um homem não é a mesma de outro” (Frege, 1978: 65). Em seu Livro *As Investigações Lógicas* isto é mais claro: “as idéias precisam de um portador. As coisas do mundo exterior são, pelo contrário, independentes... Cada idéia tem apenas um portador; duas pessoas não têm a mesma idéia... Os pensamentos¹⁸ não são nem coisas do mundo exterior, nem idéias” (Frege, 2002: 24-26). Eles são objetivos não-efetivos, isto é, um terceiro reino que não pertence nem ao mundo exterior como uma árvore, Pedro e um carro pertencem e podem ser dados na sensibilidade, nem ao mundo interior, ao mundo das idéias. Essa passagem parece ir contra ao que o Chomsky disse antes que os objetos não podem ser tidos independentemente da Língua-I.

O objeto cai ou não na extensão do conceito e este tem de ser comum para haver mundo comum e intersubjetividade, logo, ele é independente da vontade - subjetiva - humana; ele é objetivo não-efetivo. Os conceitos não são criados, eles são apreendidos. Da mesma forma, “ao pensar não produzimos pensamentos, mas os apreendemos” (Frege, 2002: 34).

No *Prólogo às Leis Básicas da Aritmética*, Frege ainda nos previne do subjetivismo, do princípio da imanência e do solipsismo; o conceito de feijoada não é a representação que nós temos de feijoada, o conceito é comum e a representação, individual. Frege é muito vibrante na sua distinção de conceito e objeto, e, ainda no prólogo, ele nos adverte que conhecer é conhecer algo do existente, um conceito que não é sensível nem subjetivo, pois se “queremos sair do subjetivo, devemos conceber o conhecimento como uma atividade que não produz o conhecido, mas que agarra (ergreift) algo que já existe” (Frege, 1962: 12).

Em Frege, podemos referir a coisas que não são dadas na consciência e parte daquilo que podemos ter consciência é objetivo, porque senão não temos mundo comum. Se Pedro, por exemplo, não tem nada em comum com Eva, então, Pedro pode ficar enterrado dentro de si mesmo, sem mundo comum e sem objeto comum. Sem pensamento também, porque o pensamento - para Frege - além de público e já existente, ele apenas é apreendido, ninguém o “fabrica”, ninguém é dono do pensamento.

¹⁷ Idéias no mesmo sentido que representação. Frege e Chomsky não compartilham a mesma compreensão acerca do termo representação. Contudo, esta discussão ficará suspensa, porque ela exige outro ensaio.

Por este caminho, quando Chomsky afirma que ao falar nós não pinçamos nada no mundo exterior, de que se há alguma relação, ela é interna, ele pode não alcançar a objetividade. "O princípio fundamental de que todos os sinais formados regularmente devem referir-se a algo" (Frege, 1962: 5), contudo, pode ser um princípio para Chomsky, se aceitarmos a Referência-I como parte do mundo biológico. Se é um princípio fundamental para o modelo de Chomsky, então, a referência passa a ter objetividade, sistematicidade e ele não cai nas malhas do solipsismo, porque a biologia, sendo uma característica da espécie, determina as mesmas condições de possibilidade para todos seres humanos, logo, qualquer homem ou mulher compartilha biologicamente algo em comum: as mesmas capacidades para referir.

De alguma outra forma, poderíamos imaginar, então, que Chomsky cairia na tese solipsista porque, a princípio, a referência é interna, mental. Dessa forma, Pedro, por exemplo, não atinge o mundo mesmo, mas só as suas idéias, os modelos mentais. Se Pedro só tem acesso a suas idéias, se só refere aos modelos ou mundos mentais, portanto, ele não tem mundo comum, cai no solipsismo. Contudo, o que salva novamente o lingüista do solipsismo é a biologia. Esta garante um terreno comum que propicia de algum modo aos seres humanos o entendimento. Se há alguma estrutura compartilhada, é o estágio inicial (ou até o estável!) da mente humana, ou nas palavras de Chomsky (2000: 30), "the only (virtually) 'shared structure' among humans generally is the initial state of the language faculty". Então, nós somos as mesmas criaturas, pelo menos, inicialmente, enquanto possibilidade. Mas se vemos isto como algo em absoluta potencialidade, mesmo fora do estágio inicial - convém lembrar que a Língua-I é um estado da FL, um estado mental -, as opções ainda serão restritas pela "planta" genética, por aquilo que nos é dado biologicamente. Mesmo a Língua-I só poderá atingir os estados que a arquitetura genética da linguagem possibilitar.

Se partilhemos inicialmente as mesmas possibilidades de estruturas, se somos praticamente os mesmos, se as possibilidades são pré-determinadas, então, é possível que desfrutemos de manifestações comuns. A biologia, desta forma, limita as perspectivas dos seres humanos, as suas totais individualidades. Já que temos uma genética comum, é provável que tenhamos também um mundo comum. Assim, talvez não seja legítimo falar em solipsismo numa abordagem naturalista, muito menos, no caso de Chomsky.

¹⁸ Entenda pensamento também como conceito.

Podemos finalizar esta parte com uma saída encontrada por Frege (2002: 29) àqueles que se encontram na tese solipsista:

“Ou é falsa a tese segundo a qual só aquilo que é minha idéia pode ser objeto de minha contemplação, ou todo meu saber e conhecimento limitam-se ao domínio de minhas idéias, ao palco da minha consciência. Neste caso, eu teria apenas um mundo interior e nada saberia a respeito dos outros.”

4.4- Convenção

A noção de convenção tem papel fundamental em várias teorias semânticas que postulam uma relação causal entre linguagem e mundo externo, o que denominamos de Referência-E. Este é o caso de Putnam, mas nem de Frege nem de Chomsky. O que Chomsky mostra é que devemos abandonar a convenção se queremos entender o funcionamento semântico das línguas naturais, de uma perspectiva naturalista, portanto, não à convenção quando se tratar dos significados da palavra e/ou das frases, pelo menos, no que tange à compreensão natural. Portanto, convenção não é condição necessária e nem suficiente para a linguagem natural.

Para Frege, as línguas naturais não são fundamentadas por convenções, essas são necessárias para as linguagens formais, pois elas precisam ser claras, precisas e eficientes. Por outro lado, nas línguas naturais, a princípio, não há nada que impeça os falantes de utilizarem a palavra *mesa* para denotar qualquer coisa ou ainda a coisa alguma, porque “ninguém pode ser impedido de empregar qualquer evento ou objeto arbitrariamente produzidos como um sinal para qualquer coisa” (Frege, 1978: 61-2).

A convenção é oriunda da Língua-E e, como já salientado, Chomsky tem interesse pela Língua-I. A convenção prevê uma linguagem pública, comum, com significados compartilhados, o que não garante ganhos explicativos, no máximo nos mostraria o sucesso na comunicação e não uma explicação das propriedades semânticas das línguas naturais; além de tudo, Chomsky tem razão ao afirmar que não há uma noção de língua comum feita de modo bem fundamentado e coerente (2000: 31). Também, como vimos, Chomsky critica que a comunicação seja uma função básica da linguagem, aliás, é questionável, em um estudo naturalista, a noção de função básica para qualquer órgão humano. Para haver sucesso na comunicação não são necessários linguagens e significados públicos - convenção -, como nos demonstra Davidson e o próprio Chomsky.

O que é uma convenção? No artigo “Comunicação e convenção”, Davidson (1985: 9, 10) divide em três tipos teóricos as convenções: “(1) teorias que afirmam existir uma convenção ligando as sentenças que pertencem a um ou outro modo gramatical (ou que contém uma construção performativa explícita) a intenções ilocutórias ou a propósitos mais amplos; (2) teorias que procuram um uso convencional para cada sentença; (3) teorias segundo as quais há convenções que ligam palavras individuais a uma extensão ou a uma intensão”.

A primeira teoria remete a Dummett. Ela nos diz que há uma convenção que nos obriga a dizer a verdade, já que uma sentença é para asseverar algo, então, como um jogo, na linguagem há regras em acordo comum. De acordo com Davidson, “tenho a impressão de que não há nada na linguagem que corresponda relevantemente a vencer um jogo” (1985: 10) e também que não há uma “convenção de sinceridade” para sabermos se uma pessoa está ou não dizendo a verdade, ou ainda se quer ou não vencer, então, esta primeira teoria é ilusória. A segunda nos diz que há “intenções ulteriores” quando usamos uma sentença, como uma ordem, uma promessa, um batismo, etc., mas isto também não garante o significado de uma sentença e, de acordo com Davidson, “de nada serve, devo repetir, dizer que a convenção consiste em que a sentença sempre significa aquilo que o propósito ulterior revelaria caso o falante fosse sincero, sério, etc. Isto na melhor das hipóteses, é apenas uma análise parcial das relações entre significado literal, sinceridade e intenção” (1985: 16). Por fim, na última teoria, Davidson afirma que segundo David Lewis “uma convenção é uma regularidade R em ações, ou em ações e crenças, regularidade na qual mais de uma pessoa toma parte” (1985: 17), então para se ter sucesso em uma comunicação, dois falantes têm de compartilhar os mesmos significados das mesmas palavras e também algo deve ter uma **regularidade**. Vamos nos estender um pouco acerca da regularidade: sem dúvida algo tem de ser recorrente na língua para termos comunicação, como a própria língua e suas unidades sonoras. Mas, no sentido de que a comunidade estabelece uma regularidade, uma convenção e a partir daí tem-se interpretações pertinentes às falas do falante e do ouvinte não. Já vimos que Chomsky abandona este tipo de convenção ao pesquisar as línguas naturais, em uma perspectiva naturalista. Já Davidson (1985: 19) afirma:

“é errado supor que penetramos no âmago da comunicação lingüística quando notamos como a sociedade molda os hábitos lingüísticos em uma norma pública. O

que a linguagem tem de convencional – se é que tem algo – é o fato de que as pessoas tendem a falar como o fazem seus vizinhos. Mas, ao indicar esse elemento de convencionalidade, ou do processo de condicionamento que torna os falantes fac-símiles lingüísticos aproximados de seus amigos e pais, nada mais explicamos além da convergência; não esclarecemos a natureza essencial das habilidades que esse processo faz convergir.”

As noções de convenção, normas da comunidade e/ou linguagens e significados comuns deixam o estudo da linguagem comprometido, pois “any approach to the study of language or meaning that relies on such notions is highly suspect” (Chomsky, 2000: 31). No caso de Davidson, se falamos em convenção é só no sentido de que falamos como nossos vizinhos. Contudo, convenção como método para explicar a semântica das línguas naturais deixa a desejar. De acordo com Davidson (1985: 21):

“comunicação lingüística não requer, embora freqüentemente empregue, a repetição governada por regras; e nesse caso, a convenção não explica o que é a comunicação lingüística, embora possa descrever uma de suas características... na verdade, a linguagem é uma condição para termos convenções.”

Assim, Chomsky e Davidson afirmam que não podemos nos restringir à convenção ao estudarmos o significado das línguas naturais. A linguagem é uma condição necessária para haver convenção e não é a convenção que é uma condição básica para alguém possuir linguagem. Também em Frege, a convenção surge quando uma determinada comunidade “constrói” uma certa regularidade, mas, a priori, a linguagem não é convencional, ela só se torna convencional a posteriori.

Capítulo 5- A linguagem como cálculo vs a linguagem como meio universal

No artigo “Logic as calculus and logic as language”, Heijenoort afirma que “Frege’s universe consists of all that there is, and it is fixed” (1967: 325). Neste sentido, uma função pode ser definida para todos os objetos desse universo. A universalidade da lógica de Frege parte do princípio de que nada pode ser dito fora do sistema, não é lícito falar em meta-sistema. Pensado assim, a lógica é a própria linguagem e essa linguagem tem de ser aprendida: “Since logic is a language, that language has to be learned” (Heijenoort, 1967: 326). Se há a universalidade da lógica é um sinal de que a linguagem é universal também. Isso é próximo da Gramática Universal de Chomsky. Neste rumo, essa reflexão é importante, porque se trata mais uma vez de comparar os modelos de Chomsky e Frege.

5.1- Preliminares:

A divisão desenvolvida por Hintikka (1979) entre uma linguagem como cálculo e linguagem como meio universal traz algumas conseqüências interessantes, porque podemos perceber duas visões opostas sobre a linguagem e, conseqüentemente, sobre a semântica. Por exemplo, na segunda, como o próprio nome aparenta, há uma relação sistemática e definida entre a linguagem e o mundo. Já na primeira, a relação entre linguagem e mundos é como cálculo, “no sentido de ser passível de reinterpretação em ampla escala, como um cálculo” (Kusch, 2001: 16). Na linguagem como cálculo, assim, não há uma interpretação definida com o mundo, há infinitas (e indefinidas) interpretações.

Se, na linguagem como meio universal, há um isomorfismo entre a linguagem e o mundo, então é impossível expressar em nossa própria linguagem as relações de significados, porque para isto já é preciso pressupô-las. Ainda mais porque nós não podemos sair de nossa própria linguagem e termos variações nas relações semânticas. Se a interpretação é fixa e as relações semânticas entre linguagem e mundo já são determinadas, qualquer tentativa de expressar a associação linguagem e mundo, logo a semântica, resultará numa circularidade. Não há outras diferentes relações semânticas além daquelas estabelecidas, portanto, a semântica é inefável, pois, segundo Hintikka e Hintikka (1994: 20):

“O motivo desse suposto impedimento consiste em que só é possível usar a linguagem para falar sobre algo quando podemos nos apoiar numa interpretação definida e estabelecida, numa rede estável de relações significativas reinante entre a linguagem e o mundo. Conseqüentemente, não pode haver nem propósito nem sentido em dizer na linguagem o que essas relações de significado são, pois qualquer tentativa de fazê-lo implica de antemão sua existência. Assim, o ponto principal dessa visão da linguagem como meio universal assenta-se na tese da inefabilidade da semântica, pois é precisamente a semântica que lida com as relações linguagem-realidade.”

Na linguagem como meio universal, como a linguagem está sistematicamente ligada ao mundo, então, teorizar a linguagem na própria linguagem também se torna inconcebível, nas palavras de Wittgenstein, *apud* Hintikka e Hintikka (1994:43), “uma linguagem somente pode ser explicada por meio de uma linguagem; portanto, a linguagem não pode ser explicada”, apenas mostrada. Logo, também não podemos olhar de fora da linguagem, a noção de metalinguagem fica discutível e a idéia de verdade como correspondência é posta em causa. Kusch (2001: 19-20) afirma:

“Precisamente por não podermos sair de nossa linguagem, a verdade como correspondência precisa ser vista como uma noção altamente questionável, pois, de acordo com essa explicação clássica, verdadeiro é um termo metalingüístico que exprime uma certa correspondência entre uma sentença e um estado de coisas no mundo.”

A noção de modelos também é incabível em uma linguagem como meio universal, já que a teoria de modelos prevê diversas, senão infinitas, relações de significados. Como em uma linguagem como meio universal não há variações de significados, fica impossível uma teoria de modelos, de acordo com Hintikka e Hintikka (1994: 22):

“A impossibilidade de variação na interpretação da nossa linguagem constitui uma outra explicação importante para o fato de nenhuma teoria modelar ser possível, na concepção da linguagem como meio universal. Pois uma variação sistemática das relações representativas entre a linguagem (ou pelo menos seu vocabulário não lógico) e o mundo é um alicerce conceitual de toda lógica semântica. De fato, o desenvolvimento da lógica semântica e de sua irmã gêmea técnica, a teoria modelar, caminhou de mãos dadas com uma transição gradual da concepção da linguagem como meio universal para a da linguagem como cálculo.”

Como consequência, a noção de mundos possíveis também é rejeitável na linguagem como meio universal. Segundo Kusch (2001: 19):

“Já que as relações semânticas não são acessíveis e já que as relações semânticas que são diferentes das efetivamente existentes não são nem expressáveis nem mesmo, talvez, concebíveis, fica clara a impossibilidade de se desenvolver uma teoria de modelo, pois ela se baseia precisamente na idéia de uma variação sistemática das relações semânticas. Além disso, já que nossa linguagem é, assim, interpretada e interpretável apenas em relação a *um* mundo, isto é, já que nossa linguagem inevitavelmente possui apenas um único mundo, o efetivamente existente, como seu *universo de discurso*, nossa linguagem não pode ser usada para falar significativamente sobre outros mundos, meramente possíveis. Colocando este mesmo ponto de modo diferente, provavelmente um defensor da linguagem como meio universal procurará um meio de analisar noções modais de uma forma que evite uma ontologia completa de mundos possíveis.”

Há uma consequência interessante para aqueles que acreditam numa linguagem como meio universal: a semântica é inacessível e não há outras relações semânticas além daquelas preestabelecidas, sem dúvida, o relativismo lingüístico é bem aceito, já que não é possível “comparar entre si as relações semânticas de diferentes linguagens com o mundo (Kusch, 2001: 19). Para estes defensores, “o kantismo semântico pode parecer inevitável devido aos traços conceituais muito próximos entre não conhecer os mecanismos e as atividades usadas por nossa faculdade de conhecimento e não conhecer as coisas em si mesmas” (Kusch, 2001: 19). Desta forma, a relação linguagem e mundo não é (re)conhecida completamente.

Já em uma linguagem como cálculo, a semântica é acessível, porque podemos ter outras relações semânticas e sair de nossa própria linguagem para expressar as diversas relações com o(s) mundo(s). A linguagem como cálculo é passível à reinterpretações e a teoria de modelos torna-se uma ferramenta imprescindível, pois é ela que permite sairmos da nossa própria linguagem - irmos para a metalinguagem - e explicarmos as diferentes relações de significados, logo, a verdade como correspondência também é viável. É importante ainda salientar que em uma linguagem como cálculo¹⁹, a idéia de mundos possíveis é bem-vinda, já que há infinitos mundos e diversas relações de significados.

Por último, nos resta o formalismo. Os defensores da linguagem como cálculo se influenciarão pelo formalismo se este estiver ligado à idéia de interpretação e o

recusarão, se o formalismo rejeitar o acesso à semântica. Já os da linguagem como meio universal tomarão um rumo inverso: aceitarão o formalismo, se este abarcar a idéia de que a semântica é inefável e dirão não ao formalismo, se a interpretação deixar de ser fixa e única. Percebemos, então, que ambos os defensores ora aceitarão ora recusarão o formalismo.

A partir destas considerações, podemos observar como se comporta o modelo de Chomsky frente a essa distinção. No caso de Frege, vários trabalhos já foram feitos, enquadrando-o em uma visão de linguagem como meio universal. Começemos com Frege.

5.2- O direcionamento de Frege

A inefabilidade da semântica

Frege assume que só há a Verdade e, paralelamente, só há o Mundo, logo, não há outras relações semânticas a não ser aquelas já definidas e imutáveis entre a linguagem e mundo. É evidente que a verdade não é a verdade tomada de forma subjetiva e/ou aleatória, como a verdade dos psicologistas, mas a Verdade, aquela que é objetiva e única. Quanto à unicidade da Verdade, Frege (1962: 7) é claro ao criticar os lógicos psicologistas no *Prólogo às Leis Básicas da Aritmética*:

“Reduziu-se assim a verdade ao tomar por verdadeiro (Fürwahrhalten) dos indivíduos. Contra isto eu apenas posso replicar: ser verdadeiro (Wahrsein) é algo distinto de ser tomado como verdadeiro, seja por parte de um indivíduo, seja por muitos, ou todos... Não há contradição em que seja verdadeiro algo que todos têm por falso. Por leis lógicas não entendo leis psicológicas do tomar por verdadeiro, mas as leis do ser verdade (Gesetze des Wahrseins).”

Quanto à singularidade da linguagem e do mundo, os significados não podem ser desprendidos do mundo, as relações semânticas tornam-se inacessíveis e qualquer tentativa de estudo já é preciso pressupô-las: “the interpretation of our language cannot be changed or, rather, we cannot speak of, or theorize about, such changes. Hence there is only one thing language can speak of, to wit, this one actual world” (Hintikka, 1988: 2). É um trabalho redundante tentar explicar as relações semânticas se já é preciso tê-las como

¹⁹ É possível observar que ambas as visões admitem que o significado é uma relação do lingüístico com algo não-lingüístico. A diferença é que em uma a linguagem se relaciona com o mundo, e na outra, a infinitos mundos.

existentes, pois temos de nos sustentar na própria linguagem. Convém destacar que a semântica é possível, tornando impossível apenas dizer o que essas relações são. Não é que não sejam possíveis as relações linguagem e mundo, o que se torna problemático é explicar tais relações. Nós podemos, no máximo, mostrar tais relações, não exprimi-las. Segundo Hintikka e Hintikka (1994: 21):

“A tese da linguagem como meio universal implica, fundamentalmente, antes a inefabilidade da semântica do que a sua impossibilidade, no sentido de que aquele que crê na linguagem como meio universal pode, contudo, ter idéias tão numerosas quanto precisas acerca das conexões linguagem-mundo, o que constitui o objeto da semântica. No entanto, essas relações não são exprimíveis... De fato, é essa, segundo Van Heijenoort, a verdadeira posição de Frege.”

Uma outra característica da linguagem como meio universal é a universalidade da linguagem. Em Frege, é possível observar isto quando ele afirma que a linguagem é o tesouro da humanidade, destacando o caráter público dela, o que também está presente em Wittgenstein: “A crença de Wittgenstein na universalidade da linguagem parece tê-lo encorajado igualmente a acentuar o caráter público da linguagem” (Hintikka e Hintikka, 1994: 42). A universalidade da linguagem está ligada ao fato de não podermos sair de nossa própria linguagem, não dispondo de diversificações nas relações entre linguagem e mundo, a não ser aquelas já especificadas, não sendo possível, então, exprimir a semântica, ainda de acordo com Hintikka e Hintikka (1994: 22):

“Uma determinada coisa que é inexprimível, segundo a concepção da linguagem como meio universal, seria uma prova, *se* as relações semânticas entre a linguagem e o mundo fossem diferentes. Em outras palavras, não é possível, nessa concepção, variar as relações representativas entre as nossas expressões, de um lado, e a realidade, do outro. Somos impedidos, logicamente falando, pela nossa primeira e única linguagem materna. Até mesmo o esforço de aprender uma nova linguagem, no sentido comum da palavra, seria, a rigor, mais propriamente concebido como uma extensão da primeira (e única) linguagem do que como aquisição de uma outra completamente nova. Afinal, a única maneira de aprender uma “nova” língua é através da primeira, segundo essa concepção. Em suma, a idéia da linguagem como meio universal implica uma tese da *universalidade da linguagem*, remanescente da universalidade da lógica com a qual Frege estava comprometido.”

Por não haver relações diferentes entre a linguagem (que é universal) e o mundo, a interpretação é fixa e não pode ser modificada. Como não é possível sairmos de nossa linguagem, não é viável discutir na linguagem as relações com o mundo, portanto a

semântica é inefável. Uma semântica inefável resulta na impossibilidade de prever outras relações entre linguagem e mundo(s), pois a noção de modelos ou mundos possíveis não é sustentável. De acordo com Kusch (2001: 16):

“A abordagem de Frege não permite nenhuma mudança no universo do discurso... Para Frege, o universo do discurso está determinado não apenas no sentido de que ‘ele se restringe a *um* universo’, mas também no sentido de que ‘seu universo é *o* discurso’. Este segundo aspecto traz diversas consequências importantes, três das quais Van Heijenoort especifica. Primeiro, as funções precisam ser definidas para todos os seus possíveis argumentos, isto é, para todos os objetos, na concepção de Frege. Segundo, questões metassistemáticas são rejeitadas pelo fato de que nada pode ser dito fora do sistema. Terceiro, a linguagem da lógica precisa ser aprendida de um modo assistemático por meio de sugestões e pistas, pois não pode ser explicada nessa própria linguagem.”

A partir da segunda especificação, a verdade como correspondência e a metalinguagem ficam inadmissíveis. Kusch (2001: 82) acrescenta:

“Frege destaca que a verdade não pode ser definida como correspondência. Seus argumentos principais parecem ser que não podemos associar qualquer significado claro à idéia de uma correspondência entre uma coisa real e algum significado ou representação e que não podemos sair da linguagem para compará-la ao mundo.”

Ou segundo o próprio Frege (2002: 13):

“Uma correspondência só pode ser perfeita quando as coisas em correspondência coincidem, quando não são coisas distintas... Ora, isto é justamente o que não se quer, quando se define a verdade como a correspondência entre uma idéia e um objeto real. Pois é absolutamente essencial que o objeto real seja distinto da idéia. Mas se assim for, não pode haver correspondência perfeita, verdade perfeita. Assim sendo, nada seria verdadeiro, pois o que é apenas parcialmente verdadeiro não é verdadeiro. A verdade não admite um mais ou menos.”

O kantismo semântico

O kantismo semântico envolve uma relação específica entre o ser humano e as coisas no mundo: o ser humano não consegue chegar às coisas mesmas, pois essas coisas são dadas na sensibilidade e determinadas pelos conceitos do entendimento humano (ou pelas categorias da razão?). Segundo Hintikka e Hintikka (1994: 24):

“A doutrina kantiana dos limites do nosso conhecimento e da incognoscibilidade das coisas em si mesmas, i.e., das coisas consideradas independente dos nossos atos em busca do conhecimento e dos meios empregados, deveria, evidentemente, corresponder a uma doutrina dos limites da linguagem no sentido de uma doutrina da inefabilidade das coisas independentemente de qualquer língua em particular.”

Os textos de Frege revelam esse kantismo semântico em pelo menos três aspectos: o princípio do contexto, “sentido e referência” e “conceito e objeto”. É importante frisar que esta acepção é uma acepção muito mais ontológica do que lingüística, sendo o significado o lugar da comunicação entre a lingüística e a ontologia filosófica.

Vamos começar com “sentido e referência”. Vimos ao discutir Frege, que “o sentido é o modo de apresentação da referência” e que a relação linguagem e referência é intermediada pelo sentido. Não há uma relação direta entre a linguagem e mundo, logo não há acesso à referência mesma, só se chega à referência por meio dos sentidos. Vimos também que o sentido é um objetivo não-efetivo, um terceiro domínio objetivo e que não é dado na sensibilidade. Neste rumo, o não-efetivo objetivo (sentido) nos arrasta ao efetivo (referência).

Só há objeto se há um rigor ao aplicar o conceito, quando um objeto cai sob um conceito ou quando há o bom sucesso ao aplicar os conceitos, os objetos se apresentam. Um objeto pode cair na jurisdição de um conceito mas também pode ser o caso que nenhum objeto seja identificado por um determinado conceito. O objeto é *a posteriori* ao conceito, o que nos leva a pensar em um kantismo semântico, pois os objetos se apresentam instalados em um conceito: Wright (1983) escreve o seguinte: “The really fundamental aspect of Frege’s notions of object and concept is that they are notions whose proper explanation proceeds through linguistic notions..; For Frege, it is the syntactic category which is primary, the ontological one derivative” (1983: 13).

Como o objetivo deste ensaio não é desmembrar exaustivamente a teoria de Frege, vamos nos ater em apenas um aspecto do princípio do contexto: a anterioridade do acontecimento lingüístico face ao ontológico. Os conceitos são articulados por um sentido. O sentido é anterior ao conceito e, ao articulá-lo, pode ou não aparecer um objeto. Ainda com Wright (1983), “Frege is treating linguistic facts as decisive of whether or not a concept is genuinely sortal in the sense glossed earlier” (1983: 13).

Finalmente, o princípio do contexto nos afirma que só no contexto da frase o sentido ou o conceito é saliente. Observe o seguinte verso de um poema:

Olhar teu olhar é pousar sem parar de voar

As duas palavras **olhar** se tornam diferenciáveis por causa de suas ocorrências no segmento frasal. É difícil imaginar algum princípio afirmando que, em um específico momento, olhar vai ser verbo e em outro, substantivo. A não ser o próprio princípio do contexto, pois é nele que as palavras se tornam significativas. Se a palavra **olhar** pode ser verbo ou substantivo, o que vai regular isso é a linguagem, melhor, o contexto lingüístico, como Frege o define. Talvez seja melhor dizer, o co-texto lingüístico.

Podemos voltar ao aspecto já levantado acerca do princípio do contexto: a tese da aprioridade da linguagem perante os objetos. Uma visão radical desse aspecto poderia afirmar que há na linguagem algo que a remete às coisas, logo, uma coisa é apresentada a alguém mediante a linguagem. As condições de verdade vão depender, portanto, das sentenças (da linguagem), pois a partir delas é possível referir a um objeto. Algumas palavras vão funcionar como descrições definidas, pois referirão a um objeto, outras não, se nenhum objeto for identificado pelo conceito articulado no sentido. Portanto, segundo Wright (1983: 51-2):

“the question whether a particular expression is a candidate to refer to an object is entirely a matter of the sort of syntactic role which it plays in whole sentences. If it plays that role, then the truth of appropriate sentences in which it so features will be sufficient to confer on it an objectual reference; and questions concerning the character of its reference should then be addressed by philosophical reflection on the truth-conditions of sentences of the appropriate kind.”

Para finalizar, Kusch (2001: 27) afirma que “recentes estudos sobre Frege fornecem abundantes resultados no sentido de que a crença de Frege na universalidade da linguagem é uma das chaves para todo o pensamento lógico”. Se Frege é uma das chaves para todo pensamento lógico, ele também é uma das chaves para o pensamento semântico. Agora, a porta que será aberta com essas chaves, vai depender do que aceitarmos como verdadeiro nestes pensamentos.

5.3- O direcionamento de Chomsky

Borges Neto (2003) direciona o modelo de Chomsky a uma linguagem como meio universal. No decorrer da discussão sobre a inacessibilidade semântica da linguagem como meio universal, Borges Neto (2003: 13) afirma:

“A inefabilidade da semântica, consequência da perspectiva linguagem como meio universal, vai forçar os adeptos dessa perspectiva a se restringirem às relações sistemáticas que se podem estabelecer entre os signos (relações sintáticas, portanto) e à utilização desses signos pelos falantes nos processos de comunicação, argumentação, etc. (à pragmática, portanto) – os estudos da linguagem devem restringir-se necessariamente à sintaxe e à pragmática. A semântica, entendida como o relacionamento sistemático de expressões de uma linguagem e estados de coisas no mundo, só é possível no quadro da perspectiva linguagem como cálculo.”

Após a segunda ocorrência da palavra pragmática, Borges Neto (2003: 43-4) acrescenta, em uma nota de rodapé, uma conclusão que nos leva a acreditar que Chomsky estaria do lado da linguagem como meio universal:

“Noam Chomsky, em seus últimos trabalhos, tem insistido na inexistência de uma semântica, exatamente conforme esse raciocínio. Para ele, a semântica é desnecessária, já que tudo que uma semântica poderia dizer pode ser melhor dito pela sintaxe, combinada com uma pragmática.”

Não é a proposta deste capítulo a discussão do conteúdo dessas afirmações, contudo, elas orientam a uma determinada visão: a de que o modelo chomskyano estaria mais próximo de uma linguagem como meio universal. Talvez essa evidência esteja reforçada porque é nítida a confiança de Chomsky nos últimos escritos de Wittgenstein, nos quais o significado está ligado ao uso, portanto, à pragmática. Este filósofo alemão foi um dos principais representantes da linguagem como meio universal como descrevem Hintikka (1979 e 1988) e Hintikka e Hintikka (1994). Vamos começar assumindo que Borges Neto tem razão: o modelo de Chomsky se aproxima da linguagem como meio universal e, portanto, está próximo também de Frege.

Vimos acima uma frase de Wittgenstein: “não pergunte pela significação, pergunte pela utilização”. Através dessa citação, percebe-se que uma das características que aproxima o modelo de Chomsky a uma linguagem como meio universal, assim como uma das principais características da linguagem como meio universal no segundo Wittgenstein,

é o fato de que quando o falante sabe atribuir significados, é porque ele sabe em quais circunstâncias, contextos ou situações tais e tais palavras se “encaixam”, significativamente, enquanto outras não. Saber o significado é, então, saber empregar uma palavra ou sentença de acordo com algumas exigências nos momentos de proferimento. Chomsky afirma basicamente o mesmo ao escrever que SEMs podem ser usadas pelos agentes lingüísticos.

Contudo, não há uma analogia completa entre o modelo chomskyano e os últimos escritos de Wittgenstein. Há várias críticas, por exemplo, de Chomsky à noção de “seguir uma regra”. Diferentemente de um jogo, não há nada parecido na língua natural que se assemelha a “seguir uma regra”. Se pensarmos “seguir uma regra” de acordo com as normas da comunidade ou das normas de uma gramática ou dos livros do dizer correto, é evidente que essas regras podem ser transpostas, diferentemente de uma partida de xadrez, cujas regras são severamente respeitadas. “Seguir uma regra” *à la* Wittgenstein também envolve convenção e, como mostrado, Chomsky não acha a convenção nem apropriada nem suficiente para os estudos naturalistas. Assim, Chomsky não aceita o conceito de “seguir uma regra”.

Neste sentido, quando Chomsky reconhece a grandiosidade de Wittgenstein, (e de Ryle), ele a reconhece parcialmente. Significados-I, no modelo chomskyano, não são convenções, nem normas e nem regras, pois eles não são determinados externamente. Eles fazem parte da estrutura inata do órgão da linguagem. Chomsky salienta isso: “the semantic properties of the words and constructions are determined by the ways they are constituted, with a rich innate contribution” (2000: 179). Então, Significados-I são conhecimentos disponíveis, em potencialidade, pela faculdade da linguagem e “usados” para lidar com o mundo em determinadas circunstâncias, não em outras.

Essa característica inata dos significados traz outra consequência para confirmar a hipótese: o modelo de Chomsky resulta em uma linguagem como meio universal. SEMs, como vimos, são perspectivas para conceber o mundo ou mesmo o mundo do senso-comum. Dessa forma, a faculdade da linguagem é um meio para o mundo “aparecer”. Disto se segue que não é a faculdade da linguagem que depende do mundo, mas é o mundo que depende dela, contrapondo ao empirismo de Quine: para este, a criança aprende uma língua através de observação, de inputs, portanto, a linguagem depende do mundo. Porém, a crítica é do próprio Chomsky: “But what does the term “depends” include? Here we turn to the structure of the organism, which we may think of abstractly as a mapping M of external inputs into nature state” (2000: 60). Ou, em outros pensamentos, o

mundo depende da estrutura inata do órgão da linguagem, precisamente, de SEMs. Não haveria, em outras palavras, como o ambiente externo afetar a linguagem e o ser humano, sem uma pré-disposição inata; no limite, sem a estrutura inata, a criança sequer aprenderia uma língua. Chomsky (2000: 60) é pontual nisso: “without innate structure there is no effect of the external environment in language (or other) growth”.

Caminhar nessa direção, é aceitar o kantismo semântico: o homem não “alcança” as coisas mesmas, mas somente por intermédio da estrutura da mente-cérebro ou, decididamente, pelas perspectivas SEMs. É claro que há coisas e a existência delas independem de nossas mente-cérebros; há coisas, com certeza Chomsky não nega isso, mas elas só aparecem para um falante (em isolamento) mediante SEMs, ou pelo menos, enquanto perspectivas. Em uma análise específica, as perspectivas ou aspectos mentais “mostram” o mundo, não há acesso às coisas mesmas. Entre meu corpo e as coisas, há idéias, no caso de Cudworth, ou, no alicerce chomskyano, há SEMs. Em um outro ponto de vista, McGilvray (1999: 170), ao discorrer sobre a teoria de Cudworth em consonância com o modelo de Chomsky, escreve basicamente o mesmo: “They (ideas) are what we use to characterize the things of the world”.

Essa semelhança entre Cudworth e Chomsky é bastante presente em McGilvray (1999). Ele faz o paralelo entre **SEMs** na abordagem de Chomsky e **idéias do intelecto** no trabalho de Cudworth: “so we can plausibly identify his ideas or concepts with what SEMs provide” (1999: 170). Isto é, tanto SEMs quanto as idéias provêm perspectivas para interpretarmos ou concebermos o mundo. E essas perspectivas são potencialidades da mente-cérebro, elas não são dadas na experiência; antes, são elas que possibilitam a própria experiência. McGilvray (1999: 170) apresenta a seguinte mobilização:

“It is crucial to Cudworth’s view of the mind and its relationship to the world that what he calls “ideas” be produced by an innate cognoscitive power totally inside the head, not by experience. These ideas, he shows convincingly, cannot arise from things ‘outside’; there is nothing in the physical world that could have the ideas (properties) that we assign to them in the form in which we conceive them.”

Suponha um livro amarelo. Na visão de Cudworth (ou de Hume ou de Chomsky), o amarelado só existe como idéia ou que serve para ler é só uma idéia, não existe nenhum ser no mundo amarelado nem serve para ler. Mas, sabemos que há livros amarelos como objetos no mundo e que livro serve para ler e pode ser amarelado.

Cudworth escreve isso acerca de casa: “There is nothing in the physical world outside the head with the feature fit for human habitation” (*apud* McGilvray, 1999: 171). Portanto, é plausível pensar que não há o ente amarelo propriamente, detectável, a não ser na nossa mente.

Já vimos uma certa conformidade de Chomsky com essa característica “mentalista” da filosofia de Hume e Cudworth: SEMs ou as idéias são conhecimentos “semânticos” que o falante usa em diversas relações com o mundo, elas são forças interpretativas do mundo, são perspectivas; elas são um meio para o mundo aparecer. Do que uma coisa pode ser feita, não advém apenas dos seus aspectos físicos ou reais, são também o que os recursos da estrutura inata da natureza humana conseguem produzir. Já mostramos isso em Chomsky, agora, são notórias as observações de McGilbray (1999: 170):

“(The) ideas are all we have if we are to deal with the world by use of our intellectual powers. But if they are to function in, and be relevant to how a human being deals with, the world outside, one must make sense of how they could do this. This involves constructing an account of interpretation, or ‘idea application’. In Chomsky’s terms, it involves speaking to how language use might be thought to be appropriate to circumstances.”

Aplicar SEMs, as perspectivas em potencialidade, a determinadas circunstâncias e não a outras, em momentos apropriados, é aceitar parte das idéias de Wittgenstein. Se o falante sabe usar palavras ou frases em infinitas situações, com êxito, é porque ele sabe os significados delas. Neste sentido, parafraseando Wittgenstein, não pergunte pelo significado, pergunte pela pragmática. Com esse trajeto, pode-se falar que só há sintaxe e pragmática no modelo de Chomsky, logo, que ele estaria mais perto da linguagem como meio universal.

Há um outro motivo para prever que só há sintaxe e pragmática: quando se entende semântica como isomorfismo linguagem-mundo externo, realmente, não há este tipo de semântica no modelo chomskyano. Semântica pode ser compreendida como relações entre expressões lingüísticas e algum modelo mental, relações analíticas em um certo grau e sintaxe no sentido amplo. Chomsky escreve isso em uma entrevista a Cela-Conde e Marty (*apud* Saporta 1994: 183):

“To the best of my understanding, the study of mental aspects of the world leads us to postulate the existence of cognitive systems (language among them), which have their own properties and interact in various ways. The internalist study of these systems is what I would prefer to call “syntax”. The study of how people use these systems is often called “pragmatics”. If semantics is understood to be the study of the relation of “words/concepts and things”, where “thing” has some non-mentalistic interpretation, then there may be no such topic as the semantics of natural language... In contrast, if semantics is understood to be the study of relations of language (or concepts) to the outer and inner world, then there is such a topic.”

Se semântica é entendida como o estudo da relação entre palavras ou conceitos e coisas no mundo externo, extra-mental, então, segundo Chomsky, a semântica não é tópico de estudos da linguagem natural. Porém, pode haver semântica, se ela for sintaxe, isto é, se for entendida como o estudo de relações entre estrutura sintática e domínio mental. Se sim, afirmar que só há sintaxe e pragmática no modelo de Chomsky se torna ilícito.

Em outro momento, Significado-I, inicialmente, arrasta o modelo de Chomsky para a concepção da linguagem como cálculo, que está ligada ao fato de ele não admitir uma relação sistemática (única) entre linguagem e mundo (externo). Como vimos, Chomsky demonstra ceticismo ao isomorfismo linguagem-mundo. Isso está influenciado, em parte, pela preocupação com as propriedades inatas do significado, o que o falante (biológico) conhece quando ele interpreta uma sentença, ou, melhor, o que é necessário para significar; qual a estrutura de tal conhecimento. Segundo Chomsky (2000: 54):

“The child, endowed with certain innate capacities, acquires knowledge of a language – automatically, and with little if any choice in the matter. The linguist is trying to find out what knowledge the child acquires, and what innate properties of the mind/brain are responsible for this process of growth of knowledge (trying to find out what the child knows in advance of experience, to use a locution that seems to be quite appropriate). The linguist will quite properly use conclusions about innate properties, however derived, for the descriptions of the knowledge attained, in particular, for the study of meaning, this domain having the same status as any other.”

O conhecimento semântico (inato) é acessível, chega-se a ele por uma perspectiva naturalista. Contudo, o que é de esperar em uma linguagem como meio universal é a inacessibilidade da semântica. Se a semântica é inacessível é porque temos de pressupor certas relações unidimensionais entre linguagem e mundo e qualquer experimento semântico na linguagem resulta em circularidade, porque já pressupõe a

relação significativa linguagem-mundo. Mas, como exposto, Chomsky nega esta relação, mais ainda, uma relação sistemática e isomórfica. Com certeza, Chomsky, em seus últimos trabalhos, sugere que só há sintaxe e pragmática, mas não por causa dessa inacessibilidade semântica, mas porque, como vimos, a semântica de Chomsky é internalista, logo é sintaxe, e não uma relação isomórfica entre a linguagem e o mundo (externo), de acordo com Chomsky (2000: 132):

“As for semantics, insofar as we understand language use, the argument for a reference-based semantics (apart from an internalist syntactic version) seems to me weak. It is possible that natural language has only syntax and pragmatics; it has a semantics only in the sense of the study of how this instrument, whose formal structure and potentialities of expression are the subject of syntactic investigation.”

Se há semântica, ela é sintaxe e se a sintaxe é acessível, pelo menos o modelo chomskyano busca compreendê-la, investiga seus princípios, então, a semântica também é acessível. Como vimos, Chomsky até acha razoável postular um domínio mental e uma relação R, entre expressões lingüísticas e D, como parte do estudo das representações mentais. Chomsky, *apud* Saporta (1994: 183), ainda é favorável a uma semântica de modelos compreendida como sintaxe, no sentido amplo do termo:

“What most people call semantics, like model-theoretic semantics, is syntax. We just have to decide what terms we’re going to use. I think the right way to use the word ‘syntax’ is for the study of mental representations, and the right way to use the word ‘semantics’ is for the relation between systems of mental representations and some external reality. Virtually nobody studies the later... All the stuff that’s called semantics is just studies of mental representations.”

Como dito pelo próprio Chomsky, há propriedades (ou valores) semânticas no que ele chama de Domínio D e R. Por último, falar que Chomsky suporta a noção de modelos mentais é sustentar que não há uma rigidez ou componentes intrínsecos na palavra que a prenda ao mundo externo, que a remetam ao mundo externo, muito menos, a um único mundo, de acordo com Chomsky (1996a: 36):

"Faz pouco sentido perguntar a que coisa a expressão '*Guerra e Paz* de Tolstoy' se refere, quando Pedro e João retiram da biblioteca coisas idênticas. Em geral, uma palavra, mesmo do tipo mais simples, não pinça uma entidade no mundo externo, ou de nosso 'espaço de crenças' - o que, evidentemente, não implica em negar que

existam livros ou bancos, ou que estejamos de fato falando de alguma coisa real se, discutindo o destino da Terra, dizemos que Ele é sombrio."

Neste fragmento fica claro que falar que uma palavra não pinça uma entidade no mundo exterior não é o mesmo que negar o mundo exterior. É obviamente possível se referir ao mundo via linguagem. Chomsky não está negando isso. Ele está negando que o conceito teórico de "referência" descreva e explique um aspecto do uso da linguagem. Ele mostra, ainda, que não há sistematicidade nesse jogo de referência, que não há uma relação causal ou convencional palavra-mundo, pois, os falantes utilizam as palavras para referir, de acordo com interesses e necessidades. Acreditar na relação pertinente ou isomórfica palavra-mundo externo nos deixa distantes do entendimento da semântica.

Se a semântica é acessível é porque podemos compreendê-la, como mostram os estudos em semântica formal. Borges Neto (2003: 12) afirma que "é possível, e útil, usar as linguagens formais desenvolvidas pelos lógicos como modelos para o estudo da sintaxe e da semântica das línguas naturais". Então, metalinguagem é legível, o que torna verdade como correspondência plausível, pois, ainda com Borges Neto (2003: 15), "a definição de verdade (baseada na teoria tarskiana de verdade) que buscamos se aplica às orações da linguagem-objeto, mas a construção dessa definição de verdade será feita no interior da metalinguagem". Considerações às quais Chomsky, *apud* Saporta (1994: 184), se mostra favorável:

"I think truth-conditional semantics is very interesting. It's certainly not the whole story. Take the Davidsonian type of truth-conditional semantics. Suppose we want to construct a theory of meaning for French. And we're constructing a theory in some language, so, we're constructing it in English, which we assume we understand, just as when we construct a theory of physics in English, assuming we understand it. That theory of meaning for French is going to have to prove certain theorems, and among those theorems are: 'Il pleut is true if and only if it is raining.' Now if a theory of meaning doesn't prove those theorems, it's not doing very much. He said that's all it has to do. We can argue about that, but at least it has to do that, and that's truth-conditional semantics, that's not so trivial to do."

Dessa forma, uma análise mais detalhada do modelo chomskyano nos deixa um certo grau de dúvidas se ele deve ou não ser entendido como instanciando a linguagem como meio universal. Com isso temos duas conclusões: a primeira seria que essa dicotomia entre linguagem como meio universal e linguagem como cálculo não se verifica no modelo

chomskyano e, portanto, não é totalmente precisa, ficando insustentável. Ou, como parte da segunda conclusão, essa dicotomia pode ainda ser mantida e que o modelo chomskyano deve ser entendido como instanciando a linguagem como meio universal. Seja qual for a conclusão, vamos observar a noção de cálculo presente no modelo chomskyano.

A noção de cálculo no modelo de Chomsky

Pires de Oliveira (2004) expõe três maneiras de compreender a palavra **formal**, dentro da lingüística. Um deles é o uso na ciência, pois o modelo de qualquer teoria, inclusive teorias sobre as línguas naturais, tem de ser preciso, unívoco, ou nos termos de Tarski (1908), materialmente adequado e formalmente correto. Neste sentido, a teoria lingüística é formal, ou, pelo menos, deveria ser formal. Um outro sentido é derivado da afirmação da autonomia da sintaxe, presente nos gerativistas, porque, como vimos, estes acreditam que a faculdade da linguagem é um módulo mental independente, é sintaxe no sentido estrito e amplo. A semântica (e a pragmática) pode ser vista como um módulo à parte. A forma gramatical é autônoma, a função é decorrência dessa forma: o que fazemos com a forma é performance e está longe dos interesses chomskyanos. Segundo John P. Kimball (1976: 15), “a Lingüística empreende o estudo da linguagem humana por meio de um estudo das gramáticas de linguagens particulares, com a finalidade de chegar a uma especificação da forma que qualquer gramática dessa espécie possa assumir”. Um terceiro sentido caminha em direção ao que pretendemos explorar: há uma noção de cálculo no modelo de Chomsky.

No modelo de Chomsky, a noção de cálculo está bastante próxima daquela usada pela matemática. Alexandre George (1994) afirma que muito do trabalho lingüístico de Chomsky está próximo da habilidade mental de calcular, isto é, de produzir infinitos cálculos a partir de alguns números. A propriedade da recursividade (ou infinitude discreta) presente no modelo de Chomsky é a prova mais direta dessa noção de cálculo, pois com um número finito de palavras podemos formar infinitas sentenças, como um cálculo. Dessa forma, compreender o módulo da linguagem pode ser uma forma eficaz para se compreender o módulo matemático, porque “one curious property of the human mind is our ability to develop certain forms of mathematical understanding (Chomsky, 1980a: 249). De acordo com George (1994: 6):

“For Chomsky, it seems, a better understanding of human linguistic understanding and its acquisition might also shed light on the developmental basis of mathematics and, hence, perhaps on the conceptual structure of this domain of knowledge.

Those inquiring into mathematical foundations have also singled out something like the property of ‘discrete infinity’ and linked our capacity to handle it to the development of symbolization a thought. Richard Dedekind, for example, opened *Was sind und was sollen die Zahlen?*, his 1888 analysis of the natural numbers, with the claim that the “unique and therefore absolutely indispensable foundation... [for] the whole science of numbers” was just “the ability of the mind to relate things to things, to let a thing correspond to a thing, or to represent a thing by a thing, an ability without which no thinking is possible. For Dedekind, reflection on the conceptual basis of the natural number system reveals nothing less than an “ability of the mind” required for thought”.

Chomsky e Dedekind, com bases diferentes, afirmam que a infinitude discreta é uma propriedade da mente-cérebro, uma habilidade mental. Hauser, Chomsky e Fitch escreveram um artigo na *Science* em 22 de novembro de 2002 mostrando que outros animais também compartilham a faculdade da linguagem. Contudo, a analogia parece não ser completa. Como o próprio Hauser (2002) afirmou em uma entrevista concedida à Folha de S. Paulo, “o interesse para as pessoas que estudam evolução é ver o que é compartilhado e o que é diferente. O problema é que muita gente que trabalha com humanos fica buscando o que é único”. Assim, o interesse não é pelo o que é peculiar aos humanos, o que os distinguem das demais espécies, porém, o que é a faculdade da linguagem, melhor, o que dela é ou não compartilhável entre as espécies.

Como tentativa de separar seres humanos de animais, os autores Chomsky, Hauser e Fitch (2002) usam uma distinção: a faculdade da linguagem restrita - FLR- (em inglês, FLN- faculty of language narrow) e a faculdade da linguagem ampla - FLA - (em inglês, FLB- faculty of language broad). A diferença básica entre elas é que a FLA possui os sistemas sensório-motor e conceitual-intencional e mais a recursividade, enquanto a FLR só tem a propriedade de recursão. Eles apostam na hipótese de que só a FLR é exclusiva aos humanos. Vamos chamá-la de hipótese A.

Quando a lingüística é atraída pela biologia é porque queremos saber o quanto da linguagem é parte da evolução animal e, especificamente, parte da evolução humana. De acordo com Chomsky, Hauser e Fitch (2002: 1572), “An overarching concern in studies of language evolution is with whether particular components of the faculty of language evolved specifically for human language and, therefore (by extension), are unique to humans”. E esta característica única divide as opiniões entre pesquisadores. Há uma outra

hipótese, a B, presente no texto de Pinker e Jackendoff (2003). Os membros da hipótese B apostam que a faculdade da linguagem evoluiu pela necessidade da função comunicativa, portanto, a necessidade comunicativa exigiu o aparecimento da linguagem. A hipótese B carrega além da recursividade, os sistemas sensório-motor e conceitual-intencional como partes integrantes da faculdade da linguagem.

Com a hipótese A, a faculdade da linguagem desenvolve algumas propriedades da faculdade da matemática (se é que podemos assim denominá-la), como a da recursão. Como vimos, Chomsky afirma que a faculdade da linguagem poderia ser perfeita, se não tivesse de exteriorizar os símbolos lingüísticos, portanto, nessa abordagem, os sistemas sensório-motor e conceitual-intencional devem ser externos à faculdade da linguagem. A própria faculdade da matemática poderia ser pensada como uma faculdade perfeita, acabada, pronta, uma “abstração” da faculdade da linguagem, sem a operação MOVER e morfologia, por exemplo, ou, ainda, é lícito pensar a faculdade da matemática como um resultado perfeito da faculdade da linguagem, segundo Chomsky (1996c: 169):

“It is possible that the number faculty developed as a by-product of the language faculty. The latter features that are quite unusual, perhaps unique in the biological world. In technical terms it has the property of ‘discrete infinity’... Human language has the extremely unusual, possibly unique, property of discrete infinity, and the same is true of the human number faculty. In fact, we might think of the human number faculty as essentially an “abstraction” from human language, preserving the mechanism of discrete infinity and eliminating the other special features of language. If so, that would explain the fact that the human number faculty is available though unused in the course of human evolution.”

Esta noção de cálculo - a recursividade - é diferente da noção de cálculo presente na linguagem como cálculo, porque nesta linguagem, o cálculo é (re)interpretável. No modelo de Chomsky, é possível falar de cálculo, mas não em cálculo interpretável porque a semântica não trabalha com mundo(s), a não ser que as relações R e o domínio D sejam incorporados ao seu modelo e parte da estrutura biológica do falante. E neste caso, faz sentido falar em cálculo interpretável. É o que almejamos, ao oferecer a noção de Referência-I.

Por fim, mesmo que em alguma parte o modelo chomskyano tenda a circunscrever uma linguagem como cálculo, não é descabido optar pela segunda conclusão, apresentada acima: o modelo chomskyano deve ser entendido como instanciando a

linguagem como meio universal. Se sim, é mais um sinal de que é possível compatibilizar uma semântica referencial nos moldes de Frege e o modelo de Chomsky.

CONCLUSÃO

Os desdobramentos desta dissertação permitem que seus resultados sejam utilizados para a compreensão do papel da semântica no modelo de Chomsky e a necessidade de uma semântica referencial, pois o significado envolve uma relação entre linguagem e mundo, especificamente, uma relação entre árvores sintáticas e D. Eles também nos mostram que é possível sustentar uma visão fregueana da Referência-I (R-I) para a Língua-I, porque Chomsky não é hostil à semântica referencial *per se*, mas ao modo como a compreendermos. Se ela for entendida como uma relação isomórfica entre linguagem e mundo externo, ela não pode ser alvo de estudo para a abordagem que Chomsky quer dar às línguas naturais. Se, por outro ângulo, ela for entendida como uma relação das derivações sintáticas com um domínio mental²⁰, então, tal estudo torna-se necessário.

Procuramos mostrar que não há possibilidade de ter linguagem sem referência no decorrer da dissertação. No capítulo sobre Chomsky, mostramos que ele até assume uma relação R e Domínio D, contudo, internos à mente-cérebro, instalados na interface SEM. Quando apresentamos Frege, ficou notável que a referência é sim peça imprescindível para o significado. Logo após, no terceiro capítulo, elaboramos uma noção de referência que sirva como abordagem semântica para a Língua-I, tendo como base o modelo de Frege. No quarto capítulo, fizemos uma discussão com o intuito de mostrar que é possível unir Frege e Chomsky, sustentado também no quinto capítulo, porque ambos os pensadores compartilham o mesmo tipo de linguagem: a linguagem como meio universal. O paralelo entre a linguagem como cálculo e a linguagem como meio universal vem fortalecer ainda que o significado, necessariamente, envolve uma relação de **referência**: ambas as perspectivas sobre a linguagem trabalham com a noção de referência como peça imprescindível para significar, embora haja diferenças entre referir a um único mundo ou a vários.

Com estes capítulos, o nosso objetivo geral pôde ser alcançado: é viável uma semântica referencial para o modelo de Chomsky, desde que a relação de referência faça parte da arquitetura da faculdade da linguagem. Se a referência é intrínseca à faculdade da linguagem, é porque ela deve ter plausibilidade psicológica. Mas aqui deparamos com

²⁰ Obviamente, neste momento, estamos distantes de Frege.

Chomsky que, embora não negue essa plausibilidade, também não chega a afirmá-la. Se a referência deixa de ser trivial para os estudos semânticos das línguas naturais, o percurso foi, portanto, em direção ao caráter mental da referência, como a teoria chomskyana compreende e investiga o caráter mental (real) da faculdade da linguagem, o seu aspecto biológico.

Esta dissertação trabalhou com a hipótese de que se há semântica na faculdade da linguagem, de alguma forma, a referência tem de fazer parte de sua arquitetura e ela procurou também oferecer argumentos que justifiquem a necessidade de uma teoria da referência (não-clássica), interna à mente humana, decididamente, uma função em SEM. Concluímos, então, que sem referência (a função referência) não há como o falante atribuir significado, oferecendo uma noção de referência como parte de uma abordagem naturalista da linguagem: a Referência-I.

A Referência-E pode ser alvo de interesses para estudos ideológicos e sociais, por exemplo, mas está longe da abordagem que Chomsky quer dar às línguas naturais. Foi visto que, em Chomsky, parte do significado é interno, intensional e individual, tornando-se lícita a procura por adequações descritivas e explicativas. É o que apostamos também acerca da Referência-I, logo, ela não pode ser excluída do estudo naturalista, exatamente porque as estruturas sintáticas (as palavras!) não referem e, portanto, precisamos de uma referência interna que faça essa referência, que intermedeie estruturas arbóreas e domínio D. A Referência-I, portanto, é feita pelo próprio sistema lingüístico, por isso, inclusive, ela deve já vir como potencialidade.

Na língua há significado e o significado envolve uma noção de referência, conseqüentemente, a Referência-I é essencial para se ter uma língua. Logo, o que Ian Robinson (1975: 130) escreve não se aplica à Referência-I²¹:

“O que eu recuso não é a referência como um uso importante da linguagem, mas a crença de que ela é algo mais confiável do que outros usos, e freqüentemente a concomitante crença de que a existência de coisas por alguma razão garante o sentido na língua que refere a elas. A existência do sal faz possível o significado ordinário de ‘Passe o sal, por favor’ mas não é uma condição necessária, nem suficiente, para o sentido.”

²¹ Tradução minha.

A principal diferença entre esta dissertação e as considerações de Robinson, é que procuramos fornecer explicações de que a R-I é indispensável para linguagem. Quando Robinson emprega referência, ele a emprega como R-E, equívale a referir a coisas no mundo externo. A R-E com certeza “não é uma condição necessária, nem suficiente, para o sentido”, contudo, a R-I é. Outra diferença é que a referência neste trabalho é uma função e, portanto, não faz sentido afirmar que ela é mais ou menos confiável do que outros usos, até porque ela não é um uso.

Dentre algumas teorias referenciais apresentadas, investimos, em parte, em R0, só no que é fundamental: R0 é uma relação da linguagem com um modelo mental, uma relação interna. R0 poderia ser vista também como a referência conceptualista de Jackendoff (1998 e 2002), mas este não é o caso nesta dissertação. A Referência-I faz uma relação entre as estruturas arbóreas (a derivação que converge em SEM) e D, e não uma relação entre a faculdade da linguagem e um Domínio Conceitual como pretende Jackendoff. Neste sentido, estamos próximo de Jackendoff somente quando este diz que há uma relação de referência interna, como sintaxe ampla.

O sistema conceitual-intencional pode dispor de uma relação direta com o mundo, o que denominamos R-E. Porém, mesmo a R-E, isto é, a referência ao mundo externo, depende da R-I, isto é, de uma referência biológica. Portanto, referência pode ser entendida como algo que o falante pode ter em isolamento, sem convenção, sem necessidade de referência ao mundo externo, reforçando, novamente, a visão de R-I.

Há uma questão que não foi possível aprofundar nesta dissertação, mas que tem suporte na Referência-I. Como visto, Ludlow afirma que o nosso conhecimento da Língua-I ou, precisamente, do Significado-I pode nos trazer alguma luz sobre o conhecimento do mundo e vice-versa. Desta forma, a relação entre (o conhecimento da) Língua-I ou Significado-I e (o conhecimento do) mundo é possível graças a Referência-I (e Domínio D) também. Mas, Referência-I é uma **condição para** ou **capacidade para** (competência), não é a relação (performance) de fato. Isto é uma consequência interessante, porque explica, ainda que inicialmente, como fazemos o caminho da linguagem para o mundo e vice-versa, com significado. É também o que Larson e Segal (1995: 50) afirmam acerca de umas das propriedades do significado:

“A crucial property of our knowledge of meaning is that it allows us to reason from language to the world and vice versa. If we know the meaning of a sentence and we are

told that it is true, then we learn something about how things stand in the world. And if we know the meaning of a sentence and we find out the appropriate facts about the world, then we can learn whether the sentence is true or false. From this we saw that knowledge of meaning must be relational: it must relate language to the world”.

Dessa forma, inicia-se uma outra convergência entre Chomsky e Frege: em Chomsky, SEMs são perspectivas para conceber o mundo (ou os objetos no mundo), intermediadas pelo módulo conceitual-intencional. Em Frege, os sentidos são os modos de apresentação dos objetos, intermediados pelos conceitos, pois os sentidos são os conceitos articulados. Neste rumo, poder-se-ia pensar que, em Chomsky, SEMs seriam as perspectivas mentais estruturadas (articuladas) que, através das intenções dos falantes, apresentam (têm relação com) objetos no mundo.

Em Frege, há uma relação entre conceito e sentido: todo sentido é uma articulação de conceitos capaz de identificar um objeto. Por exemplo, X diz para Y: o livro sobre a mesa é amarelo; Y pode entender toda a frase menos a expressão **livro**. Se Y pergunta pelo sentido dessa expressão, X lhe responde usando uma série de conceitos articulados: artefato humano, reunião de folhas impressas, com um número mínimo de páginas. Veja que esta descrição não precisaria estar articulada, bastando que X fornecesse uma série de conceitos e dissesse: qualquer objeto que satisfaça esta série de conceitos é um livro. Uma palavra expressa um sentido e refere a um objeto. Mas, apenas se há um objeto desde que seja identificado por pelo menos um sentido expresso, isto é, um objeto que caia sob os conceitos articulados no sentido, pois pode ser que nada seja identificado. Em Chomsky, poder-se-ia apostar em uma relação parecida entre SEM, Módulo Concepto-Intencional e objetos no mundo: um objeto no mundo só aparece mediante os significados mentais estruturados por SEM, já que, como mencionado, SEM “se preocupa exclusivamente com semântica estrutural” (Riemsdijk e Williams (1991: 151). Em outros termos, SEMs são os significados estruturados/articulados que, em forma de perspectivas e através do módulo conceito-intencional, têm relação com os objetos no mundo.

Novamente, se tais perspectivas são geneticamente determinadas, é possível pensar, então, que não podemos fazer o que quisermos com a referência, porque as perspectivas são limitadas pela espécie humana, pela regularidade e funcionamento da própria faculdade da linguagem. A referência interna não é os itens mentais, mas uma função que pega a derivação convergida em SEM e refere a D; esta referência interna tem de ser sistemática e objetiva, para que SEMs sejam construídas e convergidas para o

módulo conceitual-intencional sem que se perca informações relevantes para este módulo operar.

R-I é uma **função** que relaciona as estruturas arbóreas e D, ainda na interface SEM. O que há em D? Há indivíduos, relações, mundo(s)... É possível pensar os indivíduos intuitivamente, com base na Substância-I proposta por Ludlow. O que temos, portanto, são as intuições de indivíduos: a intuição de Pedro, a intuição de Joana, a intuição de livro, a intuição de mar, a intuição de cadeira, a intuição de artrite e assim por diante. Se é conveniente pensar assim, é mais um sinal de que a Referência-I está próxima da R0 de Ludlow.

SEM é uma interface e esta dissertação procurou desenvolver uma maneira de incluir R-I dentro dela. Como sugeriu Chomsky (2000), optamos por incluir D também em SEM. Vistos como uma função e domínio mental, R-I e D, respectivamente, têm lugar numa abordagem naturalista, porque suas propriedades são intrínsecas à interface SEM, fazem parte do processamento semântico.

Finalmente, chegou o momento de mostrar a arquitetura da faculdade da linguagem (ou o que se espera dela). Findo o processamento sintático, há a checagem de traços interpretáveis em SEM como escopo, anáfora... Após a checagem, temos uma estrutura arbórea pronta para que a Referência-I possa denotar apropriadamente os nós em D. Neste momento, estamos na interface com o módulo conceitual-intencional. A interpretação se dá nesse momento, podendo acessar informações de outros módulos, por exemplo, o módulo discursivo (que guarda informações discursivas), o módulo intencional, o módulo visual, o módulo que guarda conhecimento de mundo do falante e assim por diante. Então, SEM atribui uma interpretação mínima para as sentenças com base nessas informações, melhor, SEM atribui uma perspectivação mínima. Não há módulo semântico nos moldes de Heim e Kratzer (1998), nem módulo conceitual como em Jackendoff (2002), nem módulo discursivo como na semântica discursiva, nem mentais de Fodor, apenas, há processamento na interface. SEM pode acionar informações sobre o conhecimento de mundo do falante, por exemplo, e fornecer uma perspectivação mínima. É essa forma semântica mínima que vai servir para o processamento pragmático, para processar as implicaturas, ou seja, ela é uma condição para que ocorra as implicaturas, a Referência-E, a pragmática. Observe um exemplo:

(17) Pedro chutou o balde.

Forma Semântica, informalmente: determinado indivíduo Pedro (intuitivamente delimitado) cai na extensão de chutou o balde.

Implicatura: Se x diz isso como resposta a uma pergunta de y sobre se Pedro ainda continua na empresa que trabalha, y pode inferir que...

Os traços já vêm do léxico. Grosseiramente, em (17), o léxico Pedro tem traços informando que, por exemplo, *Pedro* é nome, singular, animado e tem Caso nominativo; *balde*, por outro lado, tem o Caso Acusativo; os traços de *chutar* têm de informar que *chutar* é um verbo transitivo (pede dois argumentos), é perfectivo... Esses traços são checados no decorrer da derivação. Não é este o caso, mas poderia também haver traços informando que determinado léxico é operador, exige a resolução de escopo, entre outras coisas. Em um determinado momento da derivação, após a checagem desses traços e de outros provavelmente, há uma estrutura arbórea pronta para receber interpretação. R-I, portanto, vai fazer as denotações apropriadas em D, pegando os nós específicos na estrutura arbórea e referindo em D; R-I tem de fazer isso composicionalmente, de forma sistemática e objetiva, sem perder informações relevantes para a interpretação; este verbo informa ainda que, quando o predicado for aplicado ao objeto, R-I vai utilizar FA (Functional Application) e não IFA; tudo isso ocorre na interface SEM, no limite com o módulo conceitual-intencional. Após as denotações, a aplicação de FA, uma perspectivação mínima (como parte do processamento semântico) é projetada que servirá de *input* para o módulo conceitual-intencional, a pragmática.

Numa visão monista, as perspectivas SEMs, advindas em potencialidade pela estrutura da mente-cérebro, devem ser as mesmas da pragmática, a diferença é que esta última traz consigo a intenção e o falante pode fazer uso dessas perspectivas para falar sobre o mundo também. Numa visão dualista: há duas perspectivas: uma semântica e outra pragmática. Então, nesta visão dualista, há duas noções de perspectivas: uma que está presente em SEMs, outra pragmática, que não é disposta em potencialidade, mas, pelo contrário, deve possuir outros mecanismos para se constituir. Esse ensaio sustenta a tese monista, pois SEM dá uma perspectivação sem intencionalidade; depois há uma perspectivação com intenção, mas é fundamentalmente a mesma perspectivação; a diferença é que agora, na pragmática, entra a intenção nas perspectivas oferecidas por SEM.

Chomsky fala em perspectivas disponíveis por recursos mentais que são usadas pelo módulo conceitual-intencional. Dessa forma, SEMs são perspectivas semânticas e os falantes a usam de acordo com suas intenções (já é pragmática). Como já salientado, McGilvray (1999: 169) diz algo parecido: “The aim, of course, is to clarify Cudworth or Chomsky’s proposal that the perspectives used by people to make claims and think about things and themselves are products of innate capacities that provide humans...”. Se se pensar assim, não há perspectiva pragmática, o que se tem é uma perspectiva semântica + intenção = pragmática, usada pelos agentes lingüísticos. Como componente importante para essa perspectivação semântica, R-I possui determinações biológicas; ela faz parte do estudo naturalista na lingüística e, portanto, pode servir como uma referência apropriada para a Língua-I.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- BACH, Emmon. *Informal lectures on formal semantics*. New York: State University of New York Press, 1989.
- BENMAKHLOUF, Ali. *Frege le nécessaire et le superflu*. Paris: Vrin, 2002.
- BILGRAMI, Akeel. *Belief and meaning*. Cambridge: Blackwell, 1992.
- BLANCHÉ, Robert. *História da Lógica de Aristóteles a Bertrand Russell*. Trad. António J. Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70.
- BORGES NETO, José. Semântica de Modelos. In. *Semântica Formal*. Org. Müller, A. L., Negrão, E. e Foltran, M.J. São Paulo: Contexto, 2003.
- CARL, Wolfgang. *Frege's Theory of sense and reference: its origins and scope*. Cambridge: University Press, 1994.
- CHIERCHIA, Gennaro. *Introdução à semântica*. Trad. Luis Arthur Pagani, Lúcia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas: Editora da Unicamp; Londrina: Eduel, 2003.
- CHIERCHIA, Gennaro. e McCONNELL-GINET, Sally. *Meaning and grammar: an introduction to semantics*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- CHOMSKY, Noam. *Linguística cartesiana*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- _____. *Rules and representations*. New York, Columbia University Press, 1980a.
- _____. *Linguagem e Pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1980b.
- _____. *Reflexões sobre a linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1980c.
- _____. *O conhecimento da Língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Caminho, 1994.
- _____. *O Programa Minimalista*. Trad. Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1995.
- _____. *Linguagem e mente*. Brasília: Editora da UNB, 1996a.
- _____. *Powers and Prospects: Reflections on Human Nature and Social Order*. Madhyam Books, Delhi, 1996b.
- _____. *Language and Problems of Knowledge: the Managua Lectures*. Massachusetts: MIT Press, 1996c.
- _____. *New Horizons in the study of language and mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- _____. Replies. In. *Chomsky and his critics*. Org. Hornstein e Antony. Cambridge: Blackwell, 2003.

- CHOMSKY, HAUSER e FITCH. The faculty of language: What is it, who has it, and how did it evolve? *Science*, 298, 1569-1579, 2002.
- COSTA, Jorge Campos da. Frege sobre o nome próprio na interface lógica-linguagem natural. In. *Produção de sentido: estudos transdisciplinares*. Org. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxia do Sul: Educus: 2003.
- DAVIDSON, Donald. A comunicação e a convenção. *Cadernos de estudos Lingüísticos*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1985.
- EPSTEIN, Richard. *The semantic foundations of logic: predicate logic*. Vol. 1. New York: Oxford University Press, 1994.
- EVANS, Gareth. *Varities of reference*. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- FREGE, Gottlob. *Prólogo às leis básicas da aritmética*. 1962.
- _____. *Lógica e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- _____. *Investigações filosóficas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- GEORGE, Alexander. *Mathematics and mind*. Oxford: University Press, 1994.
- GIANNOTTI, J. *Apresentação do Mundo: considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HAACK, Susan. *Filosofia das lógicas*. Trad. Cezar Augusto Mortari, Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Unesp, 2002.
- HACKING, I. *Por que a linguagem interessa à filosofia?*. São Paulo: Unesp, 1999.
- HAUSER. *Entrevista*. In. Folha de São Paulo, 22 de dezembro de 2002, pp. 16-17.
- HEIJENOORT, Jean Van. Logic as calculus and logic as language. *Synthese* 17: 324-330, 1967.
- HEIM e KRATZER. *Semantics in generative grammar*. Cambridge, Blachwell, 1998.
- HIGGINBOTHAM, James. *On linguistics in philosophy, and philosophy in linguistics*. Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands. *Linguistics and Philosophy* 25: 573-584, 2002.
- HINTIKKA, J. Frege's hidden semantics. *Revue Internationale de Philosophie* 33: 716-722, 1979.
- _____. On the development of the model-theoretic viewpoint in logical theory. *Synthese* 77 1-36, 1988.
- HINTIKKA, M. B. e HINTIKKA, J.. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. Campinas: Papirus, 1994.

- HORNSTEIN, N. *Logical Form: From GB to Minimalism*. Cambridge: Blackwell, 1995.
- HUME, David. *A treatise of human nature*. Oxford: Clarendon Press, 1976.
- ISAACSON, Daniel. Mathematical intuition and objectivity. In. *Mathematics and mind*. Oxford: University Press, 1994. pg. 118-140.
- JACKENDOFF, R. *Semantic Structures*. Cambridge, Mit Press: 1990.
- _____. Why a conceptualist view of reference? A reply to Abbott. *Linguistic and philosophy* 21: 1998, pp. 211-219.
- _____. *Foundation of language: brain, meaning, grammar, evolution*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- KANT, E. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo, Abril: 1978.
- KIMBALL, John P. *Teoria formal da gramática*. Rio de Janeiro, Zahar Editores: 1976.
- KUSCH, Martin. *Linguagem como cálculo vs linguagem como meio universal*. Trad. Dankwart Bernsmüller. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.
- LARSON, Richard e SEGAL, Gabriel. *Knowledge of meaning: an introduction to semantic theory*. Cambridge: A Bradford book (MIT Press), 1995.
- LEWIS, D. General semantics. In. *Semantics of natural language*. Org. Donald Davidson e Gilbert Harmam. Boston: Reidel, 1972.
- LUDLOW, P. Referential semantics for I-languages?. In. *Chomsky and his critics*. Org. Hornstein e Antony. Cambridge: Blackwell, 2003.
- MAHER, J. e GROVES, J. *Chomsky: introducing*. Australia, Allen & Unwin Pty.: 2001.
- MAY, R. *The grammar of quantification*. Ph.D. dissertation, Cambridge: MIT, 1977.
- _____. *Logical Form*. Its structure and derivation. Cambridge: MIT Press, 1985.
- McGILVRAY, James. *Chomsky: language, mind, and politics*. Cambridge, Polity Press: 1999.
- NEGRÃO, Esmeralda. Forma lógica e quantificação. IN. *Semântica formal*. Orgs. MÜLLER, NEGRÃO e FOLTRAN. São Paulo: Contexto, 2003.
- NEWMeyer, Frederick. *Gramatical theory: its limits and its possibilities*. Chicago e Londres, The University of Chicago Press e The University of London Press, 1983.
- OTERO, Carlos P.. *La revolucion de Chomsky: ciencia y sociedad*. Madrid: Tecnos, 1984.
- PARSONS, Charles. Intuition and numbers. In. *Mathematics and mind*. Oxford: University Press, 1994. pg. 141-157.
- PINKER, S. JACKENDOFF, R. The Faculty of Language: What's Special about it?. 2003.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. *Semântica Formal*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

- _____. Aspectos de uma teoria formal do significado nas línguas naturais. In. *Produção de sentido: estudos transdisciplinares*. Org. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxia do Sul: Educs: 2003.
- _____. Formalismos na Lingüística: uma reflexão crítica. In. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. Org. Mussalin, F. Bentes. A. C. Vol. 3. São Paulo, Cortez: 2004.
- QUINE, W. von O. Dois dogmas do empirismo. In. *Os pensadores*. São Pulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. *From A logical point of view* (Harper Torchbooks). 1953.
- RAPOSO, Eduardo. *Teoria da gramática*. Caminho, Lisboa, 1992.
- RIEMSDIJK, Henk Van e WILLIAMS, Edwin. *Introdução à teoria da gramática*. Martins Fontes, São Paulo, 1991.
- RYLE, G. Teoria da significação. In. *Os pensadores*. São Pulo: Abril Cultural, 1980.
- ROBINSON, Ian. *The New Grammarians' funeral: A critique of Noam Chomsky's linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- SAEED, John. *Semantics*. Oxford: Blackwell, 1997.
- RUSSELL, B. *Significado e verdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SAPORTA, Sol. *Society, language, and the university: From Lenny bruce to Noam Chomsky*. New York, Vantage Press, 1994.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- SOARES, Maria Luísa couto. *Conceito e sentido em Frege*. Porto: Campo das Letras, 2001.
- STANTON, Robert. *Philosophical perspectives on language*. Canada: Broadview Press, 1996.
- STEIN, Ernildo. Ontologia, semântica formal e diferença ontológica. In. *Produção de sentido: estudos transdisciplinares*. Org. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxia do Sul: Educs: 2003.
- STRAWSON, Peter. Sobre referir. In. *Os pensadores*. São Pulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. Gramática e filosofia. In. *Os pensadores*. São Pulo: Abril Cultural, 1980.
- TUGENDHAT, Ernst & WOLF, Ursula. *Propedêutica lógico-semântica*. Trad. Fernando Augusto da Rocha Rodrigues. Petrópolis: Vozes, 1996.
- VERKUYL, H. Aspectual classes and aspectual composition. *Linguistics and Philosophy* 12: 1989, pp. 39-94.

- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- _____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. Santos: Edusp, 1993.
- WRIGHT, Crispin. *Frege's conception of numbers as objects*. Great Britain: Aberdeen University Press, 1983.
- ZWARTS, J. and VERKUYL, H. An algebra of conceptual Structure: An investigation in Jackendoff's conceptual semantics. *Linguistics and Philosophy* 17: 1994, pp. 1-28.